

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos -PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos - MPGA

**O ARQUIVO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO NO ARQUIVO-MUSEU
DE LITERATURA BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE ARRANJO**

EDUARDO LUIZ DE BARROS RIBEIRO

Rio de Janeiro
2022

EDUARDO LUIZ DE BARROS RIBEIRO

**O ARQUIVO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO NO ARQUIVO-MUSEU
DE LITERATURA BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE ARRANJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Quillet Heymann

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Patricia Ladeira Penna Macêdo

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

R484 Ribeiro, Eduardo Luiz de Barros
O arquivo Afonso Arinos de Melo Franco no
Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: uma
proposta de arranjo / Eduardo Luiz de Barros
Ribeiro. -- Rio de Janeiro, 2022.
124

Orientador: Luciana Quillet Heymann.
Coorientador: Patrícia Ladeira Penna Macêdo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos, 2022.

1. Arquivos pessoais . 2. Arranjo funcional. 3.
Quadro de arranjo. 4. Dispersão em arquivos
pessoais. 5. Afonso Arinos de Melo Franco. I.
Heymann, Luciana Quillet , orient. II. Macêdo,
Patrícia Ladeira Penna, coorient. III. Título.

EDUARDO LUIZ DE BARROS RIBEIRO

**O ARQUIVO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO NO ARQUIVO-MUSEU
DE LITERATURA BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE ARRANJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. – Luciana Quillet Heymann – Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. – Patricia Ladeira Penna Macêdo – Coorientadora

Prof^ª. Dr^ª. – Aline Lopes de Lacerda - Membro interno titular

Prof^ª. Dr^ª. – Maria Celina Soares de Mello e Silva – Membro externo titular

Prof. Dr. Renato Crivelli Duarte – Membro interno suplente

Prof^ª. Dr^ª. – Ana Luce Girão Soares de Lima – Membro externo suplente

Rio de Janeiro

2022

Para o meu filho Gabriel Lima Miranda Ribeiro e minha esposa Renata Lima Miranda Ribeiro.
Vocês são o combustível que me motiva a buscar sempre o melhor. Amo vocês incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus por iluminar meus caminhos e permitir que eu pudesse concluir mais uma etapa da minha trajetória.

Agradeço a minha esposa Renata por sempre acreditar em mim e me apoiar. Suas palavras serviram de motivação para que eu pudesse seguir adiante. Amo você!

Agradeço a minha mãe Rosa por confiar na minha dedicação, acreditando sempre que pudesse ultrapassar as dificuldades. Obrigado pelas orações!

Agradeço ao meu filho Gabriel que chegou em um momento delicado da minha vida e trouxe leveza, brilho e amor. Mesmo com todas as dificuldades que ocorreram, chegar em casa e ver o seu sorriso me deixava mais forte. Papai te ama!

Agradeço ao meu pai Jeromar (in memorian) por me motivar e querer sempre o melhor para mim. Obrigado pelos ensinamentos. Um dia a gente vai se ver novamente. Amo você!

Agradeço a minha avó Êmea (in memorian) por possibilitar que eu pudesse trilhar diversos caminhos em minha vida profissional. Meu eterno carinho e gratidão.

Agradeço a minha orientadora Luciana Heymann e minha coorientadora Patricia Macêdo por todos os ensinamentos, conselhos e suporte recebido para que eu pudesse concluir meu trabalho.

Agradeço as professoras Aline Lacerda e Maria Celina Silva por terem aceitado o convite para compor a banca de qualificação e defesa, além dos apontamentos e sugestões que contribuíram para a qualidade da minha pesquisa.

Agradeço aos professores Renato Crivelli e Ana Luce Girão por terem aceitado de imediato o convite para integrarem a banca como suplentes.

Agradeço aos meus colegas de turma do PPGARQ 2019 pelas experiências trocadas e amizade.

Agradeço aos meus colegas do AMLB que possibilitaram que eu pudesse me dedicar a pesquisa. Obrigado pela compreensão!

Agradeço ao PPGARQ pela oportunidade de subir mais um degrau em minha carreira profissional.

Durante o mestrado, passei por diversas dificuldades além da pandemia, como a perda de duas pessoas que eu amava (pai e avó). Foi muito difícil seguir adiante, mas consegui! Agradeço a todos que de alguma forma ajudaram a tornar isso possível.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor um quadro de arranjo para o Arquivo Afonso Arinos de Melo Franco com base no método funcional. Aborda o posicionamento dos arquivos pessoais na teoria arquivística ao longo do tempo, discute o processo de identificação, seu impacto para a organização documental e salienta a importância do contexto para o tratamento arquivístico, principalmente para a compreensão dos arquivos pessoais. Apresenta a biografia de Afonso Arinos de Melo Franco e relata como foi realizada a doação do arquivo para o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa, analisando o processo de dispersão ocorrido no fundo arquivístico e suas consequências. Analisa a metodologia utilizada anteriormente para o tratamento dos arquivos no AMLB e as mudanças que resultaram na adoção de nova metodologia em 2017. Por fim, explana os resultados alcançados pela atividade de identificação e propõe o quadro de arranjo para o arquivo Afonso Arinos de Melo Franco com base nas funções exercidas pelo titular.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Arranjo funcional; Quadro de arranjo; Dispersão em arquivos pessoais; Afonso Arinos de Melo Franco.

ABSTRACT

The present work aims to propose an arrangement table for the Afonso Arinos de Melo Franco archive based on the functional method. It addresses the positioning of personal archives in archival theory over time, discusses the identification process, and its impact on document organization, and emphasizes the importance of context for archival treatment, especially for the understanding of personal archives. It presents the biography of Afonso Arinos de Melo Franco and reports how the donation of the archive to the Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) of the Fundação Casa de Rui Barbosa was carried out, analyzing the process of dispersion that occurred in the archival fund and its consequences. It analyzes the methodology previously used for treatment of archives in the AMLB and the changes that resulted in the adoption of a new methodology in 2017. Finally, it explains the results achieved by the identification activity and proposes the arrangement table for the Afonso Arinos de Melo Franco archive based on the functions performed by the holder.

Key-words: Personal archives; Functional arrangement; Arrangement table; Dispersion in personal archives; Afonso Arinos de Melo Franco.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Afonso Arinos vestindo o fardão da Academia Brasileira de Letras	16
Fotografia 2 - Afonso Arinos e sua mãe Sílvia.....	39
Fotografia 3 – Afonso Arinos, seu pai Afrânio e o irmão Virgílio.....	40
Fotografia 4 – Anah e Afonso Arinos	42
Fotografia 5 - Deputado Afonso Arinos discursando na tribuna da Câmara.	47
Fotografia 6 - Afonso Arinos (ao centro) em sua posse na ABL junto a outros acadêmicos em 1958.....	48
Fotografia 7 - Afonso Arinos representando o Brasil em missão diplomática na ONU.....	49
Fotografia 8 - Afonso Arinos assinando a Constituição Federal de 1988	52
Fotografia 9 - Parte da organização física encontrada no arquivo Afonso Arinos de Melo Franco no AMLB	61
Fotografia 10 - Afonso Arinos em seu gabinete no Itamaraty com o busto do seu pai Afrânio, ex-chanceler	65
Fotografia 11 - Afonso Arinos discursando na ABL. Presentes na foto estão: Odilo Costa Filho, Austregésilo Athayde e Hermes Lima.....	69
Fotografia 12 - Afonso Arinos e Anah.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro dos níveis fundo e grupos propostos para o arranjo do Afonso Arinos de Melo Franco	70
Quadro 2 - Quadro dos níveis fundo, grupo e subgrupo propostos para o arranjo funcional do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco	72
Quadro 3 – Quadro de arranjo funcional do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco	83

LISTA DE SIGLAS

ABL Academia Brasileira de Letras

AMLB Arquivo-Museu de Literatura Brasileira

AN Arquivo Nacional

ARENA Aliança Renovadora Nacional

COC Casa de Oswaldo Cruz

CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPF Cadastro de Pessoa Física

EUA Estados Unidos da América

FCRB Fundação Casa de Rui Barbosa

FFHC Fundação Fernando Henrique Cardoso

FGV Fundação Getúlio Vargas

IEB Instituto de Estudos Brasileiros

IHGB Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INDIPO Instituto de Direito Público e Ciência Política

JK Juscelino Kubitschek

MAST Museu de Astronomia e Ciências Afins

MDB Movimento Democrático Brasileiro

ONU Organização das Nações Unidas

PDC Partido Democrata Cristão

PFL Partido da Frente Liberal

PL Partido Liberal

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSD Partido Social Democrático

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PR Partido da República

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

RG Registro Geral

SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UDF Universidade do Distrito Federal

UDN União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OS ARQUIVOS PESSOAIS: CARACTERIZAÇÃO E TRATAMENTO	21
2.1 Características dos arquivos pessoais	24
2.2 O contexto como elemento norteador no tratamento documental	26
2.3 A Identificação como etapa indispensável para o tratamento desses conjuntos	30
2.4 O arranjo em arquivos pessoais	34
3 O ARQUIVO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO	37
3.1 BIOGRAFIA DE AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO.....	37
3.1.1 INFÂNCIA E A HISTÓRIA DOS MELO FRANCO NO BRASIL	38
3.1.2 O INÍCIO DE SUA VIDA PROFISSIONAL.....	41
3.1.3 A ENTRADA NA POLÍTICA.....	43
3.1.4 O AFASTAMENTO DA POLÍTICA E O FOCO NA CARREIRA LITERÁRIA.....	50
3.1.5 O RETORNO À POLÍTICA.....	51
3.2 PROCESSO DE DOAÇÃO DO FUNDO AO AMLB	53
3.3 A DISPERSÃO DO FUNDO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO.....	56
4 ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO	61
4.1 O primeiro contato com o arquivo Afonso Arinos de Melo Franco	61
4.2 A identificação e seus resultados	63
4.2.1 Levantamento biográfico do titular.....	64
4.2.2 Análise das espécies e tipologias documentais encontradas no arquivo Afonso Arinos	66
4.3 Proposta do Quadro de Arranjo do Arquivo Afonso Arinos	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79
ANEXO A - Quadro de Arranjo funcional do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco	83
ANEXO B - Índice onomástico e listagem dos documentos encontrados no arquivo Afonso Arinos de Melo Franco no AMLB.....	90
ANEXO C - Relação de publicações de Afonso Arinos de Melo Franco.....	123

1 INTRODUÇÃO

Arquivos pessoais foram considerados, durante muito tempo dentro da Arquivologia como um ponto nevrálgico, devido à acumulação não padronizada e à diversidade de suportes documentais que os compõem. Por conta disso, o tratamento dos mesmos se tornou um desafio para a área arquivística (COOK, 1998). Isso decorreu por conta de a teoria clássica ter considerado documentos arquivísticos apenas aqueles provenientes de atividades administrativas¹. Na época, somente os documentos produzidos no âmbito da administração pública eram objeto de preocupação para a Arquivologia. Portanto, a base teórica da disciplina foi estabelecida com foco nesses documentos.

Mas o que são arquivos pessoais? Segundo Bellotto, são:

O conjunto de papeis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/ atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar, e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 266).

Devido ao fato de toda a parte teórica e metodológica da disciplina ter sido criada a partir de documentos públicos, os arquivos pessoais acabaram por adquirir uma posição marginal dentro da área. Segundo Macêdo e Oliveira (2019), a primeira publicação que incluiu esses documentos dentro da teoria arquivística foi o manual de Eugenio Casanova em 1928. Esse “afastamento” dos arquivos pessoais das questões teóricas da área fez com que esses documentos se situassem em uma região de fronteira, muitas vezes recebendo um tratamento inadequado, que desconsidera sua dimensão orgânica. É o caso, por exemplo, de arquivos pessoais depositados em bibliotecas, ainda que existam casos em que os arquivos são trabalhados sob a perspectiva arquivística. Este procedimento, no entanto, não é o padrão.

A naturalização do recolhimento pelas bibliotecas e museus acentuou o caráter de coleção e distanciou os documentos pessoais das concepções de fundo, uma vez que a metodologia usada por estas unidades de informação visa o tratamento do documento individualmente, item por item, o que, ao final, propicia o distanciamento desses arquivos da epistemologia arquivística. (MACÊDO; OLIVEIRA, 2019, p.113).

¹ Segundo os arquivistas holandeses autores do primeiro manual voltado para a organização dos arquivos, de 1898, “Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13).

Portanto, devemos atentar para que os documentos arquivísticos sejam tratados de acordo com os princípios norteadores da área arquivística, e que seja valorizado o conjunto documental e a relação orgânica entre os documentos presentes no mesmo fundo. Quando não tratados sob essa perspectiva, eles acabam sendo organizados de acordo com princípios biblioteconômicos e a organicidade dos conjuntos é subsumida ao valor as peças.

Em que pese uma menor quantidade de estudos referentes ao tratamento de arquivos pessoais, principalmente se comparada com arquivos da administração pública, observa-se que de acordo com a teoria arquivística ambos devem ser tratados sob a mesma metodologia, de forma a evitar as “abordagens antiarquivísticas” (CAMARGO; GOULART, 2007)

Mas, por que isso ocorre? De acordo com Heymann (2012), a posição periférica que os arquivos pessoais adquiriram dentro da disciplina resultou de um baixo investimento nesses conjuntos documentais. Com isso, aparentemente, as especificidades dos arquivos pessoais não foram objeto de atenção da Arquivologia.

[...] Nesse sentido, as discussões metodológicas que tomam os arquivos como objeto, no Brasil e no exterior, trazem a marca dessa matriz: os arquivos privados, categoria que inclui os arquivos pessoais, são definidos a partir de arquivos públicos. [...] O que estou chamando de “matriz pública” dos arquivos, dos pontos de vista histórico e jurídico, é observável também no aspecto metodológico, posto que a disciplina propugna a adoção de conceitos e métodos aplicados aos arquivos públicos, de natureza institucional, para a organização de todos os conjuntos documentais de natureza arquivística, inclusive os pessoais. (HEYMANN, 2012, p.52).

Nos últimos cinquenta anos, o crescimento do interesse nos arquivos pessoais como fonte de pesquisa histórica promoveu um maior movimento de doação desses documentos para instituições, assim como a criação de centros de documentação com o intuito de preservar e prover acesso a esses documentos. No Brasil, não havia experiências relacionadas ao tratamento de arquivos pessoais até o início dos anos 1970 quando surgiram instituições voltadas para a preservação e a difusão desses arquivos².

A partir desse momento, o tratamento dos conjuntos documentais de natureza pessoal começou a ser debatido de forma mais sistemática pelos profissionais responsáveis por esses acervos. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) foi pioneiro na produção de um manual para tratar documentos dessa natureza³.

² A data de criação das instituições relacionadas à guarda e preservação de arquivos pessoais são: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – 1962, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) – 1972, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - 1973, Museu de Astronomia e Ciência Afins (MAST) -1985, Casa de Oswaldo Cruz (COC) -1986.

³ A primeira versão do manual para tratamento dos arquivos pessoais publicado pelo CPDOC data do ano de 1980. (SPOHR, 2013, p.271).

Entre estas instituições que surgiram, destaca-se para efeitos dessa pesquisa o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Este setor foi criado com o intuito de preservar e difundir a memória literária brasileira. O AMLB conta hoje com 148 arquivos pessoais de escritores, dentre eles Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, entre outros. Além dos documentos arquivísticos, o AMLB conta com cerca de 2000 objetos museológicos pertencentes aos titulares dos fundos presentes na instituição.

O AMLB utilizou como base, a partir de meados da década de 80, os procedimentos descritos no manual produzido pelo CPDOC para criar sua própria metodologia, onde foi produzido um modelo de arranjo de natureza híbrida com as categorias divididas em séries, subséries e dossiês. Nesse modelo criado pelo AMLB, as séries eram organizadas por critérios tipológicos e temáticos. Essa metodologia foi utilizada até 2017. A partir de então, verificou-se no AMLB a necessidade de desenvolver um modelo de arranjo que fosse mais adequado para o tratamento dos arquivos pessoais que integram o seu acervo, pois o modelo utilizado até então não era capaz de contextualizar a documentação produzida pelos titulares.

Diante disso, a instituição adotou como proposta a organização dos fundos por meio do método funcional⁴. Este método permite contextualizar a documentação produzida e acumulada por um indivíduo ao associá-la às funções e atividades do mesmo. Apesar do método não ser capaz de abarcar toda a documentação nem todas as nuances dos arquivos pessoais, foi considerado uma boa opção para tratar os documentos sob uma perspectiva arquivística.

No âmbito dos arquivos pessoais, no entanto, as fronteiras que demarcam as diferentes áreas de ação de um mesmo indivíduo são tênues e imprecisas. O uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que, à semelhança do que ocorre na abordagem dos documentos de instituições, é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias. (CAMARGO; GOULART, 2007, p.23).

Para que esse método possa ser empregado corretamente, se faz necessário caracterizar os arquivos pessoais, bem como entender as etapas do tratamento desses conjuntos. Além disso também é necessário pesquisar sobre a biografia do titular, buscando estabelecer a conexão dos documentos com as funções ou atividades que lhes deram origem. Também se faz necessário identificar intervenções no arquivo, como por exemplo o processo de dispersão.

⁴ De acordo com PARANHOS (2019), o método proposto pelo AMLB baseou-se na influência das práticas utilizadas em arranjos de arquivos pessoais na Casa de Oswaldo Cruz (COC), no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Arquivo Nacional (AN) e na Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC). A partir deles, o modelo funcional foi adaptado para que pudesse ser utilizado em arquivos de escritores.

Diante desse fato, o arquivo pessoal escolhido para ser trabalhado em nossa pesquisa de acordo com o método funcional foi o de Afonso Arinos de Melo Franco. A escolha desse arquivo foi pautada no fato de ser um titular de grande notoriedade cujo acervo tem grande interesse para a pesquisa histórica. Afonso Arinos nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 27 de novembro de 1905 e faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1990. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1927. Foi professor, jornalista, parlamentar, jurista, historiador e memorialista. Teve destaque na imprensa mineira, onde foi responsável pelos jornais *O Estado de Minas* e *Diário da Tarde*. Em 1934, fundou com seu irmão Virgílio a *Folha de Minas*. Criou a lei contra discriminação racial no ano de 1951, intitulada Lei Afonso Arinos. Em 1958, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras devido à sua importante contribuição na autoria de obras que obtiveram destaque e que abordavam assuntos como história, política, análises críticas, direito, e até páginas memorialísticas (COSTA, 2009).

Fotografia 1-Afonso Arinos vestindo o fardão da Academia Brasileira de Letras



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

Seu arquivo tem cerca de 11 metros lineares, e foi doado pelo seu filho, Affonso Arinos de Melo Franco, no ano de 2010. As datas limites são 1905-1990, período de vida do titular, e nele podemos encontrar documentos referentes às atuações política, literária, como docente e

diplomática. Também são encontrados documentos referentes às relações sociais e familiares, dentre outros.

Após análise da documentação, notou-se que o fundo se encontra disperso, com documentos presentes em mais de uma instituição. De acordo com Rosângela Florido Rangel, atual chefe do AMLB, a família do titular buscou doar os documentos referentes às áreas de atuação do mesmo para as principais instituições relacionadas a essas áreas no país. Portanto, a doação de documentos para o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira se deu devido ao fato de Afonso Arinos ter sido um escritor de grande destaque na Literatura nacional, sendo eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Como o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira reúne grande parte dos arquivos dos destaques literários do Brasil, a família acreditava que o AMLB seria o lugar mais indicado para que esses documentos fossem preservados. Soma-se a esse fato, a presença no AMLB de vários arquivos de colegas renomados do titular na área de Literatura. Ainda segundo Rosângela Florido Rangel, haveriam documentos na Academia Brasileira de Letras, no Arquivo Histórico do Itamaraty, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Diante desse cenário, a proposta do presente estudo é produzir o quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco por meio da abordagem funcional, relacionando, como ponto de partida, as funções exercidas pelo produtor e os documentos que compõem o seu arquivo depositado no AMLB. Buscaremos também entender o processo de construção desse arquivo, porque acreditamos que essa abordagem possibilitará um melhor entendimento da documentação presente no arquivo. Nesse sentido, nosso esforço será por reestabelecer o vínculo arquivístico entre os documentos e as funções e atividades responsáveis por eles. Acreditamos que a aplicação dessa metodologia beneficiará profissionais que venham a trabalhar futuramente com o arquivo, assim como pesquisadores que se utilizarão desses documentos para seus estudos.

De acordo com a teoria arquivística, é necessário que os documentos de arquivo sejam organizados de maneira que seja possível compreender o contexto de produção dos mesmos. Não menos importante, também é necessário que esses documentos sejam organizados e preservados de maneira que eles possam ser acessados pelos usuários. Diante desta situação, o problema de pesquisa pode ser demonstrado por meio do seguinte questionamento: de que forma podemos construir o arranjo de um arquivo pessoal que alie o respeito aos princípios arquivísticos, contextualize a acumulação e produção desses documentos por parte do titular do fundo e facilite o acesso?

Para que possamos responder a essa pergunta, partiremos de três pressupostos, a saber:

Os métodos utilizados para a organização de arquivos públicos institucionais também podem ser utilizados em arquivos pessoais;

O arranjo baseado em funções é o método mais indicado para organizar uma documentação de cunho pessoal;

O arranjo funcional favorece a compreensão dos contextos de produção e acumulação dos documentos que integram o arquivo pessoal.

Neste sentido, a pesquisa tem por objetivo geral produzir o quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco. Como desdobramento, temos os seguintes objetivos específicos: 1. Caracterizar a trajetória profissional de Afonso Arinos e fazer o levantamento da sua produção documental; 2. Entender a relação entre o titular e os documentos acumulados em seu arquivo; 3. Verificar a existência do processo de dispersão, identificando instituições responsáveis por receber partes do fundo arquivístico.

A realização desse trabalho justifica-se devido ao fato de que, apesar de nos últimos anos terem sido publicados vários trabalhos relacionados ao tratamento de arquivos pessoais, essa quantidade ainda é pequena se comparada aos estudos relacionados com arquivos da administração pública. Além disso, ainda há poucos trabalhos sobre o tratamento de documentação pessoal sob o ponto de vista do arranjo baseado em funções, que analisem os desafios e benefícios dessa abordagem.

Espera-se que esse trabalho possa beneficiar os profissionais que trabalham e trabalharão com essa documentação e, em especial, os próprios usuários, permitindo que entendam melhor o contexto de produção dos documentos, permitindo que os documentos sejam melhor interpretados. Por fim, espera-se que esse trabalho contribua academicamente para o desenvolvimento da Arquivologia em geral, em especial para os arquivos pessoais, sendo mais uma opção de trabalho que discute o método funcional.

Nesse ponto, a escolha pela publicação do quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco assume importância ainda maior, pois trata-se do arquivo de um homem público com atuação política destacada, além de ter sido atuante em outras áreas como Literatura, Direito e docência. Acreditamos que, por meio da abordagem pretendida será possível permitir um melhor entendimento das informações contidas nos documentos.

Para que essa pesquisa seja bem compreendida, é necessário contextualizar minha posição dentro do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Sou arquivista formado pela Universidade Federal Fluminense e passei no concurso de 2013 da Fundação Casa de Rui Barbosa para atuar

como técnico de arquivo. Estou lotado no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira onde atuo organizando arquivos, atendendo usuários e liderando alguns projetos. No momento, além das atividades rotineiras, estou encarregado de organizar o arquivo Afonso Arinos de Melo Franco. O tratamento desse arquivo havia sido iniciado no passado de acordo com a metodologia anteriormente utilizada pelo AMLB, mas não foi concluído. O método utilizado não era capaz de contextualizar a documentação e não havia o estabelecimento da relação entre funções e documentos produzidos. Por conta disso, optou-se por reiniciar o tratamento utilizando o método baseado em funções. Para que fosse posto em prática, busquei um melhor entendimento das funções exercidas por Afonso Arinos durante sua trajetória, e procedi à identificação da documentação produzida e acumulada, com o objetivo de produzir o quadro de arranjo do arquivo.

No que tange ao aspecto metodológico, esta pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa. O estudo se iniciou pela pesquisa exploratória da biografia de Afonso Arinos de Melo Franco e de trabalhos publicados sobre sua vida e obras. Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental no arquivo institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, com o intuito de investigar o processo de doação do arquivo ao AMLB. Posteriormente, iniciamos a investigação do processo de dispersão do fundo realizando pesquisa em instituições onde poderiam haver parcelas do arquivo Afonso Arinos.

No passo seguinte, fizemos a identificação da documentação do titular presente no AMLB. Após essa etapa, utilizamos como base teórica para o tratamento e organização do arquivo os trabalhos publicados na área com o objetivo de usar o método funcional para produzir o quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos.

A dissertação foi organizada em cinco seções. A primeira corresponde a introdução. A segunda e a terceira são relativas ao desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e documental. A quarta diz respeito à apresentação do produto técnico-científico. E por último, na quinta seção estão as considerações finais.

A segunda seção aborda as características dos arquivos pessoais e o tratamento desses conjuntos, ressaltando a importância do contexto para compreensão desses documentos. Destaca também a atividade de identificação e do arranjo para o tratamento de arquivos pessoais.

A terceira seção refere-se à caracterização da biografia de Afonso Arinos ao processo de doação do arquivo ao AMLB, e a investigação referente à dispersão ocorrida no fundo Afonso Arinos.

A quarta seção aborda a organização do Arquivo Afonso Arinos, relatando como se deu o primeiro contato com o arquivo; como foi realizada a etapa da identificação; analisa as espécies e tipos documentais encontrados; e finaliza com a apresentação do quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos produzido de acordo com o método baseado em funções. A quinta seção consiste nas considerações finais da dissertação.

A seguir, iremos caracterizar o arquivo Afonso Arinos de Melo Franco, contando um pouco sobre sua trajetória e os acontecimentos marcantes ocorridos em sua vida. Apresentaremos também a história da doação desse arquivo ao AMLB e a investigação sobre o processo de dispersão ocorrido no fundo.

2 OS ARQUIVOS PESSOAIS: CARACTERIZAÇÃO E TRATAMENTO

Os arquivos pessoais surgem da necessidade dos indivíduos de produzirem e acumularem documentos no decorrer de suas rotinas. Estes são produtos das atividades dos indivíduos e representam suas relações sociais, familiares, políticas, entre outras. Os arquivos permitem que seus produtores interajam em sociedade, além de possuírem a característica de permitir que esses indivíduos sejam lembrados futuramente. Macêdo e Oliveira (2019) confirmam tal fato, atrelando o surgimento dos arquivos pessoais a quatro principais fatores: necessidade de criação de documentos para referências diárias; necessidade da existência dos documentos para que se possa relacionar em sociedade; manutenção de sua memória pessoal; e para que possam ser lembrados. Como exemplo de documentos presentes em um arquivo pessoal de um homem público no século XX, como Afonso Arinos, temos: carteira de identidade, certidão de nascimento, certidão de casamento, cartas, bilhetes, notas fiscais, recortes de jornais e revistas, etc.

Os arquivos pessoais passaram um grande período afastados dos debates teóricos da área. Hoobs (2018) se refere a esse período como sendo caracterizado pela presença de um “certo silêncio” sobre esse tipo de documentação na teoria da área. Além disso, segundo Vam de Berg (2019), até o século XIX não era algo comum a presença de arquivos pessoais em instituições arquivísticas.

A ausência desses arquivos nas discussões teóricas da área teve como justificativa o fato de que até o século XIX esses documentos não eram considerados de fato como arquivos, e por conta disso eram doados a museus e bibliotecas e caracterizados como coleção e/ou manuscritos. Nessas instituições, a documentação pessoal sofria abordagens baseadas no tratamento individual dos documentos, item a item, abordagens que divergiam da forma preconizada pela arquivologia, que privilegia o tratamento de conjuntos documentais, metodologia mais adequada à manutenção da organicidade que caracteriza a formação dos arquivos.

Mas por que esses documentos de caráter pessoal não eram considerados arquivos? Um dos principais motivos está relacionado com as características específicas de formação desses conjuntos. Os arquivos pessoais são caracterizados por não seguirem normas rígidas de controle para orientar sua produção. Eles surgem do desejo individual do seu produtor, para cumprir funções de acordo com seus interesses. Enquanto que os arquivos institucionais, em geral, são produzidos mediante procedimentos mais formalizados e rígidos.

O arquivo pessoal reflete não só o que a pessoa faz ou pensa, mas também quem ela é, como ela encara e vivencia a sua existência. Um indivíduo produz documentos para satisfazer seus interesses, seus gostos ou sua personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento, ou política empresarial o obriga a isso. (HOOBS, 2018, p. 264).

Vale ressaltar ainda, que segundo Hoobs (2018), a teoria arquivística foi pensada por autores que possuíam experiência no tratamento de arquivos institucionais, onde se destacavam aspectos organizacionais, distintos da natureza individual e doméstica dos arquivos pessoais. Por conta disso, e associado ao fato de que na Arquivologia os conceitos foram criados em decorrência da prática, existe um distanciamento dos arquivos pessoais na elaboração da teoria arquivística (VAM DE BERG, 2019).

Analisando as publicações clássicas referentes à teoria arquivística, podemos atestar tal fato. De acordo com Macêdo (2020), trabalhos como o *Manual dos arquivistas holandeses* (1898), o de Hilary Jenkinson (1922) e de Theodore Schellenberg (1956)⁵ não consideravam os arquivos pessoais como arquivos propriamente ditos. O primeiro manual que incluiu os arquivos pessoais dentro do “universo arquivístico” foi o de Eugenio Casanova, em 1928.

Portanto, o fato de os arquivos pessoais terem sua produção orientada por motivos distintos, em comparação aos institucionais, somado ao fato de os conceitos arquivísticos terem sido elaborados com base na prática, que estava diretamente atrelada ao tratamento de arquivos institucionais, resultou na não inclusão dos arquivos pessoais na teoria arquivística clássica, inteiramente baseada em documentos administrativos, sobretudo de natureza pública. Isso fez com que os eles fossem relegados inicialmente a uma posição de “não-arquivo”.

A dificuldade da definição e do reconhecimento destes documentos enquanto arquivos, para além de coleções artificiais, possibilitou que estes ocupassem uma posição ambígua e curiosa – um lugar e um não lugar – no desenvolvimento da teoria arquivística tradicional. (MACÊDO; OLIVEIRA, 2019, p.117).

De acordo com Vam De Berg (2019), essa situação foi modificada quando os arquivos pessoais passaram a se tornar fonte de pesquisa, principalmente para a História. Essa mudança foi ocasionada devido a eventos ocorridos na historiografia no século XX e por influência da Escola de Annales⁶.

Os historiadores dessa escola, buscando por novos temas de pesquisa, romperam com tradições da historiografia, que se apoiava no estudo de documentos textuais e administrativos. O movimento liderado pela Escola dos Annales alterou a concepção de documento, passando a

⁵ O manual de Schellenberg não fazia menções aos arquivos pessoais de maneira específica, embora fizesse menção aos arquivos privados.

⁶ A Escola de Annales foi um movimento onde um grupo de historiadores contestava o método científico que orientava a historiografia. Esse grupo rompe com as fontes documentais tradicionais e cria uma nova forma de metodologia para a pesquisa histórica. (VAM DE BERG, 2019).

considerar como fontes de informações para suas pesquisas outros registros como fotografias, diários, documentos audiovisuais, entre outros.

Com o advento das mudanças na historiografia, ocorreu a “análise dos sujeitos históricos pelo viés da história cultural e da antropologia histórica” (VAM DE BERG, 2019, p.14). A partir disso, surgiram novos caminhos para a pesquisa histórica além de um novo objeto de pesquisa. Dessa forma, os arquivos pessoais passaram a despertar o interesse dos pesquisadores com sua variedade documental.

Os pesquisadores reconheceram que o sujeito histórico é um ser complexo e, portanto, para compreendê-lo se faz necessária uma investigação que abarque a multiplicidade de documentos que produz. (VAM DE BERG, 2019, p.14).

Por conta desse movimento, o documento administrativo passa a dividir a atenção com os registros de natureza histórica como fontes de pesquisa, principalmente devido a riqueza informacional que esses “novos registros” poderiam prover. “Desse modo, o documento textual, administrativo e produzido pelo Estado, que até então era a principal fonte utilizada nos estudos históricos, perdeu sua primazia.” (VAM DE BERG, 2019, p.14).

Nesse contexto, percebe-se como o interesse da Arquivologia pelos arquivos pessoais se dá por influência direta dos historiadores que buscavam novas fontes documentais e encontraram nos documentos pessoais um grande potencial informativo.

No âmbito da Arquivologia podemos dizer a princípio, o interesse científico da área por arquivos pessoais ocorreu influenciado e correlacionado ao interesse dos historiadores por essas fontes documentais devido, principalmente ao crescimento do número de pesquisas sobre o âmbito da vida privada. (VAM DE BERG, 2019, p.15).

A partir dos anos 1970, temos no Brasil, o surgimento de diversos centros de documentação, que irão trabalhar com esse tipo de acervo. Concomitantemente nesta época, de acordo com Macêdo (2020), há o início da incorporação de arquivos pessoais por instituições arquivísticas, influenciadas por uma nova história cultural, herdeira da escola dos Annales. “É a partir do crescente interesse dos historiadores pelas fontes de origem privada que a arquivologia passa a se dedicar mais a esses acervos.” (MACÊDO, 2020, p.192).

Por conta disso, em 1975, de acordo com Vam de Berg (2019), houve uma recomendação do Arquivo Nacional publicada na revista *Arquivo & Administração* para que houvesse a publicação de guias por partes das instituições detentoras de arquivos pessoais para que pudessem auxiliar o trabalho dos pesquisadores. Ainda de acordo com Vam de Berg (2019), esta atitude ia de encontro com as recomendações internacionais realizadas durante o VIII Congresso Internacional de Arquivos. Neste evento houve uma sugestão do Congresso ao

Conselho Internacional de Arquivos que incluísse em seu programa de trabalho o estudo da organização e conservação dos arquivos privados, devido ao aumento da procura para consulta a esse tipo de documentação.

Os primeiros estudos sobre arquivos pessoais “possuíam uma visão mais pragmática e metodológica” (VAM DE BERG, 2019, p.19) que se refletia em manuais que buscavam orientar os profissionais responsáveis pelo tratamento de tais arquivos. Isso está ligado diretamente ao fato de que os conceitos da área estavam relacionados com a prática. Segundo Vam de Berg (2019), esse panorama se modificou com a Arquivologia Contemporânea,⁷ onde os arquivos pessoais passaram a ser incluídos nas pesquisas arquivísticas. Isso foi de grande importância para atualização da área, possibilitando uma reflexão sobre a Arquivologia clássica e seus conceitos.

No contexto atual, onde cada vez mais os arquivos pessoais ganham espaço, torna-se importante discutir sobre o tratamento dos mesmos. É neste ponto que meu trabalho se insere, buscando como trabalhar esses documentos da melhor maneira possível.

Após realizarmos um breve histórico sobre os arquivos pessoais dentro da teoria arquivística, iremos caracterizá-los para que depois possamos nos ater ao tratamento propriamente dito desses conjuntos documentais.

2.1 Características dos arquivos pessoais

Arquivos pessoais por definição são produzidos, recebidos e acumulados como produtos das atividades e funções realizadas pelo indivíduo, e por conta disso, possuem caráter probatório e servem de lembrança mesmo após o final da atividade que lhe deu origem.

Eles possuem uma série de características que os diferem de outros conjuntos de natureza arquivística. Uma delas está relacionada ao seu próprio processo de formação. Os documentos presentes nos arquivos pessoais são oriundos das atividades do indivíduo e este é livre para “produzir” seu arquivo da maneira que julgar conveniente, sem que haja um padrão para isto. As exceções a essa característica são os documentos obrigatórios por lei, dos quais o indivíduo necessita para viver em sociedade, como documentos identitários, certidões e comprovantes.

[...] os fundos pessoais não possuem regras rígidas e determinantes no que se refere aos seus arquivos. O que é possível localizar são elementos norteadores, fruto de

⁷ De acordo com Vieira (2013), considera-se como Arquivologia Contemporânea o período a partir da década de 1990, quando surge a Arquivologia pós-moderna, onde há o aumento da produção do conhecimento arquivístico e ocorre o desenvolvimento das tecnologias de informação. Com isso, conceitos sedimentados da área são repensados.

convenções sociais vigentes de determinado período histórico, além, é claro, da legislação e normas institucionais que determinam a obrigatoriedade da existência e guarda de determinados documentos. (MACÊDO, 2020, p. 195).

Silva (2013) também destaca a liberdade dos arquivos pessoais, manifestada sob três formas: liberdade de acumulação, organização e seleção. A primeira está relacionada com o livre arbítrio do titular em guardar seus documentos. A segunda é referente à autonomia que o titular possui para organizar seus registros, sem que haja necessidade de obedecer a algum critério externo. E, por último, a liberdade de seleção está relacionada com a ação do titular em avaliar e manter ou eliminar os documentos presentes em seu arquivo.

Os arquivos pessoais também têm como característica o fato de não constituírem conjuntos documentais estáticos. De acordo com Macêdo (2020), esses conjuntos possuem forma provisória, que se altera ao longo da vida.

Outra característica importante a ser destacada dos arquivos pessoais está relacionada com a variedade de documentos produzidos. É comum existir uma grande quantidade de documentos que se referem a atividades e funções do indivíduo, assim como outros documentos de caráter subjetivo relacionado a interesses pessoais, além da presença de objetos com quais o titular possa ter alguma relação de afeto. Também é frequente a existência de documentos nos quais não fica clara a relação do mesmo com o titular.

A constituição do arquivo pessoal será marcada pela mescla de documentos que representam as atividades formais dos indivíduos com aqueles que representam atividades difíceis de serem determinadas. (MACÊDO; OLIVEIRA, 2019, p.116).

Esses documentos possuem uma série de particularidades, que se tornam aliadas para o entendimento do contexto de produção e manutenção desse tipo de documentação. Segundo Macêdo (2020), há a possibilidade de encontrar nos documentos produzidos por indivíduos todas as cinco características pertencentes a um documento de arquivo.

É possível sim, independente de forma e suporte documental, localizar – nos documentos que representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios – as cinco características do documento de arquivo: autenticidade, imparcialidade, naturalidade, unicidade, organicidade. (MACÊDO, 2020, p. 197).

Esses documentos possuem autenticidade por comprovar ações e transações; possuem imparcialidade por terem sido produzidos por meio de um ato, como prova de uma atividade; possuem naturalidade⁸ em sua acumulação, devido ao fato de serem reunidos para a execução

⁸ Nesta análise não foi levada em consideração a presença de coleções no interior de um arquivo pessoal. As coleções são criadas de maneira intencional e artificial, não sendo acumuladas naturalmente durante a execução de atividades do produtor, como nos documentos arquivísticos.

de atividades, ; possuem unicidade por conta de serem únicos dentro do contexto orgânico ao qual pertencem; e a organicidade, que pode ser notada nas relações entre os conjuntos documentais e a vida dos produtores, onde os documentos pertencentes a esses conjuntos são originados por conta das atividades realizadas. A identificação dessas cinco características contribuiu para aproximar os arquivos pessoais da teoria arquivística. Este fato somado ao interesse nesses arquivos como fonte de pesquisa, impulsionou os estudos a respeito do tratamento dos mesmos. Apesar disso, de acordo com Macêdo (2020), em comparação aos estudos envolvendo arquivos institucionais, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Após destacarmos as características dos arquivos pessoais, destacaremos a importância do contexto como um elemento necessário para o entendimento da documentação e para o tratamento documental.

2.2 O contexto como elemento norteador no tratamento documental

Os arquivos pessoais quando doados a instituições de guarda, geralmente chegam em um estado desordenado e confuso. Isso é esperado e naturalmente aceitável. Em determinados casos os produtores ainda buscam deixar organizada sua documentação, mas isso não é um fato recorrente. Quando os arquivistas se deparam com estes tipos de documentos, há diversas possibilidades de trabalhá-los.

Ao iniciar o tratamento de arquivos pessoais, é necessário saber que, de acordo com Sobral; Oliveira (2019), os documentos pertencentes a um arquivo pessoal são produzidos em contextos diferentes em comparação aos arquivos institucionais. Eles têm sua produção documental como resultado de uma combinação de diferentes contextos, entre eles o meio social em que o titular está inserido e a forma de utilização desses documentos.

Essas informações sobre o contexto de uso e produção são de grande utilidade para que esses documentos possam ser interpretados de maneira adequada. Quando os documentos são analisados sem que haja o entendimento do contexto no qual foram produzidos, há perda informacional que compromete o entendimento da documentação.

Arquivos pessoais são fontes de memória tanto para o titular que os produziu e acumulou, como também para a sociedade na qual ele estava inserido. Esses documentos estão relacionados com um contexto específico. Quando esses documentos são analisados posteriormente, outros contextos estão envolvidos no momento, e por isso eles passam a ter significados que diferem dos que orientaram sua produção. Dessa forma, para que se possa

recuperar o significado dos documentos presentes em um arquivo pessoal, é necessário que se busque restabelecer o contexto de produção original desses documentos.

Macêdo (2020) também destaca a importância do contexto para o entendimento da documentação presente em um fundo. De acordo com a autora, ao realizar o tratamento desses conjuntos de acordo com os princípios arquivísticos e mantendo o contexto de produção em que os documentos foram criados, é possível garantir as diferentes formas de interpretação do conteúdo dos documentos.

A fim de garantir as diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos pessoais devem ser tratados a partir dos princípios teóricos arquivísticos que visam a manutenção do contexto em que os documentos foram produzidos. (MACÊDO, 2020, p.199).

Portanto, destacamos a importância do contexto como um elemento fundamental no entendimento da documentação presente em um arquivo pessoal. Por conta disso, esses documentos devem ser trabalhados sob abordagens que levem em conta aspectos contextuais da produção documental. Mas de que forma as informações relativas ao contexto de produção podem ser recuperadas de modo a auxiliar o tratamento da documentação?

Essas informações devem ser obtidas por meio de um processo de pesquisa, onde o arquivista atuará buscando estudar o contexto de produção dos documentos presentes em determinado fundo arquivístico. Vários fatores estão relacionados com a produção documental e devem ser avaliados. A identificação é a etapa arquivística responsável pelo levantamento dessas informações.

Um dos principais fatores diz respeito à localização de cada documento dentro do arquivo. O local que o documento assume em um conjunto e a relação que ele estabelece com os demais documentos presentes no arquivo retrata o vínculo arquivístico existente entre esses documentos. O arquivista deve atuar buscando recuperar este vínculo, entendendo melhor a relação de cada documento com a atividade que lhe deu origem, além da relação entre os documentos com o conjunto documental do qual eles fazem parte.

Nesse sentido, o vínculo arquivístico está relacionado com a gênese documental e a efetivação da ação que originou o documento, uma vez que estabelece o relacionamento entre os documentos criados e o lugar que ocupa no conjunto. (SOBRAL; OLIVEIRA, 2019, p.179).

Ainda segundo Sobral; Oliveira (2019), outros fatores importantes envolvidos na gênese documental e que precisam ser avaliados pelo arquivista são os contextos sócio-políticos, culturais e econômicos. Eles influenciam diretamente a documentação e por conta disso, precisam ser levados em consideração para que ela possa ser melhor compreendida. As

informações sobre esses fatores podem ser obtidas pelos arquivistas por meio da análise de conteúdo, estrutura e forma dos documentos.

Dessa forma, os arquivistas, ao buscarem uma abordagem contextual para os seus arquivos e ao dedicarem-se a identificar ou reconstruir essas relações contextuais de forma mais rigorosa, estarão desempenhando uma representação do arquivo e seus documentos de forma a assegurar as características significativas de seus documentos (SOBRAL; OLIVEIRA, 2019, p.180).

A importância das abordagens contextuais também é destacada por Macêdo; Oliveira (2019). Segundo as autoras, as abordagens contextuais para tratamento dos arquivos permitem que o processo de organização da documentação seja realizado de forma consciente da influência exercida pela subjetividade das escolhas dos arquivistas. Nesse sentido, existem possibilidades de levar ao usuário o conhecimento das tomadas de decisão que influenciaram diretamente a forma como aquele acervo foi tratado. Essas abordagens são responsáveis por estabelecer uma associação entre a função dos documentos para produtor e os contextos originais desses documentos, permitindo que os documentos possam ser interpretados de maneira livre.

Para que o arquivista possa trabalhar a documentação por meio de uma abordagem contextual, é necessário que ele consiga reunir o máximo de informações referentes aos documentos. Para isso, é necessário um extenso processo de pesquisa nas fontes disponíveis. Esse trabalho tem os seguintes objetivos: conhecer a biografia do titular do arquivo, suas funções e atividades; analisar os documentos integrantes do conjunto; verificar se o fundo se encontra completo ou apresenta sinais de dispersão; identificar o período histórico onde a documentação e o produtor estão inseridos; descobrir como foi a cadeia de custódia até o momento da doação, entre outros.

Entendemos o trabalho de organização dos arquivos pessoais como um exercício constante de pesquisa. Para lidar com esses arquivos é necessário assimilar a ideia de que indivíduos durante o curso de suas vidas estabelecem diversas relações, transitam em vários espaços e assumem diferentes posições. (LIMA; ARAÚJO 2019, p. 91).

Conhecer a biografia do titular do arquivo, com suas funções e atividades não é algo simples, exige uma extensa pesquisa sobre a trajetória do produtor. É necessário que o arquivista consiga identificar as tarefas responsáveis pela gênese documental. A quantidade de funções, a imbricação e simultaneidade entre elas são causas que tornam mais complexa a identificação das atividades diretamente responsáveis pela produção dos documentos. Em alguns casos, informações contidas nos documentos podem ajudar a esclarecer dúvidas referente as funções exercidas. Por conta da atuação dos arquivistas nesse processo de pesquisa biográfica, Lima; Araújo (2019) caracterizam esses profissionais como investigadores de

trajetórias. Essa atividade é considerada crucial na organização de um arquivo pessoal, permitindo que trajetória, funções e atividades do produtor sejam reveladas na disposição da documentação e no quadro de arranjo.

O arquivista também deve analisar a documentação, tomando conhecimento da natureza dos documentos presente no fundo arquivístico. Durante a fase do tratamento arquivístico chamada identificação, os documentos serão identificados e relacionados com a função responsável pela sua produção. Nessa etapa o arquivista também buscará entender como o documento foi produzido e para qual finalidade.

Outras informações também são necessárias para que se possa contextualizar a documentação de maneira adequada. Deve-se pesquisar para saber se o fundo está íntegro ou se existem sinais de dispersão. A ocorrência da dispersão na documentação presente no fundo pode comprometer todo o tratamento documental. Outra característica importante a ser pesquisada é a história de custódia. O arquivista deve buscar obter informações sobre quem foram os responsáveis pela custódia da documentação desde a produção até a doação. Mudanças constantes de custódia podem ser uma justificativa da presença de lacunas na documentação.

Macêdo (2020) apresenta o conceito de contextualidade expansiva como uma alternativa interessante para reunir a maior quantidade de informações sobre determinado fundo arquivístico. Essa abordagem consiste em utilizar as fontes de informações sobre produtor, arquivo e documentos de maneira exaustiva, com o objetivo de reescrever a história do arquivo da maneira mais completa possível.

Conhecer o arquivo, seus documentos constituintes, seu produtor, o período histórico compreendido etc. são partes do papel de pesquisa desempenhado pelo arquivista. A busca pela contextualidade expansiva do acervo visa criar um campo de referência o mais exaustivo possível sobre o fundo em questão. (MACÊDO, 2020, p. 199).

A contextualidade expansiva defendida por Macêdo (2020) se mostra como uma boa aliada para o processo de recuperação contextual, pois visa obter as informações por meio de pesquisa. Para que isso possa ocorrer, é importante que tenhamos o arquivista como um agente pensador no desenvolvimento de pesquisas sobre o produtor e a documentação, e não apenas como um profissional que reproduz técnicas. Somente dessa forma será possível representar o contexto responsável pela produção documental.

O entendimento da formação documental é imprescindível para que não se confunda o contexto de produção do arquivo pessoal com seu potencial uso informacional; para que os documentos não percam aquilo que os tornam únicos: a capacidade de representar a atividade que lhes deu origem. (MACÊDO; OLIVEIRA, 2019, p.121).

Com o intuito de restabelecer o contexto de produção dos documentos presentes no arquivo Afonso Arinos de Melo Franco foi realizado uma extensa atividade de pesquisa para obter informações referentes ao titular e à documentação produzida.

Para iniciar esse processo, foi feito um estudo sobre a biografia de Afonso Arinos de Melo Franco buscando entender quem foi o titular, quais funções exerceu, e em que período histórico estava inserido. Foram realizadas as seguintes pesquisas: na bibliografia produzida sobre Afonso Arinos, na internet, e na documentação do titular presente no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.

Posteriormente, realizamos uma pesquisa sobre o processo de doação ao AMLB, procurando entender como foi feita a doação, por quem, e com qual finalidade. Também foi analisada a documentação presente no AMLB, o que nos deu uma pista sobre um possível caso de dispersão. Por conta disso, aprofundamos um pouco mais nossa pesquisa tentando achar mais informações sobre esse fato que será abordado no capítulo 2.

Após destacarmos a importância de conhecer o contexto de produção para o entendimento da documentação presente em um fundo arquivístico, iremos abordar uma atividade de grande importância para a organização desses documentos: a identificação dos documentos presentes em um arquivo pessoal.

2.3 A Identificação como etapa indispensável para o tratamento desses conjuntos

Os arquivos pessoais surgem a partir da vontade e interesse dos produtores, sem que haja regulamentação para isso. O processo de produção e acumulação desses documentos é livre. Apesar de não haver regras fixas para sua produção, como em comparação aos arquivos de instituições, os arquivos pessoais também são resultados de atividades e funções desempenhadas.

Após o fim da vida do produtor, esses arquivos são mantidos, trabalhados e preservados de acordo com o interesse histórico e social dos documentos, por meio dos quais é possível difundir memórias individuais de maneira coletiva. À medida que os documentos de um determinado arquivo são capazes de revelar suas particularidades, entrar em contato com esses documentos nos permite estar mais próximo da trajetória do produtor.

É necessário reafirmar que, embora os arquivos pessoais inicialmente não tenham sido pauta no desenvolvimento da teoria arquivística, eles possuem características específicas dos documentos arquivísticos e, por isso, devem ser tratados como tais. Para que isso possa ocorrer

de maneira satisfatória, é necessário que o tratamento dessa documentação seja realizado com base nas funções e atividades desempenhadas pelo produtor.

Embora não haja uma regulamentação na legislação para se organizar arquivos pessoais, há procedimentos institucionais a serem seguidos. Esses arquivos devem ser trabalhados seguindo-se o entendimento das funções e atividades desempenhadas pelo titular do arquivo. (TRANCOSO; SILVA, 2013, p.34).

Quando os arquivos pessoais não são trabalhados de acordo com a teoria arquivística, geralmente ocorre o tratamento temático da documentação, que culmina em quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa com baixa complexidade, prejudicando o processo de recuperação e uso da documentação.

Esse afastamento justifica o tratamento temático da informação pessoal, quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa com baixo grau de complexidade, normatividade e, em certos casos, incoerências. (CAVALHEIRO; SANTOS, 2018, p.4).

Os documentos encontrados nos arquivos pessoais expressam individualidades e subjetividades, exigindo do arquivista uma atenção redobrada na contextualização dos documentos de acordo com as ações que o titular desempenhou ao longo da vida. Além disso, a multiplicidade de documentos e objetos acumulados durante a vida do produtor faz com que o tratamento dessa documentação se torne um desafio para os profissionais da área.

O arquivista que atua com arquivos pessoais trabalha como quem monta um quebra-cabeça, onde as peças encontram-se espalhadas em meio ao conjunto, e precisam ser identificadas, reunidas e articuladas, para que façam sentido. (SILVA, 2015, p.182).

Para que arquivos pessoais possam ser trabalhados segundo a teoria arquivística, baseando-se nas funções e atividades do produtor, é importante se atentar para a atividade de identificação, considerada a primeira etapa do tratamento arquivístico. De acordo com Manual de organização de arquivos pessoais da Fundação Oswaldo Cruz (2015), esta etapa é composta de duas vertentes associadas. A primeira está relacionada com a identificação do contexto envolvido na formação do arquivo. A segunda relaciona-se com a identificação propriamente dita dos documentos integrantes desse arquivo.

A identificação, segundo Cavalheiro; Santos (2018) trata-se de uma atividade essencial para as demais funções arquivísticas como arranjo, avaliação e descrição. Ela é uma etapa prévia do tratamento arquivístico, responsável por analisar produtor, suas funções e os tipos documentais delas resultantes.

A identificação consiste em uma atividade de pesquisa, pois por meio dela é possível buscar o entendimento da gênese documental, assim como compreender o contexto de produção dos documentos, e o vínculo entre função, documento produzido e produtor.

Em Arquivologia, o “identificar” emerge em sinonímia com o “pesquisar”, processo esse que, por sua vez, deve contemplar o reconhecimento e a demarcação da gênese e dos contextos de proveniência, organicidade, procedimentos e usos dos documentos de arquivo e sua informação, associando sua produção às conjunturas individuais e/ou coletivas, coligando razões e funções. (CAVALHEIRO; SANTOS, 2018, p.10).

De acordo com o Manual de organização de arquivos pessoais da Fundação de Oswaldo Cruz (2015), o processo de identificação é formado por duas fases, ou etapas. A primeira fase consiste na identificação do contexto envolvido na produção do arquivo, o que em um arquivo pessoal corresponde ao estudo biográfico do produtor desse arquivo. A fase seguinte está relacionada com o levantamento das espécies e tipos documentais presentes no arquivo, assim como a quantificação deles.

Na primeira fase do processo de identificação, deve-se buscar reunir a maior quantidade de informações relacionadas com o produtor. Por conta disso, é necessário estudar a biografia do titular, bem como buscar outras fontes de informações como amigos, familiares, publicações sobre sua vida e obra, sites na internet e instituições onde ele tenha atuado. Essas informações permitirão relacionar a documentação produzida e acumulada com as funções e atividades desempenhadas pelo titular.

Contudo, o arquivista precisa compreender a lógica da acumulação dos documentos do produtor. Nesse sentido, deve procurar conhecer as atividades dos profissionais e as relações sociais mantidas pelo indivíduo ao longo da vida. [...] É preciso levar em conta os indícios deixados pelo produtor e por aqueles que, direta ou indiretamente contribuíram na constituição ou organização do arquivo. (TRANCOSO; SILVA, 2013, p.34).

Ainda durante a primeira etapa da identificação ocorre também o levantamento da produção documental do titular. No caso de escritores, como é o caso do nosso objeto de pesquisa⁹, o arquivista deve buscar conhecer os textos de autoria do titular. Eles são importantes fontes capazes de fornecer informações úteis para a compreensão do processo de produção documental.

Ao tratarmos da identificação do arquivo de um escritor, por exemplo, é essencial que o arquivista, além da vida privada, grosso modo, conheça (ou passe a conhecer) a trajetória do indivíduo na “arte da palavra”, isto é, suas produções, estilística, escola literária, influência e títulos; para tanto, devem ser atentados, essencialmente, os rascunhos, manuscritos e datiloscritos de obras (fontes primárias), bem como seus produtos (as obras, fontes secundárias): Eis uma maneira de prezar por “contextos” via “textos”. (CAVALHEIRO; SANTOS, 2018, p.12).

⁹ A atividade de escritor, no caso do Afonso Arinos, foi uma de suas áreas de atuação.

A segunda fase da identificação está relacionada com o levantamento dos tipos documentais e das séries documentais diretamente ligadas a eles. Nesta etapa, a Diplomática Contemporânea surge como uma aliada, auxiliando na análise da documentação produzida.

A Diplomática Contemporânea atua no estudo da gênese do documento e da sua relação contextual com o organismo produtor. Por meio da tipologia documental, há uma análise detalhada do documento, suas características e a vinculação com a atividade que lhe deu origem.

Uma vez que a Diplomática Clássica se atinha à autenticidade, à forma e à tradição do documento, dirigia-se sua atenção à espécie documental; a Diplomática Contemporânea, por sua vez, atém-se ao motivo pelo qual o registro foi gerado, isto é, ao evento que induz sua produção. (CAVALHEIRO; SANTOS, 2018, p.8).

De acordo com Dorneles; Silva (2020), nesta segunda fase ocorre a identificação das tipologias documentais, onde é analisado os elementos presentes nos documentos e os seus conteúdos, com vistas a compreender a documentação.

A segunda etapa é a identificação de tipologias que busca fazer um levantamento dos elementos (intrínsecos e extrínsecos) que estão contidos no documento como o seu gênero, forma, formato e suporte, assim como identificar seu conteúdo, (função e atividade) com o objetivo de entender o contexto documental desde a sua produção. (DORNELES; SILVA, 2020, p.115).

Para que possa ser identificado o tipo documental, é necessário que primeiro seja definida a espécie documental. Isso ocorre devido ao fato de que, de acordo com Bellotto (2002), a tipologia documental é definida a partir da espécie documental acrescida da atividade que a gerou. Portanto, o tipo documental é a forma que assumirá o documento de acordo com a atividade e o contexto no qual foi produzido. Ele é formado por uma base fixa, que é a espécie documental.

Por meio da tipologia, o documento pode ser analisado de maneira mais esmiuçada, levando em consideração suas características físicas, seu conteúdo e a relação com a atividade da qual foi originado. Como resultado, temos uma melhor compreensão do processo de produção documental.

Assim, a tipologia documental é o estudo mais detalhado do documento e suas características físicas, tais como formato, escrita e matéria, vinculadas à atividade que lhe deu origem. Esta composição permite compreender melhor a lógica orgânica dos conjuntos documentais, relacionando às suas competências, sejam elas administrativas, jurídicas ou outras. (SILVA, 2015, p.185).

Além disso, a análise da tipologia documental permite que a partir dela haja estabelecimento das séries documentais que estarão no arranjo da documentação. De acordo com Cavalheiro e Santos (2018), as séries documentais são definidas pela seguinte fórmula: produtor + função + tipo documental.

Dessa forma, a identificação é uma etapa que não pode ser desprezada no tratamento arquivístico de documentos pessoais. Ela é indispensável para que se possa ter o entendimento da gênese documental. O tratamento de um arquivo pessoal feito de maneira correta necessariamente passa por uma boa identificação arquivística. Caso contrário, todas as demais atividades arquivísticas ficam comprometidas.

Agora debateremos sobre outra etapa de grande importância no tratamento de arquivos pessoais: o arranjo desses documentos. O arranjo terá grande importância para a conformação final do instrumento de pesquisa.

2.4 O arranjo em arquivos pessoais

Após a etapa da identificação, relatada na seção anterior, a primeira atividade a ser realizada para o tratamento de um arquivo pessoal consiste no arranjo. Esta atividade, segundo Macêdo; Oliveira (2019) é a primeira forma de representação do arquivo, onde o arquivista cria instrumentos capazes de demonstrar a relação do produtor com seus os documentos e os processos responsáveis pela produção deles. Mas o que significa o termo arranjo? Ele é definido como:

Sequência de operações intelectuais e física que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37).

De acordo com Araújo; Lima (2020), a Arquivologia no Brasil utiliza-se dos termos classificação e arranjo para definir as atividades de agrupar documentos que possuem relações em unidades significativas, destacando a organicidade desses conjuntos. A diferença de nomenclatura está relacionada com a fase em que a atividade ocorre. Segundo Bellotto (2006), na prática convencionou-se a usar o termo classificação para arquivos correntes, enquanto o termo arranjo é utilizado para arquivos permanentes¹⁰.

Por conta disso, o termo arranjo é utilizado para designar a atividade de organização dos arquivos pessoais que são doados a instituições públicas ou privadas por conta do potencial informativo e histórico da documentação.

Para que esses documentos possam ser organizados de maneira adequada é necessário que se produza um instrumento que precede o arranjo. Trata-se do quadro de arranjo, onde são

¹⁰ Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor. Também chamado de arquivo histórico. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.34)

estabelecidos os critérios nos quais a atividade do arranjo deve se basear. O quadro de arranjo tem por definição:

Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.141).

De acordo com Lopera (2021), para criação de um quadro de arranjo, existem três critérios possíveis: o tipológico, o estrutural e o funcional. O último é o mais indicado e mais adequado para a Arquivologia, e sua criação se baseia nas funções e atividades exercidas por um organismo produtor.

De acordo com esse critério, este instrumento é criado com o intuito de permitir uma vinculação entre o produtor, suas funções e atividades, e a documentação presente no arquivo. Para que isso possa ocorrer de maneira satisfatória, é necessário que o processo de identificação tenha sido realizado de maneira correta.

A partir da produção do quadro de arranjo, pode-se seguir para a atividade de arranjo propriamente dita. Esta atividade, de acordo com Nascimento; Konrad (2016) é formada por duas vertentes, a intelectual e a física. A intelectual está relacionada com a análise dos documentos com relação a forma, conteúdo e origem funcional. A física está relacionada com a inserção dos documentos em caixas, pastas e estantes, além da colocação das etiquetas de identificação.

Vamos nos ater à vertente intelectual do arranjo. A partir da utilização do método funcional, é feita uma abordagem contextual, onde se buscará estabelecer uma relação entre produtor, suas funções e a documentação produzida. Para isso, é necessário que o arquivista atue buscando realizar uma análise crítica sobre o contexto de produção dos documentos. Deve-se buscar entender como se dava a organização da documentação por parte do produtor, com qual finalidade o titular produzia e acumulava determinados documentos, e com quais funções esses documentos estavam relacionados.

Em primeiro lugar, ao elaborar o arranjo, deve dar voz ao produtor, e cumprir tanto quanto for possível o princípio da ordem original. Precisa identificar a organização dada pelo produtor enquanto mantinha o arquivo em seu ambiente e o utilizava para atender suas necessidades. (MACÊDO; OLIVEIRA, 2019, p.121).

De acordo com Nascimento; Konrad (2016), é importante destacar que o arranjo deve ser elaborado levando-se em conta a natureza da documentação e as funções envolvidas no processo de produção documental, fazendo com que nenhum arranjo possa ser estabelecido de maneira prévia. Cada arranjo é único e ele deve ser produzido de forma a espelhar a organicidade do fundo.

O arranjo documental de um dado acervo deve corresponder, em linhas gerais, à estrutura e às funções desempenhadas pela entidade administrativa que o produziu. Este aspecto é fundamental para preservar a organicidade do acervo arquivístico a ser arranjado. (NASCIMENTO; KONRAD, 2016, p.158).

Também é importante destacar que, antes de pôr em prática o arranjo, o arquivista deve verificar, de acordo com Bellotto (2006), os seguintes elementos: a proveniência da documentação; a biografia do indivíduo produtor; as funções relacionadas com a produção documental; o conteúdo dos documentos; e o tipo de material encontrado nos documentos. Após a verificação prévia, o arranjo deverá ser o instrumento responsável por reunir esses elementos de maneira orgânica. Isso é indispensável para o sucesso da organização documental.

O arranjo, junto com a descrição, consiste em atividades que possibilitam garantir o acesso aos documentos presentes em um arquivo. Nesse processo o arranjo atua por meio de uma representação arquivística, demonstrando a teia de relações entre contexto, produtor e documentos, permitindo que a documentação possa ser interpretada de maneira livre.

Vale ressaltar que o arranjo, enquanto representação arquivística, possui a função de possibilitar a utilização do acervo por meio da construção e do entendimento das relações entre os documentos, seu produtor e o contexto no qual se inserem. O arquivista deve organizar o acervo sem interferir nas múltiplas possibilidades de pesquisa e, nesse sentido, entende-se que será por meio da observância aos princípios arquivísticos, no momento da organização, que se evitará a ambiguidade nesses arquivos. (MACÊDO; OLIVEIRA, 2019, p. 120).

Dessa forma, nosso objetivo é produzir o quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Mello Franco com base nos critérios funcionais, permitindo que o produtor, os documentos, e as funções e atividades realizadas possam ser representados de maneira hierarquizada no arranjo arquivístico. Para que isso possa ocorrer, caracterizaremos no capítulo a seguir a história biográfica do titular e a história arquivística da documentação.

3 O ARQUIVO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

3.1 Biografia de Afonso Arinos de Melo Franco¹¹

Um arquivo pessoal é formado por documentos que são produzidos em contextos diferentes, como por exemplo o meio social no qual o produtor está inserido e a forma de uso desses documentos. As informações referentes a esses contextos são necessárias para que os documentos possam ser analisados de maneira adequada. Quando as informações acerca dos contextos não são obtidas, compromete-se a capacidade de interpretar as informações contidas nos documentos.

Dessa forma, os arquivos pessoais necessitam de uma abordagem para o tratamento que contextualize a documentação encontrada e a relacione com o organismo produtor. Nesse caso, busca-se realizar um extenso levantamento biográfico, com vistas a auxiliar a identificação das funções e atividades realizadas. Também devem ser pesquisadas as relações familiares, sociais e profissionais do(a) titular, que permitirão conhecer distintas nuances de sua vida. De acordo com Oliveira (2012), o levantamento biográfico consiste na primeira etapa do trabalho de pesquisa para a reconstrução do contexto arquivístico.

O arquivo pessoal é regulado pela vida cotidiana de seu produtor e, posteriormente, pode ser afetado pelas interferências, muitas vezes não registradas, dos herdeiros e seus sucessores. O trabalho de pesquisa exige um garimpo mais profundo nas fontes primárias e secundárias. (OLIVEIRA, 2012, p.48).

Além do levantamento biográfico, existem outras etapas que irão contribuir para esta finalidade. Ainda de acordo com Oliveira (2012), ao levantamento biográfico soma-se as seguintes etapas: levantamento da cronologia do produtor; levantamento da árvore genealógica familiar; detecção dos principais correspondentes no arquivo; levantamento de fatos expressos na documentação; estudo de fontes secundárias sobre os correspondentes e sobre os principais fatos presentes na documentação; pesquisa sobre a relação do titular com seus correspondentes, bem como a relação do titular com a documentação; e análise do processo de acumulação por parte do produtor e seus herdeiros.

A percepção de interrupções, de vazios, de ausências de registros faz parte da análise do arquivo. Essa etapa do trabalho do arquivista – de reconstrução do contexto

¹¹ Informações retiradas dos livros: COSTA, Virgílio. **Apresentação de Afonso Arinos**. Brasília: Senado Federal, 2009. 748p.; e WELTMANN, Fernando Lattman. **A Política Domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 260p.

arquivístico – mais especificamente do contexto de produção – é particularmente peculiar quando se trata de um arquivo pessoal (OLIVEIRA, 2012, p.48).

A reconstrução do contexto arquivístico se torna uma etapa importante para que a documentação presente em um arquivo pessoal possa ser trabalhada de maneira adequada. De acordo com Oliveira (2012), para que esta atividade seja realizada, além dessas etapas supracitadas, são incluídas a análise documentária e da tipologia documental.

As atividades relacionadas a reconstrução do contexto arquivístico, de acordo com o que foi abordado no capítulo 1, estão relacionadas com a atividade de identificação. Ela é considerada a primeira etapa do tratamento técnico arquivístico. De acordo com o Manual de organização dos arquivos pessoais da Fundação Oswaldo Cruz (2005), esta etapa é formada pelo estudo biográfico do titular e da análise dos documentos de arquivo.

A atividade de estudo biográfico consiste em realizar um levantamento extenso na trajetória profissional do produtor do arquivo, assim como buscar informações referentes a seus relacionamentos sociais e familiares. As atividades, funções e cargos que o titular tem exercido durante sua carreira permitirão auxiliar no estabelecimento do quadro de arranjo. As relações sociais, familiares e profissionais servirão de base para a criação de grupos e subgrupos do quadro de arranjo.

Abaixo iremos relatar o levantamento biográfico que foi feito sobre Afonso Arinos de Melo Franco, com o intuito de reunir a maior quantidade de informações possíveis com vistas a auxiliar o processo de criação do quadro de arranjo.

3.1.1 Infância e a história dos Melo Franco no Brasil

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu no dia 27 de novembro de 1905, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Filho de Afrânio de Melo Franco e de Sílvia Alvim de Melo Franco. A família Melo Franco possui um extenso histórico de membros atuantes nas áreas de literatura e política. Por sua vez, o pai de Sílvia, Cesário Alvim, também possui sua história na política, tendo sido eleito presidente de Minas Gerais por dois períodos, em fins do século XIX.

Afonso é o sexto dos dez filhos do casal. Em ordem de nascimento, foram: Caio, Virgílio, Cesário, Afrânio, Sílvia Amélia, Afonso, Maria do Carmo, Zaíde, Ana Leopoldina e João Vitor.

Fotografia 2- Afonso Arinos e sua mãe Sílvia



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

O avô paterno de Afonso, Virgílio Martins de Melo Franco, se destacou como político, jurista e professor, sendo eleito deputado provincial no Império e senador, exercendo essas funções durante o período de 1892-1923. Afonso tinha uma relação de proximidade grande com seu avô paterno, e segundo Costa (2009), essa convivência teve importância para construir sua personalidade, inclusive seu interesse por livros.

Além de seu avô, seu tio paterno – também chamado Afonso - foi uma figura de grande destaque na literatura, sendo membro da Academia Brasileira de Letras, reconhecido principalmente como escritor regionalista. De sua autoria destacam-se *Pelo Sertão*, *Os Jagunços*, *Lendas e Tradições Brasileiras*, entre outros.

De acordo com Costa (2009), o pai de Afonso, Afrânio de Melo Franco, foi um político de destaque, jurista e poeta na juventude. Exerceu cargos públicos de deputado federal (1906 – 1929), deputado estadual (1903 – 1906) e diplomata.

Numa vida pública que ultrapassa a Primeira República e irá até os anos 40, é deputado estadual por Minas Gerais entre 1903 e 1906; deputado federal em todas legislaturas de 1906 a 1929; ministro da Viação de 1918 a 1919; Embaixador junto a Liga das Nações de 1924 a 1926; Ministro das Relações Exteriores de 1930 a 1933; presidente da “Comissão do Itamaraty”, encarregada de redigir o anteprojeto da Constituição de 1934; constituinte do Estado de Minas Gerais em 1935; deputado estadual até 1937.” (COSTA, 2009 p.26).

Fotografia 3 – Afonso Arinos (à esquerda), seu pai Afrânio e o irmão Virgílio.



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

Como foi dito anteriormente, a família Melo Franco possui raízes profundas na política e na literatura. Além do envolvimento de Afonso com essas áreas, que será abordado mais adiante, seu irmão, Virgílio Alvim de Melo Franco, também teve atuação destacada na política, sendo um dos líderes da Revolução de 1930, eleito deputado constituinte em 1934, deputado federal em 1935, e um dos fundadores do União Democrática Nacional (UDN) em 1945. Além de Afonso e Virgílio, outros irmãos se destacaram na vida pública, com Afrânio de Melo Franco Filho sendo designado Embaixador nos EUA de 1949 a 1953 e Caio de Melo Franco exercendo o mesmo posto na França de 1953 a 1955.

Ainda de acordo com Costa (2009), seu avô paterno e seu tio Afonso foram figuras inspiradoras para o estabelecimento do perfil profissional do nosso titular. Outro importante ator nesse processo foi Virgílio, irmão mais velho de Afonso. Eles foram os principais responsáveis, mesmo que indiretamente, pela entrada de Afonso na política.

Em sua infância, Afonso viveu em Belo Horizonte, tendo mudado aos 6 anos de idade para Genebra, para acompanhar seu pai a trabalho. Lá residiu por 1 ano.

Viver em outro país, em condições especiais de vida e na convivência com diplomatas marca qualquer infância – e, no princípio do século, raros brasileiros tinham esse privilégio. De certa maneira, começa a se formar aqui o aristocrata de espírito e republicano de coração. (COSTA, 2009, p.36).

Após esse período no exterior, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde iniciou seus estudos em 1914 no Colégio Brasileiro. Durante curtos períodos de tempo, retornou a Belo

Horizonte e estudou nos colégios Anglo-Mineiro e Arnaldo, onde foi contemporâneo de Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Ivan Lins, Gustavo Capanema, entre outros. No ano de 1916, Afonso retorna ao Rio de Janeiro, completando o curso primário no Colégio São Paulo e no Externato Melo e Souza.

Nesse período surge o gosto pelo estudo da história e da literatura, e é nessa época que começa a ter seus livros. No ano seguinte, faz prova para o Internato do Colégio Pedro II e é aprovado. No Pedro II tem como colegas de classe Prudente de Moraes, Pedro Nava, entre outros.

Incentivos para Afonso ser escritor, assim, vieram do avô -- lhe mostrando livros com belas encadernações e ilustrações, de sua grande biblioteca --; do Colégio Melo e Souza -- onde o ensino era visto com seriedade e dado com ótima pedagogia --; do Pedro II -- onde vários dos professores são eles próprios escritores de renome --; do tio, grande escritor; e de um pai em cuja casa a literatura, a poesia e a história eram tratadas com grande respeito. (COSTA, 2009, p. 43).

3.1.2 O início de sua vida profissional

Aos 17 anos, Afonso passa para a faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Durante esse período também inicia sua carreira na imprensa, além de participar de missões diplomáticas realizadas por seu pai em Santiago do Chile (1923) e Genebra (1924-1926).

De acordo com Costa (2009), o titular não se sentia muito motivado a cursar Direito, e acreditava que seu caminho ideal seria a Literatura. Devido a esse pensamento, Afonso teria interrompido a graduação por mais de uma vez. Por outro lado, motivado pelo que acreditava ser sua real vocação, começa a se destacar com suas publicações. Inicialmente, utiliza a assinatura Afonso Arinos Sobrinho. Depois de ficar mais conhecido, retira o Sobrinho de sua assinatura. À medida que vai se consolidando na área literária, acaba por estreitar laços de amizade com seus pares, como Pedro Nava, Prudente de Moraes Neto, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Hollanda, Rodrigo Mello Franco de Andrade, entre outros.

Em 1922, ocorre a Semana de Arte Moderna, considerado um grande episódio revolucionário, marco inicial da cultura modernista no país. Segundo Costa (2009), Afonso é conquistado pelo ideário modernista, se identificando com o estilo e com os adeptos. Em 1924, Afonso então com 19 anos, participa da publicação da revista *Estética*, de cunho modernista. Participam do projeto Sérgio Buarque de Hollanda e Prudente de Moraes Neto no cargo de diretores da publicação, e como colaboradores, junto de Afonso estão Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Graça Aranha, Álvaro Moreyra, Menotti Del

Picchia, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Mario de Andrade, Sergio Milliet, Guilherme Almeida, entre outros.

De acordo com Costa (2009), aos 20 anos de idade Afonso conhece sua futura esposa. Era uma jovem de 17 anos, de nome Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira, mais conhecida com Anah. Era neta do ex-presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, e filha de Cesário Alvim.

Fotografia 4 – Anah e Afonso Arinos



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

Afonso se forma em Direito em 1927, e é nomeado pelo presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para o cargo de promotor da comarca de Belo Horizonte. Segundo Costa (2009), com o objetivo de complementar seu salário, ele passa a escrever sobre política internacional e literatura no *Diário de Minas*, que era um jornal cujo redator-chefe era Carlos Drummond de Andrade e estava ligado ao governo.

Ainda segundo Costa (2009), em 1928, movido pela paixão por Anah, Afonso decide voltar ao Rio de Janeiro, abrindo mão de seus empregos. Nesse mesmo ano eles noivam, e Afonso consegue dois empregos para garantir sua renda: advogado na *Electric Bond and Share*, indicado por José Nabuco, e fiscal de bancos, por intermédio de Virgílio, seu irmão. No dia 2 de outubro de 1928, eles se casam, ela com 20 e ele com 23 anos. O casal terá dois filhos e 11 netos. Além desses dois empregos, ele passa a escrever para *O Jornal*, e *Revista do Brasil*. Portanto, nesse período, sua atividade literária segue sendo exercida normalmente.

Em novembro de 1930, nasce seu primeiro filho com Anah, batizado com seu nome, Afonso Arinos. Ainda neste ano Afonso publica seu primeiro livro chamado *A responsabilidade criminal de pessoas jurídicas*. No início de 1932, seu pai, chanceler na época, nomeia-o como

Secretário da Delegação do Brasil para a Conferência Internacional do Desarmamento, em Genebra. Essa é a primeira experiência de Afonso na carreira diplomática.

Em 11 de dezembro de 1933 nasce o seu segundo filho, Francisco Manuel, em Belo Horizonte. Neste mesmo ano, Afonso publica o livro *Introdução à Realidade Brasileira*. A partir desse livro, ele começa a se destacar e ser reconhecido como escritor. Ainda em 1933, Afonso assume a direção do *Diário da Tarde* e de *O Estado de Minas*, redigindo artigos políticos e matérias sobre cultura. Os dois jornais apoiam o governo da época. Posteriormente, por conta de diferenças políticas, Afonso pede demissão de *O Estado de Minas*, e funda com Virgílio a *Folha de Minas* em 1934, para fazer oposição ao governo.

Neste mesmo ano, de acordo com Costa (2009), Afonso publica mais um livro, *Preparação ao Nacionalismo*. O jornal dos irmãos, embora tentasse combater o governo, sofre censura e fortes sanções. Sem o apoio governamental, sua sobrevivência se tornava difícil missão. Ele resiste até o final de 1935, quando, então, fecha as portas.

3.1.3 A entrada na política

Com o jornal fechado, Afonso Arinos de Melo Franco volta ao Rio de Janeiro, onde, em 1935 assume o cargo de assistente da Consultoria Jurídica do Banco do Brasil, ocupando o cargo até 1947, ano em que se torna deputado federal. No ano de 1936, a convite de Afonso Pena Junior, reitor da Universidade do Distrito Federal, entra na carreira de magistério superior para dar aula de História do Brasil.

A experiência do ensino universitário é muito importante para Afonso. Primeiro, pela tarefa de professor, que muito lhe agrada e que já vinha do avô Virgílio e do próprio pai; segundo, pela convivência, na UDF – Universidade do Distrito Federal –, que seria em breve fechada por Getúlio, com professores e alunos de alto nível. A universidade havia sido concebida pelo grande educador Anísio Teixeira para ser voltada para as pesquisas e para o aprimoramento de professores, que eram selecionados para cursá-la. (COSTA, 2009, p.120).

Com base nos cursos ministrados na UDF, Afonso publica em 1936, pela Editora Nacional, o livro *Conceito de Civilização Brasileira*, em que aborda questões delicadas para o período da década de 30 como o nacionalismo, fascismo, comunismo, entre outros.

Já no ano de 1937, Afonso é nomeado membro do Conselho Consultivo do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Neste mesmo ano, Afonso publica mais três livros: *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da bondade natural*; *Roteiro Lírico de Ouro Preto*; e *Espelho de Três Faces*. Segundo o historiador José

Murilo de Carvalho, na época, o livro *O Índio Brasileiro* era considerado o mais importante livro do autor (COSTA, 2009).

No ano de 1938, vai para o Uruguai junto com San Tiago Dantas para dar cursos na Universidade de Montevidéu, principalmente sobre a história econômica do Brasil. Ao retornar ao Brasil, participa como palestrante de uma série de conferências no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além disso, no mesmo ano exerce o cargo de relator no Congresso de História organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1939, vai para França dar um curso na Sorbonne sobre a cultura brasileira. Ainda publica três livros: *Ideia e Tempo* (crônica e crítica literária), *Terra do Brasil* (história) e *Regionalismo e Nacionalismo*. No ano de 1940, Afonso publica uma conferência no Centro Acadêmico XI de Agosto, de São Paulo com o tema *A Maioridade ou a Aurora do Segundo Reinado*. Já em 1942 publica uma pesquisa biográfica considerada a mais importante de sua carreira, chamada *Um Soldado do Reino e do Império: a vida de Marechal Calado*, inclusive sendo premiado pela Biblioteca do Exército.

Dessa forma, de acordo com Costa (2009), Afonso passa a década de 1930 e o começo da década de 1940 vivendo financeiramente por meio de seus livros, suas palestras e aulas, além do cargo de consultor jurídico do Banco do Brasil. Sua carreira como escritor já estava consolidada.

Pessoalmente, para Afonso a vida seguia, de certa maneira como havia desejado. Após a superação da dificuldade da doença, no início do casamento, havia consolidado sua vida como escritor; já publicara vários livros, era professor universitário de História do Brasil. (COSTA, 2009, p. 130).

O ano de 1943 chega e Afonso tem uma perda irreparável. Seu pai, Afrânio, vem a falecer. Segundo Costa (2009), motivado pela dor da perda de um dos seus modelos, ele decide fazer um memorial para contar sobre a vida e obra do seu pai. Ele leva cerca de 12 anos para finalizar o livro, chamado *Um Estadista da República*, que é considerada sua maior obra.

Ainda em janeiro do mesmo ano, ele se alista na Sociedade dos Amigos da América, que era um grupo fundado pelo general Manuel Rabelo que buscava a recuperação da democracia e para isso defendia a participação do Brasil na guerra.

Nesse período, Afonso, Virgílio e Dario de Almeida Magalhaes se reúnem em um almoço em que buscam alternativas para enfrentar a ditadura. Afonso sugere que seja elaborado um documento em que pessoas influentes manifestassem seu desagrado com o rumo tomado pela política no país. Isso é o embrião do que vai se tornar o “Manifesto dos Mineiros”.

Afonso sugere que se faça um manifesto que reúna políticos, juristas, advogados, escritores mineiros. Que rememore a tradição histórica de luta pela liberdade de Minas Gerais, lembre a Inconfidência, a revolução de 42, etc., e mostre (como sempre será o pensamento de Afonso) que o passado mineiro e a própria história de Minas exigem a democracia; pois a liberdade é uma característica, uma vocação, uma forma de organização da vida e da sociedade que está incluída no próprio ser de Minas Gerais. (COSTA, 2009, p.137).

Segundo Costa (2009), o “Manifesto dos Mineiros” é a primeira manifestação de desgosto pública contra a ditadura do Estado Novo de Vargas. Esse documento tem um impacto muito grande no governo do presidente, que decide demitir os empregados públicos que assinaram o Manifesto. Além disso, por pressão política, consegue demitir também os empregados da iniciativa privada. Por conta disso, Afonso é demitido do Banco do Brasil e perde seu cargo no jornal *A Manhã*.

A partir desse episódio, ele precisa buscar novas fontes de renda, e passa a escrever sobre política e literatura para *O Jornal* e para *O Diário da Noite*, além de colaborar no *Diário de Notícias* e no *Diário Popular*. Aos poucos, Afonso se insere cada vez mais na política. Com a morte de seu pai, de acordo com Costa (2009), ele acaba tomando o lugar dele como companheiro de Virgílio na política. Seu irmão acreditava que Afonso tinha um dom diferenciado, que era o de dominar a oratória e a capacidade retórica, característica importante para a política e que não encontrava em si próprio.

Nessa época, a oposição ao governo se mobiliza para criar um partido formalizando sua contrariedade ao governo presente, e tem como resultado a fundação da União Democrática Nacional (UDN), que tinha como princípios a defesa do estado de direito, da democracia e das mudanças sociais. Otávio Mangabeira é eleito presidente do partido com Afonso sendo designado secretário de imprensa e Virgílio secretário-geral.

Em 1947, Afonso se elege deputado federal em Minas Gerais representando a UDN Segundo Weltmann (2005), é interessante lembrar que ele era membro de uma elite que estava acostumada a ditar o rumo político do país. O regime ditatorial de Vargas, segundo Afonso, era uma forma de caudilhismo, e ele se mostrava totalmente contra esse tipo de ordem política. Para combater esse regime, ele “constrói” um ideal de estadista, com o objetivo de restabelecer a ordem do país e manter os setores aristocráticos no comando.

Reitero aqui o que já disse com respeito ao caráter eminentemente conservador da evocação de estadista por Arinos. [...] no que respeita mais especificamente ao aspecto propriamente *político* desta história, o seu desejo é quase sempre reativo. É quase sempre voltado para a restauração de um mundo ameaçado em seus fundamentos vitais, mesmo que no nível das formas a inovação possa ser bem aceita e até desejada. (WELTMANN, 2005, p.59).

De acordo com Costa (2009), a trajetória de Afonso segue na política, sendo indicado em 1947 para membro da Comissão de Constituição e Justiça, cargo que fora ocupado pelo seu pai no passado. Ainda em 1947 é designado como relator da Comissão Especial da Câmara, inicialmente para dar parecer referente à autonomia do Distrito Federal e, posteriormente, para se tornar membro e relator definindo leis complementares à Constituição.

Em 1948, segundo Costa (2009), Afonso sofre um duro golpe. Seu irmão, Virgílio, é assassinado. A motivação do crime nunca foi esclarecida. Há a suposição que o assassinato tenha sido encomendado por pessoas ligadas a Getúlio Vargas, visto que Virgílio era um adversário indigesto. Mas essa hipótese nunca foi comprovada.

Ainda de acordo com Costa (2009), durante os anos de 1948 e 1949, mesmo sem a companhia de seu parceiro político, Afonso tem uma atuação destacada na Câmara. No ano de 1949 é aprovado no concurso para a disciplina de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, devido a sua contribuição como historiador, Afonso é eleito como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1950, é aprovado em concurso novamente para a disciplina de Direito Constitucional, agora na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Em 1951, Afonso se reelege à Câmara e também é eleito vice-líder da bancada da UDN, além de assumir a cátedra da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Neste ano ainda, Afonso tem seu projeto de lei aprovado, considerado por muitos o mais importante de sua vida parlamentar. Conhecida como lei Afonso Arinos, ela considera contravenção penal atitudes relacionadas ao preconceito de raça e cor. Uma importante ferramenta para a época no sentido de buscar a não segregação.

Em 1952, com a morte do líder José Monteiro Soares Filho, Afonso assume a liderança do partido, embora a ala da UDN simpatizante do governo não estivesse satisfeita com esse fato. Afonso exerce o cargo de liderança de maneira efetiva, estando sempre presente nos debates e se posicionando em todos os assuntos políticos importantes da época.

A posição de Afonso Arinos não é de intransigência com relação ao governo. Procura se pautar, primeiro, pelas regras do jogo democrático, pelo respeito a Constituição e a democracia. Em segundo lugar, julga que uma oposição deve ser de princípios e programas, bem mais que de interesses pessoais ou de grupos. (COSTA, 2009, p. 193).

Em 1954, Afonso aceita o convite de Nereu Ramos, presidente da Câmara, para fazer parte, como líder da minoria da Câmara, da Delegação do Brasil na X Conferência Interamericana em Caracas. Esse posicionamento deixa os setores mais radicais da UDN revoltosos, pois não admitiam um membro do partido colaborar com o governo.

Carlos Lacerda escreve artigos de grande violência política e pessoal contra o próprio companheiro Afonso. Tanto o udenista Lacerda quanto o pessedista Tancredo Neves o acusam de “adesismo” e “carreirista”. (COSTA, 2009, p.195).

Nas eleições de 3 de outubro de 1954, Afonso foi eleito pela terceira vez consecutiva deputado federal por Minas Gerais e se torna líder da minoria, que reunia PSD, PL, PR, PDC e PSB. Nesta época, Afonso teve importante atuação na tribuna da Câmara dos Deputados, sempre buscando um modo de contornar a crise existente na época. No campo literário, Afonso continua suas publicações, lançando em 1955, *Um Estadista da República* e em 1956, *Episódios da História Contemporânea, Estudos de Direito Constitucional e Pela Liberdade de Imprensa* (parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara).

Fotografia 5 – Deputado Afonso Arinos discursando na tribuna da Câmara.



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

Já no ano de 1957, Carlos Lacerda convida Afonso para que ele concorresse ao cargo de senador pelo Rio de Janeiro. Segundo Costa (2009), Lacerda tinha interesse em fazer campanha ao lado de Afonso pois este contrabalançava sua impetuosidade com seu perfil comedido. Afonso se torna o senador mais votado do Distrito Federal, na época situado no Rio de Janeiro, vindo a tomar posse no ano de 1959.

O ano anterior, 1958, tinha sido muito especial para ele, segundo Costa (2009). Motivado por seus amigos literatos, inclusive Ribeiro Couto, Afonso se candidatou para se tornar membro da Academia Brasileira de Letras. Ele é eleito e ocupa a cadeira 25, que havia ficado vaga com a morte de José Lins do Rego. Neste mesmo ano, ele publica conjuntamente com Raul Pilla, - de quem Afonso discordara sobre o sistema de governo -, o volume *Presidencialismo ou parlamentarismo?* Nele, Afonso justifica sua adesão ao parlamentarismo.

O caráter inelutavelmente militar das formas de caudilhismo que, mais ou menos veladamente, segundo Arinos, assumiram o poder com JK parece ter conduzido nosso autor no sentido não apenas de uma nova elaboração para sua antítese, mas também para a revisão de suas posições históricas em relação ao presidencialismo brasileiro. (WELTMANN, 2005, p.108).

Fotografia 6 – Afonso Arinos (ao centro) em sua posse na ABL junto a outros acadêmicos em 1958.



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

Jânio Quadros é eleito pela UDN como presidente em 1960 e começa a montar seus ministérios, e escolhe Afonso Arinos para ser seu Ministro das Relações Exteriores. De acordo com Costa (2009), foi um período de bastante trabalho para Arinos, buscando abrir relações comerciais com diversos países. Com a renúncia de Jânio após 9 meses de governo, Afonso se demite do Ministério e volta a ocupar sua cadeira no Senado.

No campo literário, Afonso publica os livros *Estudos e Discursos* e *Alma do Tempo*, além de assumir a vaga de Otávio Tarquínio de Souza na direção da coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio em 1961.

Em 1962, de acordo com Costa (2009), San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores, nomeia Afonso Arinos para ser chefe da missão brasileira à XVI Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Em julho, Afonso é convidado pelo primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha para voltar à cadeira de chanceler. Essa função dura apenas dois

meses, durante o governo de Brochado da Rocha. Afonso é indicado novamente para ser chefe de uma missão brasileira, agora à XVII Assembleia Geral da ONU. Durante o ano de 1962 e 1963 ele irá cumprir diversas missões diplomáticas.

Fotografia 7 – Afonso Arinos representando o Brasil em missão diplomática na ONU em 1962.



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

Entre 1963 e 1965 Afonso passa a escrever uma série de artigos para o *Jornal do Brasil* com o nome de *Evolução da Crise Brasileira*, em que analisa o momento político no Brasil, sugerindo soluções para o enfrentamento da crise.

A redação desses artigos se estende, assim, tanto antes quanto durante e depois da eclosão do golpe que encerra o intervalo democrático. Através deles podemos acompanhar também a participação de Arinos no movimento – segundo ele revolucionário – de 1964, passando por suas sugestões de caráter jurídico, para a pronta legalização da nova ordem – em que, evidentemente, prossegue em seu apostolado parlamentarista –, até, afinal, o seu afastamento completo diante do prosseguimento, recrudescimento e indefinição jurídica do processo discricionário da assim chamada revolução. (WELTMANN, 2005, p.118).

Em 1964, segundo Costa (2009), Afonso recebe o General Charles de Gaulle em nome do Congresso Nacional e publica o seu discurso, posteriormente, intitulado *Saudação a Charles de Gaulle*. Também publica *Ato institucional: Considerações sobre o artigo 3º*, e o prefácio do livro *História da Queda do Império*, de Heitor Lira. Ainda neste ano, Afonso é eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Em 1965 publica *A Evolução da Crise e A Escalada*, seu segundo livro de memórias, uma continuação de *A Alma do Tempo*, de 1961.

Com a extinção dos partidos políticos, a partir de 1966, há uma conformação dos parlamentares em dois partidos: ARENA e MDB. ARENA é o partido representante do governo, e dele participa Afonso Arinos. O MDB, por sua vez, é o partido da oposição, formado por parte do PTB e PSD. Segundo Costa (2009), Milton Campos e Afonso Arinos participaram

da criação da ARENA como uma forma de resistência aos políticos de extrema direita, onde buscavam lutar pela democracia.

Em 1967, Humberto de Alencar Castello Branco solicita a uma equipe de juristas que redija um projeto constitucional. O capítulo de direitos e garantias individuais gera revolta ao ser publicado. Afonso tece duras críticas, e acaba por conseguir que lhe fosse dada a oportunidade de rescrever esse capítulo. Castello Branco aceita, e esse novo capítulo é publicado na Constituição de 1967. Porém, o fato desses direitos terem sido publicados não assegurava que seriam seguidos à risca, visto que o regime militar se baseava na força e não no estado democrático de direito.

Segundo Costa (2009), Afonso Arinos, desgostoso com o rumo das coisas, vai se afastando cada vez mais do regime militar. Resolve abandonar o Senado no fim do seu mandato, em 1967. Passa a se dedicar inteiramente à literatura, recusando-se a participar da política enquanto o regime militar perdurasse.

Afonso não foi cassado. O preço disso, contudo, foi o ostracismo imposto pelos que controlaram a política em toda a ditadura pós-Castello. Ou melhor: a não política. (COSTA, 2009, p.308).

3.1.4 O afastamento da política e o foco na carreira literária

Após o afastamento da política, Afonso buscou manter sua atividade literária assim como suas aulas. De acordo com Costa (2009), em 1968, recebe o prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, devido à publicação de *Planalto*, seu terceiro livro de memórias. Em 1970 publica *O Congresso e a Constituição*; em 1971 publica *Proust no Centenário de Seu Nascimento*; e em 1972 publica *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal e História das Ideias Políticas no Brasil*.

No ano de 1973, ele é reconduzido para o Conselho Federal de Cultura, e publica a biografia de Rodrigues Alves, intitulada: *Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Presidencialista*. Recebe o prêmio Juca Pato, honraria dada pela União Brasileira de Escritores ao intelectual do ano (1973).

No campo literário, a carreira continua rendendo frutos. Além do Prêmio Juca Pato, de acordo com Costa (2009), recebe também o prêmio Luísa Claudia de Sousa, dado pelo Pen Club do Brasil, pela publicação da biografia de Rodrigues Alves. Em 1978, recebe o prêmio Golfinho de Ouro, concedido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro por se destacar nos trabalhos sobre ciências políticas. Além dos prêmios citados, publica em 1976, *Alto-mar*

Maralto; e em 1979, *Diário de Bolso e Retrato de Noiva*. No âmbito acadêmico, recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1977, e a medalha Teixeira de Freitas do Instituto dos Advogados do Brasil.

Aos 75 anos completos em 1980, Afonso ainda tinha interesse em voltar a participar ativamente da vida política do país (COSTA, 2009). Nesse ano, em abril, ele assume o cargo de diretor do Instituto de Direito Público e Ciências Políticas (INDIPO) da Fundação Getúlio Vargas, e através desse cargo, dirige a Revista de Ciência Política do Instituto. Em 1981, é eleito membro do Conselho Deliberativo da Editora Universidade de Brasília, e publica alguns livros pela editora, como *Política e Direito*. Ainda no ano de 1981, recebe homenagem da Universidade de Brasília, que realiza um evento intitulado Simpósio Afonso Arinos, onde vários palestrantes analisam suas obras.

Em 1982, de acordo com Costa (2009), Afonso realiza um sonho de juventude, que era de retornar a Roma. Dessa visita surge o livro *Amor à Roma*, o último grande livro dele, com mais de 500 páginas.

O ano de 1982, para Afonso, foi o ano em que conseguiu realizar um sonho que trazia desde sua juventude, desde que conheceu a cidade de Roma, no período entre 1924 e 1926, pelas mãos do escritor, acadêmico e embaixador Magalhães de Azeredo, grande amigo de Machado e de Nabuco. (COSTA, 2009, p.338).

Em dezembro de 1984, Tancredo Neves concorre ao cargo de presidente do país e promete que, caso seja eleito, criará uma comissão para fazer um projeto de reforma da Constituição. Afonso Arinos é o nome escolhido para presidir essa comissão.

Tancredo Neves vem a falecer em 1985, e Sarney é efetivado no cargo de presidente, e de acordo com Costa (2009), mantém a promessa de nomear Afonso como chefe da comissão do projeto de reforma constitucional. Essa comissão é chamada pela imprensa de “Comissão Afonso Arinos”, e tem como uma de suas principais propostas o parlamentarismo, como defendia Afonso. Após ficar pronto o projeto constitucional, Afonso recebe do presidente José Sarney a honraria Grã-Cruz, da Ordem Nacional do Mérito.

3.1.5 O retorno à política

No ano de 1986, prestes a completar 81 anos, Afonso volta a se candidatar a um cargo político, agora como senador pelo Partido da Frente Liberal (PFL), sendo eleito no mesmo ano. Em 1987, é eleito como presidente da Comissão de Sistematização Constituinte, que tinha como função analisar propostas apresentadas por organizações e representantes sociais para a Constituição.

O senador mineiro é o decano da Constituinte, respeitado por todos os lados, embora não tenha mais condições de saúde para ter um papel de maior interferência nos trabalhos. Com seus 81 anos, Afonso Arinos não pode estar presente as incontáveis e exaustivas votações. Mas participa de todos os momentos mais importantes. (COSTA, 2009, p.349).

Fotografia 8 - Afonso Arinos assinando a Constituição Federal de 1988



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

A nova Constituição é publicada em 1988. Ainda neste ano, Arinos deixa o PFL e se junta ao recém-formado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em agosto de 1990, Afonso passa mal do coração, e fica internado por 2 semanas. No dia 27 de agosto, seu coração para. Segundo Costa (2009), o falecimento de Afonso gera uma comoção nacional, sendo referenciado por alguns jornais como “o maior brasileiro”. No campo pessoal, ele se despede da vida antes da esposa Anah, como sempre disse que preferiria. Esta, por sua vez, não resiste durante muito tempo e falece cerca de 6 semanas após a morte de Afonso. Juntos, viveram 60 anos.

Embora Afonso Arinos sempre tenha deixado claro que sua paixão era a literatura, inclusive tendo se destacado nela de forma ímpar, a política também ganhou um grande espaço na sua trajetória, embora tenha surgido inicialmente muito mais como uma tradição familiar, de acordo com Costa (2009). Talvez não tenha conseguido alcançar todos os objetivos nos quais sua carreira política se pautava, principalmente devido ao período ditatorial que o Brasil vivenciou, mas desde o seu início na política exerceu sua função de maneira ativa, tendo participado da maioria dos debates políticos do período que vivenciou.

A existência de uma carreira longa e multifacetada de Afonso Arinos presume uma produção documental igualmente extensa e diversificada. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005), o arquivo de uma pessoa ou instituição é, por definição, formado pelos documentos produzidos e acumulados ao longo do exercício de suas atividades.

Portanto, quanto mais duradoura e heterogênea a carreira de um indivíduo, maior a quantidade e variedade de documentos produzidos. A existência de diversas funções e atividades faz com que o processo de tratamento documental deva ser realizado com maior atenção, pois muitas vezes se torna difícil estabelecer com qual função o documento está relacionado, visto que eventualmente as funções se sobrepõem. A dificuldade em relacionar documento com a função responsável pela sua produção pode ocasionar erros que comprometem o processo de contextualização da documentação.

Dessa forma, é importante que as funções sejam identificadas e que a documentação seja trabalhada de acordo com os princípios arquivísticos, no intuito de restabelecer o contexto de produção desses documentos. Somente dessa forma as informações contidas nos documentos poderão ser interpretadas de maneira correta pelos usuários.

Nas próximas seções caracterizaremos o arquivo presente no AMLB, abordando o processo de doação para a instituição e relatando o processo de investigação realizado em busca de informações sobre a dispersão que o fundo arquivístico sofreu.

3.2 – Processo de doação do fundo ao AMLB

Em 1972 é criado o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, com o objetivo preservar a memória literária nacional. O AMLB era um projeto de Carlos Drummond de Andrade, que salientava em suas crônicas o desejo de ver reunido material literário e objetos dos principais escritores do país. Com a ajuda de Plínio Doyle, esse desejo pode ser realizado com a inauguração do espaço. (SOPHIA, 2017).

Inicialmente, para que a documentação armazenada pudesse crescer, Plínio Doyle enviava cartas aos escritores e solicitava a doação de materiais para compor o acervo do AMLB. Carlos Drummond de Andrade, por sua vez, utilizava seu espaço como cronista de jornal para publicar crônicas nas quais falava sobre o AMLB. Por meio dessa divulgação e de eventos nos quais os documentos doados eram expostos, o AMLB destacou-se e ficou bastante conhecido. As doações se multiplicaram e o acervo cresceu. (SOPHIA,2017).

Ao longo de 50 anos de existência, o AMLB recebeu 148 arquivos pessoais, cerca de 2000 objetos museológicos e se consolidou como umas das principais instituições mantenedoras de arquivos pessoais no Brasil, possuindo em seu acervo arquivos de figuras de destaque na Literatura como o próprio Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Vinicius de Moraes, Manuel Bandeira, entre muitos outros.

Durante cerca de 30 anos as doações de documentos eram realizadas de maneira informal, sem que houvesse documentos comprobatórios do fato. O único documento produzido era uma carta de agradecimento ao doador. Essa situação altera-se no começo dos anos 2000, quando um contrato de doação passa a ser assinado entre as partes. Com a intenção de formalizar ainda mais esse processo e de estabelecer critérios e procedimentos para a incorporação de arquivos ao acervo institucional, no ano de 2016 é publicada a Portaria nº 62, que diz respeito à política de aquisição de arquivos na Fundação Casa de Rui Barbosa, sendo utilizada tanto para o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira como para o Arquivo Histórico e Institucional. Essa portaria se encontra em vigor até os dias atuais.

Com isso, o processo de doação de um arquivo ao AMLB foi padronizado da seguinte forma:

- AMLB manifesta o interesse em receber determinado arquivo, ou o AMLB avalia determinado arquivo que está sendo oferecido para doação;
- Para que um arquivo seja de interesse para compor o acervo do AMLB, ele deve pertencer a um produtor que tenha se destacado na área literária, e só são aceitos arquivos, não coleções;
- Supondo que o produtor ou herdeiro tenha interesse em doar o arquivo ou que o AMLB tenha avaliado o arquivo e ele seja interessante para integrar o acervo, abre-se um processo com formulário de aquisição do acervo com informações básicas sobre o arquivo, além da troca de e-mails entre o doador e o AMLB;
- É anexado ao processo cópia do RG e CPF do doador;
- O processo é encaminhado à Diretora do Centro de Memória e Informação (órgão imediatamente superior ao AMLB), explicando a importância que o arquivo terá para o acervo, e recomendando aceitar a doação;
- O processo é enviado para o Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa autorizar a aquisição;
- Após o aceite da presidência, o doador assina a declaração de doação (titular ou herdeiro) afirmando sua intenção de doar o arquivo à FCRB;
- Junta-se a declaração do doador e uma minuta do contrato de doação no processo, sendo o mesmo encaminhado para a Procuradoria para análise jurídica;
- Após aprovação da Procuradoria, o contrato de doação é assinado pelas partes e organiza-se a transferência do arquivo para a FCRB;

- Posteriormente, um extrato do contrato é publicado no Diário Oficial da União.

Com relação ao arquivo Afonso Arinos de Melo Franco, fizemos uma pesquisa sobre a doação e não encontramos documentos referentes a ela, o que é curioso, pois o arquivo foi doado em 2010, sendo que desde os anos 2000 já existia um modelo de contrato de doação. Ao que tudo indica, a doação do arquivo foi realizada de maneira informal. Para entender o motivo da doação ter sido feita dessa forma consultamos pessoas que trabalhavam no AMLB na época em que o arquivo foi doado.

Entramos em contato com o chefe do AMLB na época, Eduardo Coelho, e de acordo com ele não há lembrança da doação do arquivo. Conversamos também com a atual chefe do AMLB, Rosângela Florido Rangel, e com a pesquisadora Eliane Leitão Vasconcellos.

As duas lembram da doação do arquivo, mas não souberam dizer o porquê da não assinatura do contrato de doação. Por último, entramos em contato com José Almino de Alencar e Silva Neto, pesquisador da FCRB e presidente da Fundação na época, mas ele não se recorda sobre o processo de doação. Perguntamos se ele possuía alguma proximidade com a família de Afonso Arinos e a resposta foi negativa.

Uma outra alternativa para obter informações sobre a doação seria por meio de uma consulta ao doador, mas infelizmente isso não foi possível, pois ele já havia falecido. As únicas informações que possuíamos davam conta de que o arquivo foi doado no ano de 2010 pelo seu filho, Afonso Arinos, e que não houve assinatura do termo de doação.

Diante dessa carência de informações, foram realizadas pesquisas na internet de forma a buscar algum vínculo entre a FCRB e Afonso Arinos, além da questão literária. As pesquisas possibilitaram obter uma informação interessante. Em 1985, houve uma exposição em homenagem aos 80 anos de Afonso Arinos. O evento foi realizado pelo AMLB e utilizou documentos arquivísticos e museológicos do titular que foram cedidos por empréstimo para que o evento pudesse ser realizado. Ali talvez possa ter sido estabelecido o embrião do vínculo entre o titular com o AMLB, culminando com a doação do arquivo em 2010.

Mas por que não houve a assinatura do contrato de doação, visto que existe um termo de doação desde os anos 2000? Uma hipótese que consideramos plausível está relacionada com a natureza das doações de arquivos pessoais.

A doação de arquivos pessoais é uma questão delicada. As instituições necessitam de doações de arquivos, visto que a notoriedade e extensão do seu acervo contribui para o prestígio da mesma. Dessa forma, quanto mais arquivos de personalidades ela possuir, maior a visibilidade que ela vai obter. Por conta disso, muitas vezes elas deixam os doadores livres pra

fazer a doação da maneira que acharem mais adequada. Evita-se colocar muitas regras, fazer muitas imposições, para que o doador não desista da doação ou busque outra instituição. Por conta disso, ainda que existam instrumentos para “amarrar” o processo, a doação muitas vezes segue na informalidade. Dessa forma, em alguns casos o termo de doação fica para ser assinado em um segundo momento e isso acaba não acontecendo. Acreditamos que possa ser esse o caso do arquivo Afonso Arinos.

Além disso, muitas vezes se forma uma relação de amizade entre o doador e membros da instituição, ou há uma história prévia do titular do arquivo com a instituição. Esses fatores também contribuem para a informalidade no processo.

Mas porque o interesse do filho de Afonso Arinos em doar a documentação do seu pai para o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira?

Segundo Eliane Leitão Vasconcellos, que conhecia Afonso Arinos e esteve presente a uma visita na casa de seu filho para conversar sobre a doação, a motivação da mesma estaria atrelada ao fato de que Afonso Arinos havia sido um escritor de destaque, sendo membro da Academia Brasileira de Letras. Como o AMLB reúne grande parte dos arquivos dos principais destaques literários do Brasil, a família acreditava que este seria o lugar mais indicado para que esses documentos fossem preservados. Soma-se a esse fato, a presença no AMLB de vários arquivos de colegas renomados de Afonso Arinos na área de literatura, como os arquivos de Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Graça Aranha, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, entre outros.

3.3 – A dispersão do fundo Afonso Arinos de Melo Franco

Ao se iniciar a identificação dos documentação presente no fundo, foi encontrado um documento que atestava a doação de alguns documentos para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Diante deste fato, indaguei Rosângela Florido Rangel, atual chefe do AMLB, se ela possuía alguma informação sobre a dispersão desse fundo devido à essa indicação de doação. Segundo Rosângela, o filho de Afonso Arinos procurou doar documentos do arquivo de seu pai para as instituições de destaque nas áreas em que ele havia atuado. Com isso, haveria documentos de Afonso Arinos no arquivo da Academia Brasileira de Letras, no Arquivo Histórico do Itamaraty, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além dos documentos presentes no AMLB.

Diante dessa informação, foi necessário fazer uma investigação para confirmar a possível dispersão da documentação nessas instituições. A partir daí, entramos em contato com Eliane Leitão Vasconcellos, que na época fez a visita à casa do filho de Afonso Arinos para conversar sobre a doação. Segundo Eliane, ele alegou que gostaria de doar documentos do arquivo para instituições que preservassem a memória de seu pai nas diversas dimensões sociais nas quais ele obteve destaque. Eliane chegou a mencionar a Academia Brasileira de Letras e o CPDOC. O filho de Afonso Arinos veio a falecer no ano de 2020, o que nos impediu de buscar mais informações sobre o processo e as motivações para dispersão diretamente com o doador.

Nosso próximo passo foi entrar em contato com as instituições supracitadas para buscar informações sobre a existência de documentos de Afonso Arinos em seus acervos. As consultas foram realizadas de forma virtual, por intermédio de portais de busca e e-mails.

Em consulta por e-mail ao Arquivo Histórico do Itamaraty, fomos atendidos pelo arquivista Frederico Ferreira, que nos confirmou a presença de documentos de Afonso Arinos. Segundo ele, os documentos estão em processo de organização e não há nenhuma descrição preliminar. Além disso, fomos informados por ele que, de acordo com o termo de doação, o arquivo foi doado por Afonso Arinos de Melo Franco e a documentação consiste em álbum de recortes sobre o falecimento de Rodrigues Alves e recortes de jornais sobre Afrânio de Melo Franco. Não há menção à data de doação no termo.

No caso da Academia Brasileira de Letras, entramos em contato via *site*. Por meio do portal de buscas no acervo da ABL¹² foi identificado que existe uma coleção Afonso Arinos de Melo Franco dentro do acervo Acadêmicos ABL, que possui inventário e que esta coleção possui 136 documentos textuais, 3 caixas-arquivos com recortes, 3 fotografias e 5 documentos audiovisuais, com datas-limite de 1929-1990. Diante dessa informação, entramos em contato via *e-mail* para verificar se a documentação presente no acervo era uma coleção sobre Afonso Arinos ou se havia fragmentos de seu arquivo pessoal. Fomos atendidos pela arquivista Maria Oliveira, chefe do arquivo, que nos passou a informação de que havia dois tipos de documentos: os colecionados pela ABL e os doados pelo filho de Afonso Arinos. De acordo com Maria, a ABL possui um fundo e uma coleção associados a esse personagem. Dentro do fundo Afonso Arinos de Melo Franco existem documentos relativos a relações sociais, telegramas sobre a posse na ABL, fotografias, homenagens, manuscritos de sua atuação literária e de sua atuação política.

¹² Disponível em: <http://servbib.academia.org.br:8084/arquivo/index.html> Acesso em 24 ago. 2022

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das instituições citadas como possíveis detentoras de documentos do arquivo Afonso Arinos, e cujo nome constava no documento encontrado no arquivo doado ao AMLB, o contato foi realizado por *e-mail* e fomos informados pela secretária da Presidência, Tupiara Machareth, que não há documentos de Afonso Arinos no acervo do IHGB. Ela nos sugeriu que procurássemos na Academia Brasileira de Letras.

Por último, entramos em contato com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) por meio do seu portal *online* e identificamos também a presença de documentos de Afonso Arinos em seu acervo. Segundo informações do seu Guia dos Arquivos há 51 fotografias no “arquivo” Afonso Arinos, com datas-limite de 1907-1973¹³. Realizamos contato via *e-mail*, e fomos informados que a documentação presente no CPDOC é parte do arquivo pessoal de Afonso Arinos e foi doada, ou seja, não se trata de uma coleção produzida pelo CPDOC.

A partir das informações coletadas, torna-se claro o processo de dispersão do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco, estando a documentação fragmentada entre 4 instituições: Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Arquivo Histórico do Itamaraty, Academia Brasileira de Letras e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Diante da confirmação da dispersão, é necessário caracterizar esse processo.

A dispersão ocorre quando, por motivos distintos dos já expostos, retiram-se documentos de uma série, séries de um fundo, fundos de um arquivo, para compor séries e fundos de outro arquivo. (BELLOTTO, 2006, p.167).

De acordo com Silva; Mello (2016), a dispersão está relacionada com o rompimento de um dos mais importantes princípios da Arquivologia, o de integridade arquivística ou indivisibilidade. Esse princípio versa sobre a importância da manutenção do fundo arquivístico de maneira íntegra, sem que haja desmembramento dos documentos pertencentes a ele, ou que haja adição de documentos de proveniência diversa.

Portanto, os documentos de um determinado fundo devem estar reunidos de acordo com a proveniência para que possam ser tratados sob os princípios arquivísticos adequadamente. Quando ocorre a dispersão, há o rompimento da organicidade do fundo, e os documentos perdem valor informativo, visto que perdem a relação com o contexto de produção e de acumulação. A partir do momento em que o documento está fora do seu conjunto orgânico, ele

¹³ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AA> Acesso em: 29 nov. 2021

está separado da estrutura que lhe confere sentido e, portanto, o tratamento arquivístico fica prejudicado.

[...] A cientificidade da Arquivologia está exatamente em sua capacidade de recuperar os vínculos orgânicos que atrelam os documentos às atividades que deram origem a eles. Restabelecida essa ligação, é possível determinar o valor de prova do documento, o que confere a devida importância ao documento, seja ele de valor primário ou de valor secundário [...]. (SILVA; MELO, 2016, p.96).

A dispersão, apesar de não ser muito abordada na literatura arquivística brasileira, ocorre com bastante frequência nos arquivos, sobretudo nos pessoais. Como o processo de doação depende de cada produtor ou de seus familiares, não há definição prévia ou normativas com relação ao destino dos acervos.

No universo de arquivos pessoais cada caso de dispersão pode apresentar suas próprias particularidades, pois estamos diante de situações em que o arbítrio dos doadores e as relações estabelecidas com as entidades custodiadoras podem ser bastante diversificadas (COSTA, 2019, p.46).

Ainda que não ocorra a doação por parte do produtor, outros atores podem fazê-lo, como os familiares, que muitas vezes produzem uma triagem na documentação, escolhendo distintas instituições com que o produtor se relacionou para doar parcelas do arquivo, podendo ainda reter uma parte da documentação com a família.

Nesse sentido, realçamos não apenas as relações dos titulares com as possíveis entidades custodiadoras que receberão seu arquivo, mas também a importância decisiva da interferência familiar neste processo, sobretudo quando a doação ocorre após a morte do titular. (COSTA, 2019, p.47).

O processo de dispersão de um fundo, de acordo com Silva; Melo (2016) pode ocorrer nas seguintes situações:

- Quando a família decide doar a documentação para instituições de guarda distintas com as quais o produtor se relacionou de alguma forma;
- Quando os documentos integrantes do fundo são vendidos, e instituições compram partes dele, de acordo com seus interesses;
- Quando nunca houve um controle da unidade do fundo, com documentos “espalhados” entre familiares, amigos, e secretárias, fazendo com que esses documentos se dissipem desordenadamente após a morte do produtor;
- Quando documentos são “perdidos”, ou seja, quando a documentação se deteriora devido ao armazenamento inadequado por parte de algum familiar, e não é possível mais restabelecer a integridade do fundo.

Além de impactar na perda da organicidade do fundo, o processo de dispersão também causa impacto na pesquisa documental. De acordo com Heymann (1997), isso ocorre quando

não há informações sobre a dispersão no instrumento de pesquisa que dá acesso ao arquivo, fazendo com que possa ocorrer erros de interpretação do material por pesquisadores que são levados a acreditar que toda a documentação integrante do fundo está ali presente.

Nesses casos, segundo Silva; Melo (2016), a instituição custodiadora precisa criar formas de trabalhar o arquivo que se encontra fragmentado por meio de estratégias intelectuais e empíricas. Além disso, deve haver alguma referência nos instrumentos de pesquisas citando a presença de partes do arquivo em outras instituições. Isso seria de grande ajuda para os pesquisadores, evitando o erro de tomar a parte pelo todo, e possibilitaria resgatar vínculos orgânicos entre os documentos.

No caso do arquivo Afonso Arinos podemos notar a influência familiar no processo de dispersão devido à atuação do seu filho, Affonso Arinos de Melo Franco, que buscou doar partes da documentação do arquivo de seu pai para instituições relacionadas com suas áreas de atuação. Isso consiste em uma estratégia memorial, cujo objetivo é garantir a presença do personagem na maior quantidade de instituições possíveis, visando aumentar a visibilidade e o alcance da memória do titular. Por conta disso, a documentação presente no fundo acaba sendo dispersa em fragmentos que vão parar em instituições diversas.

Por conta disso, após a descoberta da dispersão do fundo, num primeiro momento acreditávamos que a documentação relativa à atuação literária de Afonso Arinos estivesse dividida entre a ABL e o AMLB, a documentação relativa à atuação como embaixador estivesse no Itamaraty e a relativa à atuação política estivesse no CPDOC. Porém, levando em consideração o volume da documentação presente no AMLB, passamos a acreditar que, além da área literária, existiam documentos relativos a outras áreas, fato que foi confirmado posteriormente. Após a identificação da documentação presente no AMLB, notou-se que constam não só documentos relativos à atuação literária, mas também documentos relativos à atuação política, atuação na docência e relativos a sua vida pessoal. Não foram identificados muitos documentos relativos à sua atuação como embaixador, o que pode ser explicado pela existência do processo de dispersão.

Dessa forma, apesar do processo de dispersão, nosso objetivo segue sendo a produção do quadro de arranjo por meio do método funcional para a documentação presente no AMLB. Devido à presença da dispersão, na etapa da produção do inventário faremos menção às instituições que possuem documentos integrantes do fundo Afonso Arinos de Melo Franco, permitindo que os pesquisadores tenham real noção da documentação existente e possam buscar os vínculos orgânicos entre esses documentos.

4 ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

O presente capítulo busca analisar o arquivo pessoal de Afonso Arinos de Melo Franco, custodiado pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa, destacando a metodologia utilizada para o tratamento da documentação. Busca-se demonstrar como a utilização de uma abordagem baseada em funções pode ser benéfica para o tratamento destes documentos. Para isso, iremos caracterizar o processo de identificação da documentação, desvendando as funções exercidas. Por último, apresentaremos uma proposta de quadro de arranjo baseado nas funções desempenhadas pelo produtor.

4.1 O primeiro contato com o arquivo Afonso Arinos de Melo Franco

O arquivo de Afonso Arinos possui cerca de 11 metros lineares e está acondicionado em 56 caixas. Já nesse primeiro contato, percebeu-se que o arquivo já havia passado por algumas intervenções para organização, ainda que de maneira incompleta, nos anos anteriores. Os documentos estavam organizados em caixas, e estas eram organizadas em séries.

Fotografia 9 – Parte da organização física encontrada no arquivo Afonso Arinos no AMLB



Fonte: Fotografia tirada pelo autor

Essa organização prévia do arquivo teria sido realizada nos primeiros anos após a doação do mesmo em 2010. De acordo com a chefe do AMLB, Rosângela Florido Rangel, por conta do tamanho do arquivo, não havia mão de obra disponível no AMLB para realizar o tratamento completo naquele momento, então foi realizado um rápido processo de identificação e seleção da documentação, visando disponibilizar os documentos para consulta da maneira mais rápida possível. Dessa forma, os documentos foram analisados e organizados em séries de acordo com o padrão do arranjo que era utilizado como metodologia no AMLB na época. Por conta da limitação de tempo e mão de obra, a organização ficou somente na parte física, com os documentos ordenados em séries nas caixas. Foi também produzida um índice onomástico¹⁴ dessa documentação no intuito de facilitar o acesso, mas ela só abarcou as séries correspondência e documentos pessoais. O processo de organização foi interrompido nesta etapa, não prosseguindo para a descrição. A metodologia usada no AMLB era uma adaptação baseada em um modelo de arranjo para arquivos pessoais consagrado na década de 1980, composto pela presença de 9 séries¹⁵, definidas segundo critérios “que mesclavam agregações por espécies documentais e por temas” (ABREU, 2018, p.116).

O processo de identificação utilizado como opção metodológica não estabelecia um vínculo entre a função e o documento. O arranjo tinha uma estrutura pré-fixada e os documentos tinham que ser “encaixados” dentro dessa estrutura rígida. As correspondências eram todas agrupadas independente da função e atividade, sendo somente divididas nas séries: pessoal, familiar e de terceiros. Na série produção intelectual eram reunidos os textos de autoria do titular, sendo organizada internamente de acordo com a espécie documental. Textos produzidos por outras pessoas entravam na produção intelectual de terceiros. A série produção na imprensa era formada por textos produzidos em suporte jornal ou revista, sendo dividida nas subséries: de autoria do titular e sobre o titular. Na série documentos pessoais eram agrupados toda a documentação referente ao titular, como documentos identitários, contratos de edição, diplomas, entre outros. Na série diversos eram colocados os documentos que não se encaixavam nas séries anteriores, algo semelhante a uma série “miscelânea”. E por último, na série documentação complementar eram colocados os documentos produzidos imediatamente após o falecimento do titular até a data de 1 ano do falecimento.

¹⁴ Apresentado no anexo b.

¹⁵ A estrutura do arranjo dividia o fundo nas seguintes séries: correspondência pessoal, correspondência familiar, correspondência de terceiros, produção intelectual do titular, produção intelectual de terceiros, produção na imprensa, documentos pessoais, diversos e documentação complementar.

A intenção era no futuro retornar a organização da documentação com o objetivo de realizar a identificação de maneira adequada, produzir o quadro de arranjo e conseqüentemente avançar para as fases da descrição e da confecção do inventário.

Porém, no ano de 2017 ocorreu a mudança nos procedimentos técnicos para tratamento de arquivos pessoais do AMLB, conforme já foi mencionado. Nesse processo, a equipe realizou uma análise da metodologia que era empregada e chegou à conclusão de que ela se mostrava inadequada para as necessidades atuais dos arquivos pessoais. Diante disso, buscou-se alternativas para o tratamento da documentação. Após estudo, optou-se pela utilização de uma abordagem onde o método de organização fosse baseado em funções. Essa abordagem possibilitaria relacionar produtor, documentação produzida e funções, permitindo a recuperação do contexto de produção dos documentos. A partir disso, as informações contidas nos documentos poderiam ser interpretadas adequadamente.

Nesse contexto, eu fiquei responsável por prosseguir no tratamento do arquivo segundo as novas orientações técnicas. Diante disso, era necessário reorganizar essa documentação de forma que pudesse ser adotado o método com base nas funções, demonstrando o vínculo entre o documento e a atividade que o gerou, além de permitir o entendimento dos documentos como partes de um “todo” orgânico.

Definida a metodologia para a organização da documentação presente no arquivo Afonso Arinos de Melo Franco, passamos para a fase do tratamento documental propriamente dito. O primeiro passo consiste na atividade de identificação.

4.2 A identificação e seus resultados

A identificação é uma atividade que contribui para a organização de arquivos. Por meio dela, é possível estudar e conhecer o produtor, as funções por ele desempenhadas e os tipos documentais presentes no fundo. Por conta disso, ela é considerada pela teoria¹⁶ como a primeira etapa do tratamento arquivístico. É importante destacar que ela é uma atividade de pesquisa, que permite entender a gênese documental e os contextos envolvidos nesse processo.

Ela é composta de duas fases, sendo a primeira relacionada com o levantamento biográfico do produtor do arquivo. Nesta fase a pesquisa buscará obter a maior quantidade de informações disponíveis sobre o titular, como suas atividades, suas redes de sociabilidade, o

¹⁶ De acordo com Trancoso; Silva (2013). Cavalheiro; Santos (2018) definem como etapa prévia, crucial para as outras funções arquivísticas.

levantamento da documentação produzida, entre outros. Por sua vez, a segunda fase ficará responsável pela análise das espécies e dos tipos documentais encontrados no arquivo.

Abaixo será caracterizado o processo de identificação realizado no arquivo Afonso Arinos, assim como os resultados obtidos nas duas fases. De posse dessas informações, teremos substrato suficiente para seguir adiante na produção do quadro de arranjo do arquivo.

4.2.1 Levantamento biográfico do titular

O levantamento biográfico tem como objetivo reunir informações referentes à vida do titular. Isso inclui obter informações não só sobre as atividades profissionais como também sobre outras áreas da vida do titular. Esse processo de pesquisa deve ser exaustivo, buscando esgotar as fontes de informações disponíveis.

Como exemplo de ações visando fazer esse levantamento temos: pesquisa bibliográfica sobre vida e obra do titular; busca em sites de internet que sejam confiáveis e tenham informações relevantes para a pesquisa; investigação de instituições que o titular possa ter se relacionado; entrevista de familiares e amigos; investigação em seus próprios documentos produzidos; entre outras.

No caso de Afonso Arinos, nossa pesquisa teve como metodologia o estudo bibliográfico sobre a vida do titular. As publicações utilizadas no levantamento foram: *Apresentação de Afonso Arinos* e *A Política Domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia de 1964*. Além dessas informações obtidas na bibliografia, foram utilizadas como fonte os sites da ABL¹⁷ e do CPDOC¹⁸, instituições reconhecidas no meio arquivístico.

Com base nas informações obtidas, foi possível entender sobre as funções desempenhadas por Afonso Arinos durante sua trajetória profissional e compreender suas relações sociais e familiares. Esse primeiro momento permitiu a identificação de 5 principais funções por ele desempenhadas, sendo algumas realizadas simultaneamente. Afonso Arinos foi: político, escritor, professor, advogado e embaixador.

¹⁷ Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/afonso-arinos-de-melo-franco/biografia> Acesso em 20 jul. 2022.

¹⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco> Acesso: 20 jul. 2022.

Fotografia 10 – Afonso Arinos em seu gabinete no Itamaraty com o busto do seu pai Afrânio, ex-chanceler.



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

Ainda dentro da primeira fase do processo de identificação, há um segundo momento que consiste no levantamento da produção documental do titular. A descoberta desses registros é importante pois permite extrair informações que irão auxiliar no entendimento dos documentos presentes no arquivo.

Para que pudesse ser feito o levantamento dos documentos produzidos pelo titular durante sua carreira profissional utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, usando como fontes a publicação *Apresentação de Afonso Arinos*, o verbete sobre Afonso Arinos do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC¹⁹ e o artigo *As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX*²⁰.

Essa pesquisa nos permitiu conhecer as publicações feitas pelo titular, nas áreas de história, direito, política e literatura, como também foi capaz de revelar os perfis de escritor²¹. Além disso, ela possibilitou entender, no campo político, seu posicionamento de oposição ao governo que foi manifestado, por exemplo, no documento conhecido como “Manifesto dos Mineiros”, do qual Afonso Arinos foi um dos criadores. O levantamento documental também

¹⁹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco> Acesso em: 11 ago. 2022.

²⁰ Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/41471> Acesso em: 10 ago. 2022

²¹ Destacou-se como ensaísta, memorialista, historiador, biógrafo, entre outros.

foi importante para nos fornecer informações sobre seu lado docente, revelando as universidades em Afonso Arinos atuou.

De posse dessas informações obtidas a partir do levantamento biográfico, passamos para a análise da documentação com o intuito de verificar quais funções e atividades estão representadas nos documentos do arquivo do titular.

4.2.2 Análise das espécies e tipologias documentais encontradas no arquivo Afonso Arinos

A etapa seguinte consiste na análise da documentação presente no arquivo. Nessa etapa os documentos são analisados individualmente, por meio da leitura e pela identificação do tipo documental. Dessa forma, é possível descobrir a atividade responsável pela produção do documento. A tipologia documental é responsável por esse processo, estudando os documentos de maneira mais aprofundada, verificando tanto a parte física quanto o conteúdo no intuito de recuperar a organicidade do conjunto.

No caso do arquivo Afonso Arinos, a metodologia utilizada foi a análise tipológica, inspecionando os elementos externos e internos dos documentos para descobrir qual atividade estava associada à sua produção. Como exemplos de elementos verificados nessa etapa temos o formato, a escrita e o conteúdo.

Por conta disso, os documentos presentes no arquivo tiveram que ser analisados de maneira individual e isso permitiu que eu pudesse chegar ao panorama do arquivo que eu relatarei a seguir.

O arquivo Afonso Arinos possui cerca de 2480 documentos. Desse total, 48% é composto de documentos referentes às redes de sociabilidade do titular, sendo este o maior conjunto de documentos presente no arquivo. Como espécies mais encontradas temos: carta e telegrama. Por sua vez, os tipos documentais mais frequentes foram carta de comunicação, carta de felicitação, carta convite e telegrama de cumprimentos.

O segundo tipo de documentação mais comum presente no arquivo diz respeito à função política do titular, com aproximadamente 17% do total do arquivo. Desse percentual, cerca de 8% está atrelado à função de deputado federal, 6% à função de senador, 1,7% à atividade da comissão de estudos constitucionais, e 1,3% ao Conselho Federal de Cultura. As espécies documentais²² encontradas em maior quantidade foram: recorte, discurso e carta. Como

²² De acordo com o Glossário de espécies e tipos documentais da Universidade de São Paulo e com o Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

exemplo de tipos documentais encontrados temos: recorte de artigo de jornal, recorte de notícia de jornal, discurso de saudação e carta de comunicação.

Com 11,6% do arquivo, temos os documentos associados à função literária do titular. As espécies mais frequentes são: recorte, nota, caderno, e exemplar de obra. Temos recorte de artigo de jornal, recorte de crônica de jornal, nota sobre livro e caderno de nota como os tipos documentais mais comuns dentre esses documentos. Com cerca de 6,8% temos textos presentes no arquivo em diversos formatos que não possuem relação direta com sua produção documental. Podem ser considerados documentos de interesse do titular. As espécies mais encontradas foram: ensaio, folheto, poema, resenha e recorte. Como exemplo de tipos documentais encontrados temos: ensaio crítico, folheto de divulgação, resenha de obra e recorte de artigo.

Aproximadamente 4,5% do arquivo são compostos por documentos associados à atividade de docência do titular. Roteiro, texto, caderno, discurso e carta formam as espécies mais comuns nos documentos. Em decorrência dessas espécies, temos os tipos: roteiro de aula, texto de palestra, caderno de nota, discurso de posse e carta convite como os documentos de maior ocorrência. Com um percentual parecido, cerca de 4,4%, temos os documentos referentes a questões familiares de Afonso Arinos. A espécie mais encontrada foi a carta. Os tipos documentais mais encontrados foram carta de comunicação e carta informativa.

Com cerca de 1,66% do arquivo temos os documentos relativos ao controle financeiro do titular. Dentro desse grupo, sobressaem as espécies: recibo e certificado. Como exemplo de tipos documentais temos: recibo de depósito, recibo de direitos autorais, recibo de pagamento e certificado de propriedade. Documentos associados com a função jurídica de Afonso Arinos somam 1,58%. Parecer, minuta e petição são as espécies mais encontradas. Parecer jurídico, petição de habeas corpus e minuta de contrato são os exemplos de tipos documentais encontrados.

Das funções identificadas na fase de levantamento biográfico, a que possui a menor quantidade de documentos no arquivo é referente ao cargo de embaixador, com apenas 0,69%. As espécies documentais mais comuns entre esses documentos são carta e telegrama, e os tipos encontrados são carta de agradecimento, carta de comunicação e telegrama de felicitações.

Os documentos referentes à identificação do titular somam 0,24% do arquivo. Carteira e certidão são exemplos das espécies encontradas, ao passo que carteira de identidade e certidão de nascimento são exemplos dos tipos documentais presentes. Por sua vez, os documentos

produzidos após o falecimento²³ do titular representam 0,32% da documentação. Recorte e discurso são as espécies mais numerosas. Recorte de notícia e discurso de homenagem são os tipos documentais mais frequentes. Somando cerca de 0,24% estão os documentos associados à saúde de Afonso Arinos. Registro, laudo, receita e guia foram as espécies localizadas. Os tipos presentes neste agrupamento foram: registro de resultado de exame, guia de requisição de exame, laudo de exame e receita médica.

Também foram encontrados documentos que demonstravam a relação do titular com grupos de indivíduos. Eles somam 1,25% da documentação, e podem ser divididos em 3 partes. A primeira parte diz respeito às homenagens recebidas pelo titular, totalizando 0,77%. A segunda parte consiste nas cartas enviadas pelos leitores, somando 0,4%. Por último temos os documentos referentes à presença do titular em associações, com 0,08%. Diploma, carta, e certificado foram as espécies mais comuns. Diploma de homenagem, carta de cumprimentos e certificado de participação são alguns dos tipos documentais encontrados.

Documentos relacionados com a administração de carreira de Afonso Arinos também foram encontrados, e compõem 0,28% da documentação, tendo carta e recibo como as principais espécies documentais. Os tipos documentais encontrados foram carta de informe sobre direitos autorais e recibo de pagamento de direitos autorais. Também foram localizados documentos relacionados com a gestão de bens do titular, formando 0,2%. Temos como principais espécies: planta, contrato e recibo. Como tipo, foram encontrados: planta baixa de imóvel, contrato de locação de imóvel e recibo de compra e venda de veículo.

Por último, foram detectados documentos referentes à ABL, no total de 0,08% do arquivo. Além disso, foram identificados documentos referentes à formação acadêmica e complementar do titular, com cerca também de 0,08%. Como espécies encontradas associadas à ABL temos: discurso e recorte. Discurso de homenagem e recorte de notícias são os tipos documentais detectados. No tocante à formação do titular, diploma e prova são as espécies presentes. Por sua vez, os tipos documentais encontrados foram diploma de formatura e prova de processo seletivo.

²³ São considerados os documentos produzidos até 1 ano após a data de falecimento do titular.

Fotografia 11 – Afonso Arinos discursando na ABL. Presentes na foto estão: Odilo Costa Filho, Austregésilo Athayde e Hermes Lima



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/ AMLB

É importante frisar que o levantamento biográfico nos dá uma dimensão geral das funções exercidas pelo titular, mas isso não quer dizer que encontraremos documentos relacionados a todas essas funções no arquivo. Alguns documentos podem ter sido eliminados, suprimidos, ou podem estar em outras instituições, nos casos em que haja dispersão do fundo arquivístico. No caso do arquivo Afonso Arinos, apesar do processo de dispersão ocorrido, foi possível encontrar documentos relacionados a todas as funções exercidas pelo titular, embora algumas funções não estejam representadas em grandes quantidades documentais. Como foi salientado no capítulo 2, o fundo Afonso Arinos de Melo Franco sofreu um processo de dispersão, havendo um desmembramento da documentação para várias instituições arquivísticas diferentes. A pouca quantidade de documentos em determinadas áreas pode ser reflexo dessa intervenção.

Esses foram os resultados obtidos por meio do processo de identificação, onde foi possível entender um pouco mais sobre o titular, suas funções e a documentação produzida. A análise tipológica teve um papel fundamental nesse processo, me permitindo identificar os documentos referentes às seguintes funções do titular: político, com atuação como deputado federal, senador, membro do Conselho Federal de Cultura e presidente da comissão de estudos constitucionais; escritor; professor; embaixador e advogado. Além disso, pude identificar documentos relativos a questões particulares de Afonso Arinos, como: relações sociais e familiares; controle financeiro; documentos identitários e documentos associados a saúde.

Identificadas as funções e os documentos produzidos, passaremos para a próxima etapa do tratamento arquivístico que consiste na elaboração do quadro de arranjo. Nossa proposta de trabalho é a criação do quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos por meio do método baseado em funções.

Como base para a produção do quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco de acordo com o método baseado em funções, vamos utilizar o Manual de padronização dos procedimentos de arranjo e descrição do AMLB²⁴. É importante salientar que o arranjo funcional deve ser criado de maneira individualizada para cada arquivo, e que o manual serve apenas como uma ferramenta inicial de forma a buscar uma padronização para os fundos a serem trabalhados no AMLB.

4.3 Proposta do quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco

A partir da união da base proposta pelo manual de arranjo do AMLB e as funções, espécies e tipos documentais detectados pelo processo de identificação arquivística, foi possível produzir o quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco.

O manual preconiza uma estrutura multinível composta por 5 níveis, que se desdobram do geral para o particular. Esses níveis são: fundo, grupo, subgrupo, série e dossiê.

Dessa forma, o quadro de arranjo proposto seguiu essa organização. O nível fundo está relacionado com o arquivo do titular em sua totalidade. O grupo, com as funções do titular, enquanto o subgrupo com a subfunções, caso hajam. A série e o dossiê se referem a espécie e tipo documental, respectivamente.

O quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco foi composto por 8 grupos, da seguinte forma: vida pessoal; formação e administração de carreira; relações com instituições e grupos; atuação política; atuação literária; atuação na docência; atuação diplomática; e atuação jurídica.

Quadro 1 – Quadro dos níveis fundo e grupo propostos para o arranjo funcional do arquivo Afonso Arinos



Fonte: o autor

²⁴ RONDINELLI, Rosely Curi; PARANHOS, Ananda Borges; ABREU, Jorge Phelipe Lira de (org.). Manual de padronização dos procedimentos de arranjo e descrição dos documentos arquivísticos e das coleções do AMLB. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

O primeiro grupo, intitulado vida pessoal, está associado a questões particulares do titular. Foi formado pelos subgrupos aquisição de bens; identificação pessoal; leitura de interesse pessoal; organização financeira; relações de sociabilidade; relações familiares; tratamento de saúde e pós-morte.

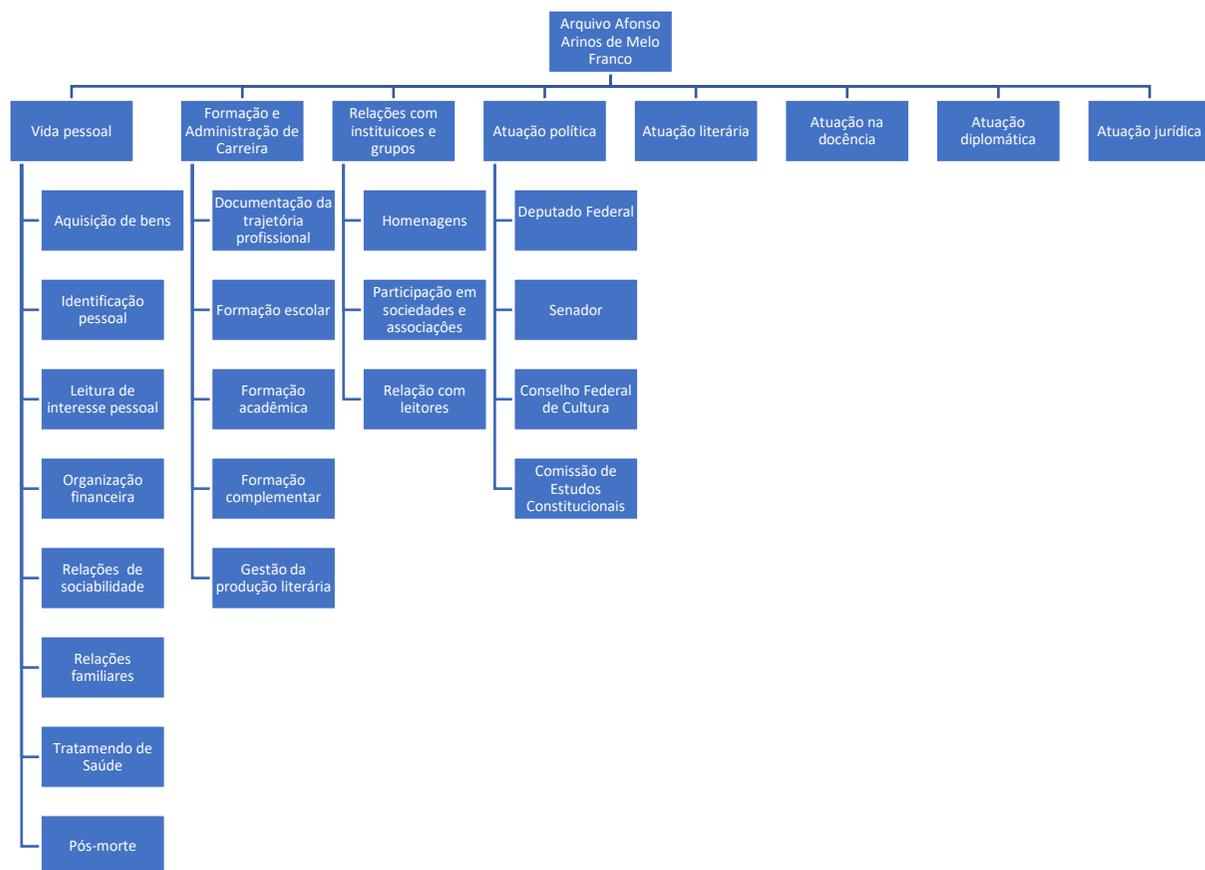
No interior desse grupo, os subgrupos integrantes são explicitados da seguinte forma: aquisição de bens está relacionado com a compra, venda, e doação de bens do titular; identificação pessoal, como o próprio nome sugere, relaciona-se com documentos responsáveis pela identificação de Afonso Arinos como cidadão; leitura de interesse pessoal foi formado por textos que não estão diretamente associados com a produção documental do titular; organização financeira é o nome dado ao subgrupo responsável por reunir documentos relativos ao controle financeiro de Afonso Arinos; relações de sociabilidade envolve os registros referentes às relações sociais do titular e de terceiros; relações familiares diz respeito aos documentos referentes aos familiares de Afonso Arinos, incluindo a correspondência entre eles; tratamento de saúde está relacionado com os documentos médicos referente à saúde do titular; e por último, pós-morte agrupa a documentação produzida sobre o titular entre o dia do seu falecimento até 1 ano dessa data.

Fotografia 12 – Afonso Arinos e Anah



Fonte: arquivo Afonso Arinos de Melo Franco/AMLB

Quadro 2 – Quadro dos níveis fundo, grupo e subgrupo propostos para o arranjo funcional do arquivo Afonso Arinos



Fonte: produzido pelo autor

O grupo formação e administração de carreira diz respeito aos documentos produzidos ao longo da atividade profissional do titular, havendo como marco inicial sua formação escolar. No interior desse grupo, foram inseridos os seguintes subgrupos: documentação da trajetória profissional; formação escolar; formação acadêmica; formação complementar e gestão da produção literária. O subgrupo documentação da trajetória profissional é formado por documentos produzidos sobre a vida do titular, podendo ser de autoria do mesmo ou de terceiros. Os subgrupos formação escolar e acadêmica são constituídos de documentos referentes à formação do titular nessas áreas, ao passo que o subgrupo formação complementar agrega documentos relacionados com cursos complementares à formação do titular. Por último, o subgrupo gestão da produção literária²⁵ é formado por documentos relacionados com a administração de sua carreira como escritor.

O grupo relações com instituições e grupos é formado por documentos referentes à relação entre Afonso Arinos e a coletividade. É formado pelos seguintes subgrupos: homenagem, participação em sociedades e associações, e relação com os leitores. O primeiro reúne a documentação referente a homenagens prestadas ao titular; o segundo agrupa os documentos relacionados com a inserção de Afonso Arinos em diversas congregações; e por último, o terceiro agrega documentos que dizem respeito à relação do titular com seu público.

O grupo seguinte é denominado atuação política, e é responsável por reunir os documentos produzidos durante o exercício dessa atividade. Ele se subdivide em 4 subgrupos, referentes às subfunções exercidas na política como deputado federal, senador, membro do Conselho Federal de Cultura e membro da Comissão Afonso Arinos²⁶. Na sequência temos o grupo atuação literária, composto de documentos produzidos pelo titular ao longo do exercício da função como escritor. Não apresenta subgrupos.

Seguindo a estrutura do quadro de arranjo, temos o grupo atuação diplomática, que agrupa os documentos relacionados ao exercício de funções diplomáticas pelo titular. Ele não apresenta subgrupo. Temos ainda o grupo atuação na docência, onde estão reunidos os documentos produzidos por Afonso Arinos enquanto lecionava. Como último grupo temos o atuação jurídica, composto por documentos associados à função do titular como advogado.

²⁵ A escolha da posição desse subgrupo nesta estrutura se deu pelo fato dele se encaixar melhor dentro do grupo formação e administração de carreira, pois trata-se de documentos sobre a gestão de sua carreira literária.

²⁶ De acordo com Costa (2009), a Comissão Afonso Arinos foi o nome utilizado para a comissão presidida por Afonso Arinos com objetivo de criar um projeto de reforma da Constituição. Ela também ficou conhecida pelo nome Comissão provisória de estudos constitucionais.

Com isso, finalizamos a produção do quadro de arranjo do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco de acordo com o método baseado em funções. O quadro completo está disponível no anexo a.

Ao final de minha pesquisa, pude ter a real importância desses documentos para a pesquisa histórica. A parte relacionada à atuação política se apresenta como importante fonte devido às fartas informações sobre o cenário político durante boa parte do século XX. Ela mostra o cenário da ditadura militar, e documenta como este regime de governo afetou não só a política, como diversas áreas. Essa parte da documentação também retrata como a política se articulava na época, e ressalta a capacidade de Afonso Arinos de se relacionar nos mais variados cenários políticos. Dessa forma, o material sobre política é riquíssimo.

Referente à parte literária, o arquivo também possui um extenso material sobre as publicações de Afonso Arinos, notadamente um escritor de sucesso que produzia diversos gêneros literários como memórias, biografias, crônicas, ensaios, entre outros. Além disso, ele escrevia com excelência sobre diversas áreas do conhecimento, se destacando na história, na política, no direito e na literatura. Portanto, esse material é uma fonte bastante rica não só para pesquisadores da área literária, mas também das áreas da história, da política e do direito.

Além disso, há documentos referentes às funções jurídicas, diplomáticas e docentes, que embora sejam em menor quantidade, ajudam a entender a trajetória do titular. As informações que ajudam a traçar suas redes de sociabilidade, assim como suas relações familiares, também possuem um grande potencial para a pesquisa tanto para entender a relação do titular com seus pares como para compreender melhor o perfil biográfico de Afonso Arinos.

Por conta de toda a riqueza dessa documentação, é necessário que esses documentos estejam disponíveis para o público. Além disso, também é recomendável que eles estejam organizados de maneira adequada, respeitando o princípio arquivístico da organicidade.

Diante disso, a utilização do método funcional para a produção do quadro de arranjo possibilitou que os documentos ficassem associados às funções e atividades, permitindo uma melhor contextualização e compreensão da documentação. O benefício dessa abordagem pode ser visto no quadro de arranjo. A partir disso, os documentos presentes no arquivo poderão ser trabalhados de maneira adequada, beneficiando a pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo produzir o arranjo funcional do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco a partir do levantamento de sua trajetória e da análise da documentação produzida e acumulada sob a guarda do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Este quadro de arranjo deveria ser produzido de forma a respeitar os princípios arquivísticos, buscando manter a organicidade do conjunto e sendo capaz de recuperar o vínculo entre os documentos, produtor, funções e atividades.

O levantamento sobre a trajetória do titular foi um dos pontos iniciais de nossa pesquisa, onde procuramos reunir a maior quantidade de informações disponíveis. Esta é uma tarefa fundamental para o tratamento de um arquivo pessoal. Foi realizada uma pesquisa na bibliografia publicada sobre vida e obra de Afonso Arinos e em sites de instituições reconhecidas no meio arquivístico em busca de informações sobre sua biografia, de forma a identificar as funções e atividades desempenhadas, assim como entender seus relacionamentos sociais e familiares.

Outro ponto importante de nossa pesquisa foi identificar e caracterizar o processo de dispersão documental que foi detectado. Buscamos entender quais agentes envolvidos neste processo e qual a motivação para este fato. Além disso, foram identificadas as instituições receptoras de parte do arquivo, e os documentos doados. Por último, destacamos os danos envolvidos nesse processo, como a perda da organicidade do arquivo e comprometimento da relação contextual entre os documentos.

Para que a nossa pesquisa pudesse ser desenvolvida, se fez necessário apresentar o histórico e as características dos arquivos pessoais, evidenciando suas particularidades frente a outros arquivos. O fato de os arquivos pessoais terem ficado um longo tempo distante das discussões teóricas da área fez com que a teoria arquivística clássica fosse produzida com base nos documentos institucionais. Apesar disso, os arquivos pessoais possuem todas as características essenciais aos documentos arquivísticos e, portanto, devem ser trabalhados respeitando os princípios da área, valorizando o conjunto documental e a organicidade desses documentos. Dessa maneira, confirmamos um dos pressupostos de nossa pesquisa que afirma que os arquivos pessoais devem utilizar as mesmas metodologias indicadas para tratamento de arquivos institucionais, desde que seja adequada às suas necessidades.

Abordamos também em nossa pesquisa a importância do contexto, indispensável para que os documentos possam ser interpretados de maneira correta. Quando a organização documental é feita sem que se leve em consideração o contexto de produção dos documentos, há uma perda considerável no que diz respeito às informações contidas nesses registros. Especificamente no caso de arquivos pessoais, a produção dos documentos envolve diferentes contextos, como o meio social em que o produtor está inserido e os usos que ele faz desses documentos. Sendo assim, é necessário recuperar informações referentes a esses contextos, e que essas informações sejam utilizadas na organização da documentação. Um exemplo disso ocorre quando, de acordo com as informações coletadas na etapa da identificação, as cartas, bilhetes e telegramas são organizadas em grupos de acordo com as funções e atividades nas quais estão associadas. Quando o contexto de produção não é levado em conta, podemos ter o agrupamento desses documentos em uma série genérica, intitulada correspondência. Nesses casos o documento é retirado da sua estrutura orgânica, perdendo o valor relacionado com “sua posição” dentro do organismo no qual faz parte.

Nesse sentido, destacamos a importância da atividade da identificação, como a primeira etapa do tratamento arquivístico, que irá auxiliar as atividades de arranjo e descrição. Essa atividade é responsável por estudar a gênese documental, assim como entender o contexto de produção dos documentos. Ela é composta por duas etapas, onde a primeira identifica o contexto de produção dos documentos e a segunda analisa especificamente as espécies e tipos documentais produzidos.

Nesta etapa de identificação, tivemos algumas dificuldades, em grande parte relacionadas com o tamanho do arquivo e o tempo necessário para executar a atividade. De acordo com os fundos presentes no AMLB, o arquivo Afonso Arinos é considerado de grande volume²⁷, visto que o tamanho médio dos arquivos é de 2,68 metros lineares. Por conta disso, o tempo necessário para que a identificação fosse desempenhada de maneira adequada provavelmente seria longo. Porém, o tempo disponível para realização dessa atividade não era tão extenso assim. Isso justifica-se por conta do regime de trabalho híbrido²⁸ na FCRB devido ao retorno gradual das atividades em virtude da covid-19. Foi necessária uma grande dedicação para que essa atividade pudesse ser concluída dentro do prazo estipulado.

Afonso Arinos foi um importante escritor, produzindo livros e textos sobre variados assuntos, entre eles política e história. Por conta disso, recebeu diversos prêmios, como o

²⁷ O arquivo Afonso Arinos possui 11 metros lineares.

²⁸ Composto de trabalho presencial e trabalho de casa, ou *home office*.

prêmio Jabuti²⁹ e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Obteve destaque também na carreira política, participando ativamente no período de 1947-1990³⁰. Foi eleito deputado federal e senador por três vezes em cada um dos cargos. Sua trajetória profissional também foi composta de atuações na área diplomática e na docência.

Naturalmente, sua produção documental seria bastante heterogênea. Com relação ao conjunto doado ao AMLB, essa premissa se justifica, onde temos documentos referentes às suas atuações políticas, literárias, diplomáticas e docentes. Também há documentos pertencentes a suas relações sociais e familiares.

O arquivo Afonso Arinos passou por algumas intervenções. Das que temos conhecimento, houve o desmembramento do fundo, com doação para 4 instituições e também ocorreu o início de uma organização do arquivo presente no AMLB logo após a doação. Essa organização prévia gerou um índice onomástico das séries correspondência pessoal e documentos pessoais, além de dividir fisicamente o arquivo em 9 séries, de acordo com a antiga metodologia utilizada no AMLB.

Essa metodologia utilizada se mostrava inadequada para as necessidades de tratamento dos arquivos pessoais do AMLB. Devido as características dos documentos, o método funcional se mostrou uma opção mais acertada para o tratamento dessa documentação. Por conta disso, o quadro de arranjo do arquivo do Afonso Arinos foi produzido com base nesse método.

Diante disso, foi possível confirmar mais dois pressupostos da nossa pesquisa. O primeiro aponta que o arranjo baseado em funções é o método mais indicado para organizar uma documentação de cunho pessoal, enquanto o segundo alega que este tipo de arranjo favorece a compreensão dos contextos de produção e acumulação dos documentos que integram o arquivo pessoal.

Nossa pesquisa também teve como um dos objetivos investigar o processo de dispersão, caracterizando-o. O fundo Afonso Arinos foi desmembrado por seu filho, Affonso Arinos, que doou documentos para o AMLB, para a ABL, para o Arquivo Histórico do Itamaraty e para o CPDOC. A motivação para essa “pulverização” do fundo foi justificada pela vontade de doar o arquivo para instituições de destaque em áreas nas quais Afonso Arinos atuava ou para instituições com as quais ele possuísse alguma espécie de relação. Esse tipo de ação é característico de um projeto memorialístico, onde um fundo é desmembrado para diversas

²⁹ Prêmio literário tradicional mais prestigiado do País, concedido aos autores e editores de destaque.

³⁰ Excetuando o período do regime militar, onde Afonso Arinos esteve afastado da política.

instituições com o objetivo de aumentar a visibilidade do titular, ampliar o acesso do público aos documentos, e elevar a probabilidade de que a memória do titular se perpetue.

A presença do fenômeno da dispersão em um fundo arquivístico fere alguns princípios arquivísticos, como por exemplo o princípio de respeito aos fundos, da proveniência e da organicidade. Dessa forma, na presença desse fenômeno, o tratamento arquivístico fica comprometido. Para tornar a situação mais complicada ainda, muitas vezes esses fragmentos do fundo são organizados de maneira distinta, além de, na maioria dos casos, não haver informações referentes à existência de parcelas do fundo em outras instituições. Essas situações acabam por prejudicar a pesquisa dos usuários, que podem cometer equívocos ao considerar partes de um arquivo como o fundo completo.

Para minimizar esse problema, no caso do arquivo Afonso Arinos, no momento da produção do inventário será colocada uma nota mencionando a existência de partes do arquivo nas outras três instituições. Dessa forma, pelo menos a pesquisa não será tão prejudicada.

A partir do que foi exposto, nos parece claro a importância do método baseado em funções como a via de escolha para a organização de um arquivo pessoal. Embora esse método também possua suas limitações, os benefícios de sua utilização são maiores. O estabelecimento de relações entre produtor, funções e documentos permite recuperar o contexto de produção dos documentos presentes no arquivo. Com isso, teremos instrumentos de pesquisas mais completos e contextualizados, além de permitir aos usuários compreender melhor as informações contidas nos documentos.

Espera-se que essa pesquisa sobre arranjo de arquivos pessoais possa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema, e dessa forma, fortalecer ainda mais a área de tratamento desse tipo de arquivo.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. P. L. **Existir em bits: arquivos pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística.** São Paulo: ARQ-SP, 2018. 198 p.

ARAÚJO, L. O.; LIMA, G. L. de Q. Uma proposta de arranjo documental para o acervo pessoal de Pedro Moacir Maia: “retratos” a partir de uma memória individual. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 178-200, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/60816> Acesso em 10 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf Acesso em: 10 jun. 2022.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes: tratamento documental.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. 120 p.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso.** 1. ed. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

CAVALHEIRO, M. U.; SANTOS, C. A. C. M. A identificação do documento de arquivo pessoal: um percurso diplomático. *In: Seminário FESPSP – “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”, 7., 2018, São Paulo. Anais [...].* São Paulo: FESPSP, 2018. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVII/GT_4/Marcos_Cavalheiro_Cibele_Camargo.pdf Acesso em 20 mai. 2022.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062> Acesso em 20 jun. 2022.

COSTA, M. T. M. **Dispersão em arquivos pessoais: um estudo exploratório.** Rio de Janeiro: Unirio, 2019. 144 p.

COSTA, V. **Apresentação de Afonso Arinos.** Brasília: Senado Federal, 2009. 748 p.

DORNELES, S. L.; SILVA, B. S. P. Identificação como função arquivística: produção científica brasileira e discussões. **Ágora**, v. 30, n. 60, p. 113-129, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/129523>. Acesso em: 22 maio. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de Organização de Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. 84 p. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf

GRILL, I. G. As Múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.23, n. 54, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/41471> Acesso em: 10 ago. 2022.

HEYMANN, L. Q. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa/ Faperj, 2012. 238 p.

_____. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.10, n.19, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041> Acesso em: 12 março 2022.

HOOPS, C. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, L; NEDEL, L. (orgs). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 261-274.

LAPERA, P. V. A. Do ocaso à revelação: uma breve análise do quadro de arranjo e dos instrumentos de pesquisa da divisão de censura de diversões públicas à luz da arquivologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 4, p. 92-112, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/169639>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LEMOS, Renato. Afonso Arinos (verbete). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>. Acesso em 22 de jul. 2022.

LIMA, D. P; ARAÚJO, M. C. C. N. Os arquivos pessoais e suas nuances: uma reflexão sobre os arquivos das matemáticas Estela Kaufman e Maria Laura Mouzinho Leite Lopes. In: CAMPOS, J. F. G. (org). **Arquivos Pessoais**: experiências, reflexões e perspectivas. São Paulo: ARQ-SP, 2019. p. 91-107. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%Aancias-e-perspectivas.pdf> Acesso em: 15 abril 2022.

MACÊDO, P. L. P. Arquivos pessoais e teoria arquivística. In: MARIZ, A. C. A.; RANGEL, T. R. (orgs). **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, p.191-204.

MACÊDO, P. L. P.; OLIVEIRA, L. M. V. Arquivos pessoais e teoria arquivística: o arranjo como uma função de pesquisa. In: CAMPOS, J. F. G. (org). **Arquivos Pessoais**: experiências, reflexões e perspectivas. São Paulo: ARQ-SP, 2019. p. 108-127. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%Aancias-e-perspectivas.pdf> Acesso em: 15 abril 2022.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 136 p.

NASCIMENTO, M. A.; KONRAD, G. V. R. A nova sistemática de arranjo e descrição da UFSM: uma primeira experiência por meio do acervo memória acadêmica. **Revista**

Analisando em Ciência da Informação, v. 4, n. Especial, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80945>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e Pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. 1. ed. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 170p.

PARANHOS, A. N. **Construindo gêneros discursivos na rede**: uma proposta de reformulação da linguagem verbal escrita das páginas *web* do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. 2019. Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019. 103p.

RONDINELLI, R.C.; PARANHOS, A.B.; ABREU, J.P.L. (org.). **Manual de padronização dos procedimentos de arranjo e descrição dos documentos arquivísticos e coleções do AMLB**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. 31p.

SILVA, E. P.; MELO, M. T. A dispersão de fundos de arquivos pessoais. **Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.10, p. 91-102, 2016.

SILVA, M. C. S. M. (org.) **Glossário de espécie e tipos documentais em arquivos de laboratórios**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mast/ptbr/imagens/publicacoes/2014/glossario_de_especies_e_tipos_documentais_em_arquivos_de_laboratorio.pdf Acesso em: 29 jul. 2022.

_____. Arquivos pessoais: preservação e acesso. In: OLIVEIRA, L. M. V.; OLIVEIRA, I. C. B. **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas do século XXI. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p.465-473.

_____. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais, In: GRANATO, M. (Org.), **Museologia e patrimônio**, MAST, Rio de Janeiro: MAST, 2015. p. 178-203.

SOBRAL, C. C.; OLIVEIRA, L. M. V. Cartas em arquivos pessoais: um desafio no arranjo e na descrição. In: CAMPOS, J. F. G. (org). **Arquivos Pessoais**: experiências, reflexões e perspectivas. São Paulo: ARQ-SP, 2019. p. 174-189. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%Aancias-e-perspectivas.pdf> Acesso em: 15 abril 2022.

SOPHIA, Daniela Carvalho. O acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: histórico, perfil e função. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 128-144, 2017. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/555/545> Acesso em: 22 nov. 2021.

SPOHR, Martina G. O acervo histórico do CPDOC: novas perspectivas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. n.7, p. 269-278, 2013.

TRANCOSO, M. C. D.; SILVA, M. C. S. M. E. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico joaquim da costa ribeiro. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50387>. Acesso em: 23 ago. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Glossário de tipos e espécies e tipos documentais da Universidade de São Paulo**. São Paulo: SAUSP, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4177763/mod_resource/content/1/glossario1.pdf
Acesso em: 29 jun. 2022.

VAM DE BERG, T. V. Os arquivos pessoais como objeto de pesquisa em Arquivologia. *In*: CAMPOS, J. F. G. (org). **Arquivos Pessoais: experiências, reflexões e perspectivas**. São Paulo: ARQ-SP, 2019. p. 12-31. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%aancias-e-perspectivas.pdf> Acesso em: 15 abril 2022.

VIEIRA, T. O. Alguns aportes para os limites de uma arquivologia contemporânea. **Ágora**, v. 23, n. 46, p. 45-57, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13675>. Acesso em: 13 jul. 2022..

WELTMANN, F. L. **A Política Domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 260p.

ANEXO A - Quadro de Arranjo funcional do arquivo Afonso Arinos de Melo Franco

GRUPO (Função)	SUBGRUPO (Subfunção)	SÉRIE (Espécie)
Vida Pessoal (VP)	Aquisição de bens (AB)	Planta Contrato Recibo
	Identificação pessoal (IP)	Carteira Certidão CPF Passaporte Título
	Leitura de interesse pessoal (LIP)	Anúncio Artigo Biografia Boletim Capítulo de livro Catálogo Conto Convenção Crônica Discurso Ementa Ensaio Entrevista Estatuto Exemplar de obra Folheto Lista Nota

		<p>Notícia</p> <p>Parecer</p> <p>Planta</p> <p>Poema</p> <p>Prefácio</p> <p>Programa</p> <p>Projeto</p> <p>Relatório</p> <p>Reportagem</p> <p>Resenha</p> <p>Revista</p> <p>Roteiro</p> <p>Tese</p> <p>Tradução</p>
	Organização financeira (OF)	<p>Apólice</p> <p>Caderneta</p> <p>Carta</p> <p>Certificado</p> <p>Comprovante</p> <p>Contracheque</p> <p>Contrato</p> <p>Declaração</p> <p>Extrato</p> <p>Nota</p> <p>Recibo</p> <p>Talonnário</p>
	Relações de sociabilidade (RS)	<p>Agenda</p> <p>Bilhete</p> <p>Cardápio</p> <p>Carta</p> <p>Cartões</p> <p>Convite</p> <p>Lista</p>

		Telegrama
	Relações familiares (RF)	Carta Carteira Certidão Certificado Convite Discurso Escritura Ficha Inventário Laudo Lei Passaporte Passe livre Portaria
	Tratamento de saúde (SA)	Ficha Guia Laudo Receita
	Pós-morte (PM)	Certidão Discurso Folheto Lista Notícia Telegrama
Formação e Administração de Carreira (FAC)	Documentação da trajetória profissional (DTP)	Biografia Declaração Entrevista Nota Notícia Reportagem Revista
	Formação escolar (FE)	Boletim

	Formação acadêmica (FA)	Certificado Diploma
	Formação complementar (FC)	Prova
	Gestão da produção literária (GPL)	Carta Contrato Recibo
Relações com instituições e grupos (RIG)	Homenagens (HO)	Diploma Certificado Proposta
	Participação em sociedades e associações (PSA)	Carteira
	Relação com leitores (RL)	Carta Telegrama
Atuação Literária (AL)		Anteprojeto Artigo Ata Caderno Carta Convite Crônica Depoimento Discurso Ensaio Entrevista Exemplar de obra Folheto Fotografia Lista Manifesto Poema Relatório

		Resenha Roteiro
Atuação Política (AP)	Deputado Federal	Artigo Cardápio Carta Certidão Discurso Estatuto Fotografia Manifesto Memorando Parecer Projeto Recibo Relatório Telegrama
	Senador	Agenda Anúncio Carta Certidão Certificado Discurso Folheto Fotografia Lei Notícia Parecer
	Membro do Conselho Federal de Cultura	Anteprojeto Bilhete Caderno Carta Decreto-lei Discurso

		<p>Lista Parecer Plano Portaria Recurso Relatório Regimento Telegrama</p>
	<p>Membro da “Comissão Afonso Arinos”</p>	<p>Anteprojeto Ata Caderno Carta Discurso Emenda Histórico Notas Projeto Relatório</p>
<p>Atuação Diplomática (ADp)</p>		<p>Carta Currículo Discurso Folheto Fotografia Relatório</p>
<p>Atuação na Docência (AD)</p>		<p>Ata Bilhete Caderno Carta Certificado Contrato Discurso Exemplar de obra Fotografia</p>

		Portaria Projeto Relação Relatório Roteiro Telegrama
Atuação jurídica (AJ)		Caderno Carta Discurso Fotografia Minuta Parecer Relatório Requerimento Telegrama

ANEXO B - Índice onomástico e listagem dos documentos encontrados no arquivo Afonso Arinos de Melo Franco no AMLB.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA – ARQUIVO MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA – AMLB

SÉRIE: Correspondência de Afonso Arinos de Melo Franco

A

Abranches, Sérgio Henrique Hudson de
Abreu, Ovídio de
A Casa do Livro
Academia Barbacenense de Letras
Academia Belo-Horizontina de Letras
Academia Brasileira de Educação
Academia Brasileira de História
Academia Pernambucana de Letras
Acioli, Hildebrando
Adolfo, Adelina
Afonseca, Gustavo Batista d'
Agripino, João
Aguiar, Enéas Ferreira
Aguiar, Frota
Aguiar, Pinto de
Aguinaga, Hélio
Aita, Antônio
Ala Moça da União Democrática Nacional
Alba, Jaime
Albergaria, Consuelo
Alberto, Álvaro
Alberto, Príncipe
Albuquerque, Antonio Luiz Porto e
Albuquerque, Caio
Albuquerque, Felon Pessoa de
Albuquerque, Manuel Inácio Cavalcanti de
Albuquerque Filho, Cavalcanti de
Alcântara, Aurelino Almeida
Aleixo, Pedro
Alencar, Mário de
[Alhadas ?], Maria Emília
Aliança Francesa
Almeida, Acácio
Almeida, Antônio Joaquim de
Almeida, Cussy de
Almeida, Hélio de
Almeida, J. Canuto Mendes de
Almeida, José Américo de
Almeida, José Barbosa de

Almeida, José Torres
Almeida, Martins de
Almeida, Otaviano de
Almeida, Renato
Almeida, Walter (Vigário de Diamantina)
Almeida Júnior, A.
Alphonsus, João
Alvarenga, Otávio J.
Alvarenga, Octavio Mello
Alves, Dario M. de Castro
Alves, Henrique L.
Alves, Maria José Cardoso de Melo Rodrigues
Alves Filho, Francisco Rodrigues
Alves Sobrinho, José Rodrigues
Alvim, Antônio Camilo
Alvim, Darwin de Resende
Alvim, Fausto
Alvim, Geraldo
Amadeo, Mário
Amado, Gilberto
Amado, Gilson
Amado, Jorge
Amaral, José Mendes do
Amaro, Austen
Amazili, Alphar
Ameno, Palmério
Americ Edit
Americano, Alberto
Américo, Joseh
Amorim, Antônio
Amorim, Deolindo
Amorim, J.B de Abreu
Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de
Andrada, Bonifácio José Tamm de
Andrada, José Bonifácio Diniz
Andrade, Carlos César Barromeu de
Andrade, Carlos Drummond de
Andrade, Euclides Marques
Andrade, Mário de
Andrade, Odilon Resende
Andrade, Roberto Paulo César de
Andrade, Rodrigo M. F. de
Andrade, Teófilo
Andrade Filho, Casimiro de
Anjos, Ciro dos
Aquino, Djacir
Aragão, Jose Joaquim R. A . Moniz de
Aragão, Raymundo Moniz de
Aranha, Antônio de Martins
Aranha, Oswaldo

Arantes, Altino
Arantes, Paulo
Arantes, Walter Labanca
Araripe, L. A
Araújo, Carlos Brasil de
Arcebispo de São Sebastião
Archer, Renato
Arecippo, Aderbal de
Arinos, Afonso (homônimo)
Armellini, Ermelino
Arruda, Edgar
Arruda, Eunice
Artplan Publicidade
Ásfora, Permínio
Aspen Institute for Humanistic
Assembléia Legislativa Estadual de Alagoas
Assembléia Legislativa do Ceará
Assis, Deusdeit de
Assis, João Batista Lopes de
Associação Acadêmica Álvares de Azevedo
Associação Brasileira dos Cavaleiros da Ordem de Malta
Associação Comercial de São Paulo
Athayde, Austregésilo de
Ávila, Carlos Alberto de
Azambuja, Marcos Castro de
Azeredo, Carlos Magalhães de
Azeredo Filho, Cândido de
Azevedo, A de Carvalho
Azevedo, Camerino Bragança de
Azevedo, Fernando
Azevedo, José de Castro
Azevedo, Silvanio Caçado
Azevedo, Vicente de

B

B., Artemio Pacheco
Badaró, Murilo
Baker, Josephine
Baleeiro, Aliomar
Banco do Brasil
Banco Brasileiro de Descontos - Bradesco
Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Bandeira, Antônio Rangel de Torres
Bandeira, Arnaldo Leite
Bandeira, Manuel
Barata, Mário
Bárbara & Cia Ltda
Barbosa, Amadeu
Barbosa, Francisco de Assis
Barbosa, Gibson

Barbosa, Paulo Sady
Barca, Luciano
Barreto, Abeillard
Barreto, Abílio
Barreto, Adail
Barreto, Caio Plínio
Barros, Átila de
Barros, Guilherme A de
Barros, Jaime de
Barros, José Pedro Mendes
Barros, Togo de
Barroso, Parsifal
Bassani, Gerolamo Luigi
Bastos, Carlos Alberto
Bastos, Humberto
Bastos, Yonyr
Batista, Eliezer
Belair, E Liger
Belo, Oliveira
Benevides, Maria Vitória de Mesquita
Benevides, Mauro
Benevides, Walter Correa Sá e
Benitez, Justo Pastor
Bento, Antônio
Berle, Júnior, Adolf A
Berna, Ariosto
Bernanos, Georges
Bernardes, Arthur
Bernardes, Manuel
Bernardes, Wladimir
Bernardo, Jane Salgado
Bettini, Eliza A Prado
Biblioteca da Câmara dos Deputados
Bichara, Ivan
Biographical Encyclopedia of the World
Bitar, Orlando
Bitar, Walter Rachide
Bittencourt, Aloisio Regis
Bittencourt, Regina Aluisio
Blanck, Joanita
Bloch, Adolpho
Bloem, Rui
Bonavides, Paulo
Bonfiglioli, Neyde Rosa
Bonfim, Maria
Bonifácio, José
Borba, José César
Borges, Raimundo de Oliveira
Borja, Célio
Bouças, Custódio Azevedo

Braeders, Georges
Braga, Maria Rosália de Almeida
Braga, Ney
Braga, Odilon
Braga, Rubem
Braga, Wilson
Bragança, Pedro Gastão de Orleans e
Brandão, A
Brandão, Adelino
Brandão, Aureliano
Brandão, Manuel
Brandão, Wellington
Brant, Mário
Brasil, Bandecchi
Braz, Wenceslau
Bristol, William B
Brito, Manoel Francisco do Nascimento
Brito, Mário da Silva
Brito, Sebastião Correa
Broca, Brito
Brochado, M.
Brown, Isaac
Bulos, Abelardo Calil
Burns, E. Bradford
Buzaid, Alfredo

C

Cabello, Benjamin Soares
Cabral, Carlos Castilho
Cacurri, Hugo
Café Filho, João
Caffery, Jefferson
Caixa Econômica Federal de Minas Gerais
Caixa de Pensões e Aposentadorias da Companhia Força e Luz de Minas Gerais
Calábria, Antônio
Calábria, Vera Lucia
Calado, Antônio
Calcado, Carlos Gomes
Calcado, Graciano Gomes
Caldera, Rafael
Calmon, Pedro
Câmara Brasileira do Livro
Câmara dos Deputados
Câmara, Mário
Câmara Municipal de Guaratinguetá
Câmara Municipal de Malacacheta – MG
Câmara Municipal de Matias Barbosa
Câmara Municipal de Paracutu – MG
Câmara Municipal de São Paulo
Camargo, Aspásia

Camargo, Joracy
Camargo, Laudo Ferreira de
Camargo, Ralph
Campomizzi Filho, José
Campos, Carlos
Campos, Geir
Campos, Maria Leticia de Salles Redig de
Campos, Milton
Campos, Roberto
Campos, Waldomiro Siqueira
Canabrava, E.
Cândido, Antonio
Canela, Eliza
Capanema, Gustavo
Capanema, Gustavo Afonso
Cardim, Elmano
Cardoso, Luiz Cláudio
Carneiro, Alcides
Carneiro, Davi
Carneiro, Elias
Carneiro, Fernando Almeida
Carneiro, José Ferreira
Carneiro, Levi
Carneiro, Luis (e outros)
Carneiro, Marciano Ernesto Gomes
Carneiro, Nelson
Carneiro, Paulo E. de Berredo
Carneiro, Rui
Carneiro, Trajano B. de Berredo
Carpeaux, Oto Maria
Carrazzoni, Maria Elisa
Carrilho, Antônio
Carvalho, Alicio de
Carvalho, Antônio G.
Carvalho, Antonio Fernando de Bulhões
Carvalho, Carlos Alberto Pena Rodrigues
Carvalho, Daniel de
Carvalho, Evandro Vinicius Linhares
Carvalho, João de
Carvalho, Joaquim de Montezuma de
Carvalho, Jose Candido de
Carvalho, Luiz Gonzaga de
Carvalho, Orlando M.
Carvalho, Sergio Ferraz Gontijo de
Carvalho, Último
Carvalho, Vicente Alves de
Casa Brasileira
Casa de Carneiros Guimarães
Casa do Estudante do Brasil
Casais y Santaló, José

Cascudo, Luiz da Câmara
Castelo Branco, Carlos
Castro, Araújo
Castro, Cristóvão Leite de
Castro, Eduardo Vieira de
Castro, Emilia Figueiredo Fernandes de
Castro, Ferreira
Castro, J. A de Araújo
Castro, João Virgílio de
Castro, Jose Mauricio Vital Gomes de
Castro, José Monteiro de
Castro, Josué de
Castro, Luis Gonzaga Martins de
Castro, Miriam B. de Araújo
Castro, Noemi Nogueira L. M. de
Castro, Paulus da silva
Castro, Rui
Castro, Silvio Rangel de
Castro Júnior, A J. Peixoto de
Catão, Álvaro
Cavalcanti, Araújo
Cavalcanti, Carlos de Lima
Cavalcanti, Freitas
Cavalcanti, Geraldo Holanda
Cavalcanti, Hugo Vieira
Cavalcanti, Themistocles
Cavalheiro, Edgar
Cavalletti, Francesco
Center for Latin American Studies
Center for the Study of Democratic Institutions
Centro Acadêmico da Escola de Minas
Centro Acadêmico Evaristo da Veiga
Centro Acadêmico de Ouro Preto
Centro Acadêmico XI de Agosto
Centro Acadêmico Luiz Carpenter
Centro Cultural Bolívia-Brasil
Centro de Estudos Brasileiros
Centro de Estudos, Pesquisa e Atualização em Direito - CEPAD
Cerqueira, Joaquim
César, Guilhermino
Chacon, Vamireh
Chagas, Paulo Pinheiro
Chateaubrinad, Assis
Chateaubriand, Gilberto
Chaves, Aureliano
Chaves, Petrônio
Cherquer, Elias Said
Chiarini, João
Christo, J.C. Campos
Clementino

Clube Naval
Clube Positivista
Coelho, Adélia Leite
Coelho, César
Coelho, Juvêncio
Coelho Júnior
Coeli, Moacir Medina
Coimbra, Cesário
Coimbra, Creso
Colaço, Thomas Ribeiro
Colégio Nogueira
Colégio Pedro II
Colégio Stella Maris
Collor, [Hermínia ?]
Comissão dos Festejos Euclidianos
Comitê Brasileiro de Estudos sobre a Situação dos Judeus na União Soviética
Companhia Editora Forense
Companhia Editora Nacional
Companhia Melhoramentos de São Paulo
Companhia Nacional de Cimentos Portland
Complak, Chrystian
Condé, Juvenal
Confederação Nacional do Comércio
Conselho Estadual de Cultura da Bahia
Conselho Estadual de Cultura do Pará
Consulado Geral do Brasil – Kobe/Japão
Consulado Geral do Brasil – Lisboa/Portugal
Consulado Geral da França no Rio de Janeiro
Conselho Federal de Cultura
Cony, Carlos Heitor
Corção, Gustavo
Corção, Rogério
Correa, Cláudio Antônio S. Ferreira
Correa, Luiz Maximino de Miranda
Correa, Nereu
Correa, Oscar
Correia, Jonas
Cortesão, Jaime
Costa, Carlos da Silva
Costa, Correa
Costa, Cruz
Costa, Dantes
Costa, Edgar
Costa, Estela Aires Fonseca
Costa, Geraldo José
Costa, João Brandão
Costa, Lucio
Costa, Luis Antonio Severo da
Costa, Luis Fonseca
Costa, Moacyr Lobo da

Costa, Otávio
Costa, Pedro
Costa, Sérgio Correa
Costa, Sílvio
Costa, Zenóbio da
Costa Filho, Odilo
Costa Neto, Benedito
Cotrim Neto, A B.
Cotta, José Reis (e outros)
Courtney, Desmond
Coutinho, Afrânio
Coutinho, Edilberto
Coutinho, Gaspar
Coutinho, Rui
Couto, Salvador Saiaci
Cruls, Gastão
Cruz, Antonio Castelo Branco
Cruz, Ermano
Cunha, Celso
Cunha, Helena T. Leitão da
Cunha, Sílvio da
Cunha, Simão
Cunha, Tristão da
Cirilo, Carlos
Cirilo Júnior

D

D'Arcos, Joaquim Paço
Dantas, Edméa de San Tiago
Dantas ,Julio
Dantas, Paulo
Dantas, San Tiago
Darci, Sérgio
David, René
Dávila, Raul Bazan
Delgado, Humberto
Delegation of the United States of América
Deodato, Alberto
Departamento Administrativo do estado de São Paulo
Deapartment of State – Washington
Departamento Estadual de Informações do Estado de São Paulo
Departamento de Estatística e Publicidade da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais
Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP
Deus, Agostinho Francisco de
Di Cavalcanti, Emiliano
Dias, Antonio
Dias, Cícero
Dias, Washington de Araújo
Dias, William (e outros)
Diegues Júnior ,Manoel

Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito – UFMG

Diretório dos Estudantes da ESAV

Diretório Municipal de Paraisópolis

Dornas Filho, João

Doyle, Plínio

Doxsey, Sonia Rabello

Drummond, Claudiano

Duarte, Pimentel

Duke University Press

Dulles, J. W.F

Dunham, Katherine

Dunhofer, Otto John Veiga

Dutra, Elisa

Dutra, Eurico Gaspar

E

Editora Abril

Editora Alfa Omega

Editora Civilização Brasileira

Editora Cultrix

Editora Delta

Editora Fontana

Editora McGraw – Hill do Brasil

Editora Nova Fronteira

Editora Três

Editora Vozes

Élis, Bernardo

Eloy, Carlos

Embaixada do Brasil na Bélgica

Embaixada do Brasil no Líbano

Embaixada do México

Embaixada Britânica

Embaixada dos Estados Unidos da América – Rio de Janeiro

Enterprise Ltda Promoções , Representações e Empreendimentos

Escola de Guerra Naval

Escola Nacional de Minas e Metalurgia

Escola Superior de Guerra

Espírito Santo, Vitor do

Etchegoyen, Félix E.

Eva, Onofre Francisco

F

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito da Universidade do Maranhão

Faculdade de Direito do Rio de Janeiro

Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal

Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

Falcão, Armando

Falcão Neto, Joaquim de Arruda

Fanson, Maria Lucia Moreira David de

Farah, Anuar
Farhat, Emil
Farhat, Said
Faria, Alvaro
Faria, Antonio de
Faria ,Octavio de
Farias, A. de
Farias, Cordeiro de
Farias, Francisco
Febre, Lucien
Feder, Ernesto
Feliciano, Raimundo
Felício, Quixadá
Fernandes, Hélio
Fernandes, J. N.
Fernandes, Raul
Fernandes Filho , José
Fernández Saavedra, Gustavo
Ferrari, Fernando
Ferraz, Figueiredo
Ferraz, José Cândido
Ferraz, Maria Adalberto
Ferreira, Artur Custódio
Ferreira Carlos Maurício de Carvalho
Ferreira, Celso Sergio
Ferreira, Edelberto de Lellis
Ferreira, Geraldo Martins
Ferreira, Isnard Mendes
Ferreira , Jefferson Martins
Ferreira, João Martins
Ferreira, José de Castro
Ferreira, Oswaldo Martins
Ferreira, Waldemar Martins
Figueiredo, Euclides
Figueiredo, Evaristo
Figueiredo, Guilherme
Figueiredo , João
Figueiredo, Helena
Figueiredo, Oswaldo
Figueroa, Eloy Perez
Fischlowitz, Estanislau
Fleury, M. A Curado
Florence, Machado
Flores, Carlos M. Thonpson
Floriano, Raul
Fondo de Cultura Económica
Fonseca, Aníbal Freire
Fonseca, Herculano Borges da
Fonseca, Joaquim
Fonseca, Juca

Fonseca Filho, Olímpio da
Fontes, Amando
Fontoura, Carlos Alberto da
Fontoura , João Neves da
Fonyat, Napoleão
The Foreign Service Of the United States of América
Fortes, [Jaci]
Fraga , Clementino
Fraga, Elisa
Fraga, Helio
Fragomenis, José
Fragoso, Augusto
França, R. Limogi
Franchini Neto
Franco, Ana Guilhermina Pereira de Melo
Franco, Afonso Arinos de Melo
Franco, Ciro
Franco, Eugenio de Melo
Franco, Luis Jorge Arêas
Franco, Paulo de Melo
Franco, Virgilo de Melo
Frank, João
Freire, Gilberto
Freire ,Glorinha de Frontim Moniz
Freire, Fernando de Melo
Freire, Maria Madalena de Melo
Freire, Silvio Viana
Freitas , Chagas
Freitas, Leopoldo
Freitas, Mateus Silva de
Freitas, Newton
Freitas-Valle, C. de
Frias, Miguel de
Frota, Francisco Marialva Mont' Alverne
Frozoni, Leonel
Fuentes Suarez, Telesforo
Fulgêncio, Pedro Aguinaldo
Fundação Casa de Cabangu
Fundação Casa de Rui Barbosa
Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro
Fundação Getulio Vargas
Fundação Joaquim Nabuco
Fundação José Augusto
Fundação Nacional de Artes
Fundação Nacional Pró Memória
Fundação Universidade do Maranhão
Furtado, José Alencar
Fusco, Rosário
G
Gabinete Civil da Presidência da República

Gabinete do Governador do Rio Grande do Sul

Gallotti, Antonio

Gallotti, Luiz

Gambogi, Luiz Carlos Balbino

Garcia, Carlos

Garcia , Gilton

Garcia, Luiz

Garcia, Marcelo

Gastão, Marques

Geisel, Ernesto

Germano, João Pires

Gigliotti, Rafael

Gil, Oto de Andrade

Gimenez, Leopoldo Ramos

Glória Regina

Godofredo Filho

Góes, Fernando

Góes, Raul de

Goldring, Artur

Gomes, Afonso

Gomes ,Alfredo

Gomes ,Armando Lodi

Gomes ,Celso Vidal

Gomes, Dirceu

Gomes, Eduardo

Gomes, Eugenio

Gomes, Francisco Magalhães

Gomes, Jarbas Vidal

Gomes, Luiz Roldão de Freitas

Gomes, Natalício Otávio Vidal

Gomes, Orlando

Gomes, Raul

Gomes, Stanley

Gomes, Wanderlei

Gonçalves, Aloisio

Gonzaga, Gentil

Graciotti, Mario

Gráfica Record Editora

Gratacos, Paulo Monteiro

Gregori , Henrique Sergio

Gribel, Augustus

Grilo, Heitor

Gruzeli Filho, Samuel

Gualazzi, Eduardo Lobo Botelho

Gudin, Eugenio

Guimarães, Aloisio Lute

Guimarães, Benefício Nogueira

Guimarães, Hannemann

Guimarães, J. C de Macedo Soares

Guimarães, José Farago

Guimarães, Mario
Guimarães, Newton Sabbá
Guimarães, Osias
Guimarães, Paulo Campos
Guimarães, Ulisses
Guimaraens Filho , Alphonsus de
Guinle, Guilherme

H

Hanke, Lewis
Hayman, Alan
Hayman, Roberto
Hazard, Paul
Heilborn, Paulo Ernesto Frederico
Hermes, Gabriel
Hilton, Stanley
Holanda, Gastão de
Holanda, Henrique de
Holanda, Sergio Buarque de
Homem, Homero
Horta, Armando Alves
Horta, Assis Alves
Horta, Oscar Pedroso
Horta, Raul Machado
Hospital de Misericórdia de Santos Dumont
Houaiss, Antonio
Hulet, Claude
Hungria, Nelson

I

Imobiliária de Minas Gerais
Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro
Inojosa, Joaquim
Institut Charles de Gaulle
Institut Interantional D' Études Ibéro-Américaines
Institute of All Nations
Institute of internacional Labor
Institute for Scientific Cooperation
Instituto dos Advogados Brasileiros
Instituto dos Advogados de Goiás
Instituto dos Advogados do Rio grande do Sul
Instituto Brasileiro de Cultura
Instituto Brasileiro de Estudos Políticos Econômicos e Sociais
Instituto Brasileiro de Filosofia
Instituto de Cultura Latino Americana
Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo
Instituto de Estudos Brasileiros
Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
Instituto de História e Arte
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
 Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
 Instituto Histórico de Petrópolis
 Instituto Joaquim Nabuco
 Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional
 Instituto de Previdência dos Congressistas
 Instituto Rio Branco
 International Institute of Ibero-American Literature
 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos
 Itagiba, J. Nogueira
 Itamarati - postos
 Itapicuru, Lisias Dantas

J

J. Quadros Editores Culturais
 Jacques, Paulino
 Jardim, Luiz
 Jefferson, José
 Jobim, Danton
 Jockey Club Brasileiro
 The Johns Hopkins University
 Johnson Publishing Company
 Jornal do Brasil
 José – Jornal da Semana Inteira
 Jucá, Daniele
 Jucá Filho, Cândido
 Julianeli, Salvador
 Juntolli, João
 Jurema, Aderbal
 Justiça Federal – Seção do Rio de Janeiro

K

Kantor, Harry
 Kauffmann, Henri
 Kubitschek, Jucelino
 Kubitschek, Sara

L

Lacerda, Ari
 Lacerda, Carlos
 Lacerda, Luis
 Lacerda, Pedro Paulo Sampaio
 Lacerda, Sebastião
 Lacerda, Sérgio C. A.
 Lacombe, Américo Jacobina
 Lacombe, Lourenço Jacobina
 Ladeira, Jair
 Lafer, Celso
 Lafer, Horácio
 Lages, Afrânio
 Laguna, Manoel Peixoto
 Laitano, Dante de
 Lajolo, Marisa P.

Lakeshore Resort
Landin, José de Souza
Laos, Carlos Miró Quesada
Lassus, Jean
Leão, Eduardo Carneiro
Leeds, Roger S.
Leite, Aureliano
Leite, Eraldo Gueiros
Leite, Serafim
Leite, Zeferino Cerqueira
Leme, Ernesto
Lenkin, Raphael
Lengyel, Janos
Leonardos, Thomas
Lessa, Francisco de Paula Mayrink
Leuzzi, Miguel
Levy, Herbert V.
Levy, Hugo
Libero, Casper
The Library of Congress
Lima, Afonso Augusto de Albuquerque
Lima, Alceu Amoroso
Lima, Alfredo de Hollanda
Lima, Carlos Peixoto de Abreu
Lima, Ester da Costa
Lima, Faria
Lima, Francisco Negão
Lima, Gentil Pereira
Lima, Geraldo França
Lima, Guimarães
Lima, Hermes
Lima, Jorge de
Lima, José Caetano
Lima, Leo Pereira
Lima, Maria Del Pilar Quiroga
Lima, Paulo Tarso Flecha de
Lima, Raul do Rego
Lima Júnior, A. de B.
Lima Sobrinho, Barbosa
Lins, Álvaro
Lins, Cláudio Raja Gabaglia
Lins, Ivan
Lins, José de Albuquerque
Lins, Miguel
Lins, Osmam
Lira, Carlos Tavares de
Lira, Carmem Maria Tavares de
Lira, Heitor
Lira, Paulo
Lira Filho, João

Lira filho, Roberto
Lisboa, Henriqueta
Livraria Francisco Alves Editora
Livraria José Olympio Editora
Livraria Martins
Livraria São José
Lobão, Edison
Lobato, Carmen de Castro
Lobo, João Bruno
Lodi, Jurandir
Loewenberg, Werner J.
Loewentein, Karl
Lopes, Alfredo Cecílio
Lopes, Álvaro Augusto
Lopes, Ernani
Lopes, Francisco Antonio
Lopes, Francisco Leme, padre
Lopes, Helvécio Xavier
Lopes, Luis Simões
Lopes, Osório
Lorenzo – Fernandez, Oscar S.
Lourenço, João de
Louro, Manuel Simões
Lousada, Francisco D'alamo
Lucas, Fabio
Lüder Lüers Und Werner
Lusardo, Batista
Luz, Carlos
Lwoff, André
Lys, Edmundo

M

Macedo, Henrique Teixeira de
Macedo, Jose Américo
Macedo, Manuel Emiliano de
Macedo, Osvaldo Thomé
Macedo Sobrinho, Aguinaldo
Machado, Altino
Machado, Arlete Nogueira da Cruz
Machado, Arthur de Brito
Machado, Cristiano
Machado, Joana Maria Gomes
Machado, Francisco E. de Paula
Machado, Renato
Machado, Romeu Oliveira
Maciel, Cleveland
Maciel, Cyro de Aguiar
Madeira, Marcos Almir
Magalhães, Almeida de
Magalhães, Aloísio
Magalhães, Antonio Carlos

Magalhães, Augusto Franklin R. de
Magalhães, Bruno de Almeida
Magalhães, Dario de Almeida
Magalhães, Juracy
Magalhães, José Vitorino
Magalhães Pinto – Ver Pinto, José de Magalhães
Magalhães, Raphael de Almeida
Magalhães Junior, Raimundo
Magnani, Sergio
Mangabeira, Francisco
Mangabeira, João
Mangabeira, Octavio
Manor, Paul
Maranhão, Jarbas
Marquette, Sergio
Marcondes Filho, Alexandre
Maria da Glória
Maria, Amaury Moraes de
Mariano Filho, José
Marinho, Ilva Furtado de Mendonça
Marinho, Ricardo
Marinho, Rogério
Marins, Francisco
Mariz, Vasco
Marques, Carlos Costa
Marques, Ovídio de Andrade
Marques, Renato Braccini
Martin, Percy Alvim
Martini, Nildo
Martins, Acrisio
Martins, Antonio
Martins, Fabiano
Martins, Francisco Vieira
Martins, Jose de Barros
Martins, Jose Jeferson
Martins, Mario
Martins, Omar
Martins, Wilson
Martins Filho, Ivan
Martinus Nijhoff Publisher and Bookseller
Mascarenhas, Francisco de M.
Mascarenhas, Guilhermina Valle
[Massarai ?], Emanuel
Matos, Alísio de
Matos, J. Soares de
Matos, Helio Jaquaribe de
Matos, Mario
Matos, Paulo Miranda
Mauro, Jose Eduardo Marques
Maximiliano, Carlos

Mazzalli, Ranieri
Medeiros, Jarbas
Medeiros, Manoel Rodrigues de
Médici, Emilio G.
Meira, Augusto
Meira, Francelino Soares dos Santos
Meirelles, João Carlos
Melo, Afonso Bandeira
Melo, Antonio Corsini de
Melo, Celso de Albuquerque
Melo, Cunha
Melo, Gilberto Bandeira
Melo, Gladistone Chaves
Melo, José Maria Burnier Pessoa de
Melo, Julio
Melo, Lineu Albuquerque
Melo, Luis Pereira
Melo, Manoel Caetano Bandeira de
Melo, Tiago de
Melo, Virginius da Gama e
Melo Neto, João Cabral de
Memória, Mauricio
Mendelssohn, Felix Von
Mendes, Hélio
Mendes, Murilo
Mendes, Oscar
Mendonça, Antônio Aureliano Chaves de – ver Chaves, Aureliano
Mendonça, Ana Amélia C. de
Mendonça, Luis Xavier de
Mendonça, Otavio
Menezes, Antonio Cícero
Menezes, Djacyr
Menezes, Geraldo Bezerra de
Menezes, Jaime de Sá
Menezes, João
Menezes Filho, Eduardo de
Menge, Lívia de Alvin
Merquior, Jose Guilherme
Mesquita, Argemiro Carvalho
Mesquita, Isaura Moraes Barros
Mesquita, Ruy
Meyer, Augusto
Meyer ,Frederico S. Duque Estrada
Miguel ,Nei
Milanese, Luis
Mindlin,Jose E.
Mineira, Bolívar T.
Miranda, Amneris Ponte de
Ministério da Fazenda
Ministério da Guerra

Ministério das Relações Exteriores
Miraglia, Silvio
Miranda, Antonio de (bispo)
Miranda, Amnéris Pontes de
Miranda, Julieta Mello e Souza
Miranda, Pontes de
Mississippi Shipping Company
Moing, Monique Le
Monteiro, Alfredo
Monteiro, Fernando
Monteiro, João
Monteiro, José Bosco F.
Monteiro, Manuel de Goes
Montello, Josué
Montini, Giovanni Battista (cardeal)
Moog, [Clodomir] Vianna
Moraes, Abadio de
Moraes, Ângelo Mendes de
Moraes, Benjamim
Moraes, Geraldo Dutra de
Moraes, Julio de
Moraes, Mascarenhas de
Moraes, Rubem Borba de
Moraes Filho, Evaristo de
Moraes Junior, Antonio de Almeida (arcebispo)
Moraes Neto, Prudente de
Moreira, Carlos Roberto de Aguiar
Moreira, Pedro Rogério Couto
Moreira, Neiva
Moreira, Tertuliano José
Moreira, Thiers Martins
Moreira, Vivaldi
Moscoso, Frank
Moscoso, Silvia
Moses, Herbert
Mota, Carlos Carmelo de Vasconcelos (cardeal)
Mota, Edson
Mota, Mauro
Mota Filho, Antonio da
Mota Filho, Candido
Moura (general)
Moura, Carlos Eugenio Marcondes de
Moura, Emilio
Moura, Genésio de Almeida
Moura, José de Aquino
Moura, Paulo Leão
Mourão, Gerardo Mello
Mourão Filho, Olympio
Muller, Felinto
Mundim, Teresinha Maria de Jesus

Muñiz, Carlos Manoel
Muniz, Thereza Regina
Murgel, Luiz
Murici, Tarquínio de Faria
Murta, Domício Figueiredo
Museu Frei Galvão
N
Nabuco, Carolina
Nabuco, Joaquim (monsieur)
Nabuco, José
Nabuco, Mauricio
Nadege, Lea Maria Teresa
Naskowski, M.
Nava, Pedro
Natel, Laudo
National City Bank of New York
Neder, Marcelo
Negrão, Francisco
Neiva, Antonio Teodoro da Silva
Neiva, Josino
Neiva, Walter Silva
Neves, Flávio
Neves, João
Neves, Tancredo
Niemeyer, Oscar
Niskier, Arnaldo
Nóbrega, Fernando
Nóbrega, Vandick Londres
Nogueira, Ataliba
North Texas State University
Noschese, Antonio S.
Nova Livraria Leonardo da Vinci
Novaes, Dermeval
Novaes, Israel Dias
Novelli Junior
Nunes, Carlos
Nunes, Celso Augusto de Moura
O
Olimpio, José
Olinto, Antonio
Oliveira, Almir
Oliveira, Antonio de
Oliveira, Antunes de
Oliveira, Camilo
Oliveira, Esmeralda Ribeiro
Oliveira, Gonçalves de
Oliveira, Guilhermino
Oliveira, Mario Teles de
Oliveira, Martins de
Oliveira, Rosika Darci de

Oliveira, Zoroastro
Oliveira Filho, Francisco
Oliveira Neto, Joaquim José de
Oliveira Neto, Luis Camilo de
Orico, Osvaldo
Oscar Neto
Osequeda, Francisco Lino
Osório, Francisco
Osvaldo, Bueno
Otão, Jose
Otaviano, Yeda
Otavio, Laura Oliveira Rodrigo
Otavio Filho, Rodrigo
P
Pacheco, Alarico
Pacheco, Armando
Pacheco, Cláudio
Pacheco, Felix
Pacheco, Francisco
Pacheco, Rondon
Padilha, Paulo G.
Padilha, Raimundo
Paes, Olinto Tavares
Paiva, Alfredo Almeida
Paiva, Ataulfo
Paiva, Glicon
Paixão, José
Palhares Cornélio F.
Palmério, Mário
Palmério, Rui
Pan American World
Pandolfi, Luiz
Papyrus Editora
Paranaguá, Otávio
Parreira, Alceu Martins
Partido da Frente Liberal
Pasin, Jose Luiz
Passarinho, Jarbas
Passos, Carlos Alberto
Passos, Gabriel
Passos, Wilson Leite
Pastor, Arturo Gimenez
Patry, André
Paulinelli, Alisson
Paulo, José
Peixoto, Carlos da Cunha
Peixoto, Chiquita Afrânio
Peixoto, Francisco Inácio
Peixoto, Rômulo
Peixoto, Valente

Peixoto Filho, Antonio
Pen Club do Brasil
Pena, Alcides
Pena, Augusto
Pena, J. O. de Meira
Pena Júnior, Afonso
Penteado, Eurico
Pequeno, Waldemar
Peralva, Osvaldo
Pereira, Afonso Alves
Pereira, Ari Frauzino
Pereira, Astrogildo
Pereira, Fernando
Pereira, Francelino dos Santos
Pereira, Gabriel Athos
Pereira, José Sales
Pereira, Lea
Pereira, Luis Alves
Pereira, Mario Brandi
Pereira, Nilo
Pereira, Stella Baptista
Pereira Filho, João Cândido da Cunha
Peres, Fernando da Rocha
Périsse, Maria Carolina Sodré
Petrovich, Enélio Lima
Picchia, Menotti del
Piedade, José Osires
Pieruccetti, Osvaldo
Pilla, Raul
Pilo, Conceição
Pimentel, Mendes
Pimentel, Menezes
Pimentel, Ruy Mendes
Pinheiro, Alves
Pinheiro, Chiquinho
Pinheiro, Francisco Adjuto
Pinheiro, João Baptista
Pinheiro, Nilo Sergio
Pinho, Bento Ricardo Corchs
Pinho, Estor
Pinho, Homero
Pinho, Péricles Madureira de
Piñon, Nélide
Pinto, Ariosto
Pinto, Carlos Alberto de Carvalho
Pinto, Edmundo da Luz
Pinto, Estevão
Pinto, José Gabriel da Costa
Pinto, José de Magalhães
Pinto, Mendonça

Pinto, Paulo Brossard de Souza (Ver Brossard, Paulo)

Pinto, Ricardo

Pinto, Rubem Castro

Pinto, Sobral

Pinto, Vilma

Pinto, Walfredo Novais

Piper, Gershon Gustave

Pires, Gudestev

Pisani, Edgar

Piza Sobrinho, Luis

Plantey, Alain

Policlínica de Barbacena

Polim, Herbert Spencer

Pompeu, Sonia

Ponciano (padre)

Pondolfi, Clodomiro Luis

Ponte, Joaquim Lourenço

Pontifícia Universidade Católica

Portinari, Cândido

Porto, João Brandão

Porto, Rubens

Portugal, Henrique Furtado

Prado, Décio de Almeida

Prado, Luis Cintra do

Prado, Olacil

Prado Junior, Caio

Prates, Newton

Prefeitura Municipal de Araucária

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Prefeitura Municipal de Coroaci

Prefeitura Municipal de Gravataí

Prefeitura Municipal de Guaratinguetá

Prefeitura Municipal de Lavras

Prefeitura Municipal de Miraf

Prefeitura Municipal de Três Corações

Prefeitura Municipal de Uberaba

Prefeitura Municipal de Valença

Primer Centenario de la Constitución de 1857

Proença, Ivan Cavalcanti

Proença, João

Pujol, Guillermo Alonso

Q

Quadros, Janio

Queiroz, Dinah Silveira de

Queiroz, Maria José de

Queiroz, Rachel de

Quintas, Amaro

R

Rabelo, Manoel

Rabelo, Vicência

Raeders, Georges
Ramos, Carlos de Andrade
Ramos, J. Saulo
Ramos, Guerreiro
Ramos Luiz Carlos
Ramos, Manoel
Ramos, Mario de Andrade
Ramos, Nereu
Ramos, Péricles Eugenio da Silva
Rangel, Alberto
Rangel, Genaro
Rangel, Leyla Castelo Branco
Rangel, Nelson
Real Gabinete Português de Leitura
Reale, Miguel
Reale Junior, Miguel
Rebello, E. de Castro
Rebello, Marques
Rego, Clóvis Silva de Moraes
Rego, Murilo Barros Costa
Reis, Antonio Simões
Reis, Arthur César Ferreira
Reis, Carlos Conder
Reis, Daniel Aarão
Reis, Fernanda
Reis, Fernando Marques dos
Reis, Nélio Barra
Renault, Abgar
Reosbe, Carlos
Resende, Campos de
Resende, Carneiro de
Resende, Moacir
Resende, Odilon
Resende, Otto Lara
Resende Filho, José Coutinho de
Revista Forense
Ribeiro, Carlos
Ribeiro, José Alves
Ribeiro, José Augusto
Ribeiro, José Borges
Ricardo, Cassiano
Rio Branco, João Paulo do
Rio Branco, Raul do (embaixador e filho do Visconde do Rio Branco)
Rios, José Artur
Rocha, Francisco Brochado da
Rocha, Temístocles
Rolim, Salviano Leite
Rolla, Joaquim
Rolla, Mario
Romano, Guilherme

Romeiro, Jorge Alberto
Ronai, Paulo
Rondon, Joaquim
Roquette – Pinto, Edgar
Rosa, João Guimarães
Rosa, Rubem
Rose, Jean
Rosenthal, André
Rotary Clube do Rio de Janeiro
Rouge, Raymond
Rout, Leslie B.
Roze, Jacques
Russomano, Rosah
S
Sá, José Gonçalves
Sá Filho, Francisco
Sabino, Fernando
Sacramento Neto
Sadi, Paulo de Melo
Saldanha , Nelson Nogueira
Salema, Alvaro
Sales, Euclides Marques
Sales, Eugênio de Araújo
Sales, Herberto
Sales, Joaquim
Sales, Jósio de
Sales, M.
Salgado, J . A . César
Salvo, Paulo de
Sampaio, Adovaldo Fernandes
Sampaio, Arlinda Costa
Sampaio, G. Ferraz
Sampaio, Jairo
Sampaio, Leda
Sampaio, Sebastião
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro
[Santaciado ?], Romero U.
Santana, Pedro Neiva de
Santillo, Ademar
Santos, Afonso
Santos, Artur
Santos, Edgar
Santos, Francisco de Araújo
Santos, Lourival Zagonel dos
Santos, Paulo . F
Santos, Rui
Santos, Sérgio Gomes dos
Sarmento, Raimundo de Moraes
Sarney, José
Sátiro, Ernani

Scantimburgo, João de
Schmidi, Augusto Frederico
Sciolette, Máximo
Serviço de Engenharia do Corpo de Fuzileiros Navais
Secretaria do Governo do Estado de São Paulo
Secretaria do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais
Senado Federal
Sena, Homero
Sena, Lucio de
Sena, Nelson de
Serra, Joaquim de Almeida
Siles, M. Tereza de
Silva, Agenor Ribeiro
Silva, Agostinho Álvares dos Santos
Silva, Antonio
Silva, Artur da Costa e
[Silva ?], Belmiro Medeiros
Silva, Edmundo P. Barbosa da
Silva, Eugênio de Almeida
Silva, Golbery do Couto e
Silva, Hélio
Silva, Hortência Nascimento e
Silva, Idelfonso Mascarenhas da
Silva, Jair
Silva, Joaquim Pereira da
Silva, Jose´ Afonso da
Silva, José Argilêo da
Silva, Lineu
Silva, Luiz Gonzaga do Nascimento e
Silva, Maria José Pereira da
Silva, Maximiano de Carvalho e
Silva, Nilza Rodrigues da
Silva, Oswaldo de Souza
Silva, Raul Ribeiro da
Silva, Sebastião Alves da
Silva, Severino Pereira
Silva Sobrinho, José da Costa e
Silveira, Antonio F. Azevedo da
Silveira, Joel
Smith, Carleton Sprague
Smith College
Simon, Michel
Simonsen, Mario Henrique
Simonsen, Roberto
Siqueira Junior
Soares, Afonso Siqueira
Soares, Alvaro Teixeira
Soares, Ivo
Soares, José Carlos Macedo
Soares, Marcelo L.

Soares, Maria Vitória de Mesquita e Bonfim de Sá e Benevides
Soares, Mario
Soares, Pimentel
Sobral, Cícero Ornellas
Sociedade Amigas da Cultura
Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
Sociedade Capistrano de Abreu
Sociedade Felipe d'Oliveira
Sociedade Hans Staden
Sociedade Industrial de Minérios e Ácidos
Société Générale de Tansports Maritmes a Vapeur
Sodré, Abreu
Sodré, Nelson Werneck
Soeiro, Renato
Sotelo Rosas, David Augusto
Sousa, Alves de
Sousa, Caio Luis P. de
Sousa, Everardo de
Sousa, Ismael C.
Sousa, Helena de Melo Franco
Sousa, J. B. Mello e
Sousa, José Ferreira de
Sousa, José Gomes Vieira
Sousa, Miguel Pedro de V.
Sousa, Otavio Tarquínio de
Sousa, Roberto Pinto
Sousa, Ubaldino
Sousa, Washington Luis Pereira de
Sousa, Wilson
Spellman, F. Cardeal
Spreti, Franz Graf von
Stacchini, José
Stanford University
State University of New York at Albany
Stephani, Jaques
Strowski, Fortunat
Suassuna, Ariano
Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Suplemento Literário de Minas Gerais
Supremo Tribunal Federal
Suruagi, Divaldo

T

Tabaglia, Eurico
Tácito, Caio
Tarcísio Junior
Taunay, Affonso de E.
Tavares, A de Lyra
Tavares, Jose de Faria
Tavares, Lauro Portugal

Tavares, Udásio
Távora, Aderito De carvalho Fernandes
Távora, Juarez
Teixeira, Anísio
Teixeira, Antonio Félix
Teixeira, João Gomes
Teixeira, José Geraldo
Teixeira, Mozart Geraldo
Teixeira, Regina Ernani
Teixeira Filho, Ernani
Teles, [Carlos ?] de Oliveira
Teles, Lygia Fagundes
Teles Júnior, Godofredo da Silva
Tenório, Oscar
Terezopolis Week-End Club
Tigre, Silvia Bastos
Toledo, Floriano L.
Torres, Acrésio
Torres, Alberto
Torres, João Camilo Oliveira
Torres, Paulo
Touring Club do Brasil
Travassos, Nelson Palma
Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Trigueiros, Osvaldo
Tunes, Carlos

U

Ulisséa, Asdrúbal Pinto de
UNESCO
União Brasileira de Escritores
União Democrática Nacional
União dos Professores Primários do Distrito Federal
Universidade de Brasília
Universidade do Brasil
Universidade Católica de Minas Gerais
Universidade do Estado da Guanabara
Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio grande do Norte
Universidad Nacional Autónoma de México
Universidade do Rio de Janeiro
Université Laval
Université de Strasburg
University of Califórnia
University of Florida
University Wisconsin

V

Valadão, Alfredo
Valadão, Ana Maria
Valadão, Joao Luis Alves
Valadares, Adrião Campos
Valadares, Antonio Canavarro de
Vale, Manoel Pereira do
Vale Filho, Galdino
Valverde, Zelio
Vargas, Raimundo
Vargas, Túlio
Vasconcelos, Edgard de
Vasconcelos, Salomão de
Vasconcelos, Silvio de
Vasp – Ver Viação Aérea São Paulo
Vaz, Benedito
Vaz Filho, Orlando
Veado, Virgilio Horacio de Castro
Veiga, Fábio
Veiga, Gláucio
Veiga, João Correa
Veiga, José Pedro Novaes da
Veloso, Amélia
Vellino, Moisés
Veloso, Fernando Cícero
Venâncio Filho, Alberto
Venâncio Filho, Dina F.
Ventura, José Braz
Vera Empreendimentos Imobiliários
Vergueiro, Pedro
Veríssimo, Érico
Viação Aérea São Paulo
Viana, Decio
Viana, Fabio
Viana, Hélio
Viana, Lourival Vilela
Vianna, Luiz
Viana, Oliveira
Viana Filho, Luis
Viana Junio,Valdemar
Vicenzi, Raul Castro e silva de
Victor, Gilda
Vidal, Ademar
Vidal, Rafael A. Sampaio
Vidigal, Antonio
Vidigal, Pedro Maciel
Vieira, Altamiro Batista
Vieira, Edmundo José
Vieira, Everaldo

Vila, Marco Antonio
 Vilaça, Antonio Carlos
 Vilasbôas, João
 Vilela, Marcio Manuel Garcia
 Vilela, Teotônio
 Vivas, Raulina Cobra

Z

Zoza
 Zweig, Stefan

W

Werneck, Hugo F.
 Westphaler, Cecilia Maria
 Who's Who in the Western Hemisphere
 World Community Association

Serie Documentos pessoais

Agendas;

Cadernos de endereços e telefones;
 Carteira de Sócio Especial Touring Club do Brasil;
 Certificado de cidadão honorário da cidade de New Orleans;
 Certificado - Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas;
 Certificado - Associação Municipal do Brasil;
 Certificado - Sociedade de Filosofia Católica;
 Certificado de Licenciamento Militar (fotocópias);
 Certificado - Escola de Guerra Naval;
 Certificado - Academia Piracicabana de Letras;
 Certificado - Museu Nacional ("Medalha Luiz de Vasconcellos de Souza");
 Certificado – Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEM);
 Certificado da Sociedade para o desenvolvimento e emancipação do Iguaçu - **Mapoteca**;
 Certificado do Clube do Congresso - **Mapoteca**;
 Certidão de casamento de Afonso Arinos e Ana Guilhermina da S. Pereira;
 Certidão de nascimento – Afonso Arinos de Melo Franco Filho;
 Certidão de nascimento – Francisco Manuel de Melo Franco;
 Certidão de óbito;
 Convite para recepção no Palácio Itamarati;
 Convite para cerimônia de transmissão de faixa presidencial (de João Batista de Oliveira Figueiredo para Tancredo de Almeida Neves);
 Currículo de Afonso Arinos de Melo Franco. Anexo: Relação dos títulos apresentados a Comissão Examinadora do concurso de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito;
 Diploma da Associação dos Servidores Civis do Brasil;
 Diploma (Governo do Estado de Minas Gerais) Medalha da Inconfidência no ano de 1958, Capa dura ;
 Diploma, Homenagem, Destaque 88, Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Gabinete da Vereadora Ludmila Mayrink;
 Diploma da Associação Brasileira de Imprensa 80 anos/1988 ;
 Diploma do Conselho Estadual de Cultura do Pará "Medalha Cultural – Prof.º Augusto Meira" 1973;
 Diploma da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico;
 Diploma do Centro dos Fiscais do Brasil;
 Diploma da Câmara dos Deputados "Medalha Comemorativa" ano de 1932-1973
 Diploma da Associação Brasileira dos Detetives Profissionais, Supervisores, Inspetores e Agentes de Segurança - ABDPSIAS ("Honra ao Mérito" ano de 1987);

Diploma da Associação dos Juízes Classistas na Justiça do Trabalho da Primeira Região;
Diploma da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra;
Diploma da Escola Superior de Guerra, 1981;
Diploma da Escola Superior de Guerra, 1987;
Diploma da Academia Maranhense de Letras - Medalha Graça Aranha - **Mapoteca**;
Diploma da Associação dos Delegados de polícia do RJ-ADEPOL/RJ e a Coligação dos Policiais Civis do RJ - Amigo da Polícia
Diploma da Pan Am - Pan American World Airways, oferecido a Afonso Arinos e Senhora por terem voado ao redor do mundo pela Pan Am;
Exames médicos;
Notas biográficas;
Passes livres;
Portaria do Conselho Federal de Cultura, designando Afonso Arinos, para integrar a Comissão Especial incumbida de elaborar o anteprojeto do Plano Nacional de Cultura;
Portaria do Conselho Federal de Cultura, designando Afonso Arinos, para elaborar uma lista de trinta obras representativas da literatura brasileira para possível versão para línguas estrangeiras;
Proposta para admissão de sócio efetivo no Instituto dos Advogados Brasileiros - fotocópia;
Passes livres;
Recibos;
Título de Sócio Proprietário da Ordem do Cidadão do Rio de Janeiro (anexo: relação dos Sócios Fundadores e convite para se unir ao círculo de associados) - **Mapoteca**

ANEXO C – RELAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DE AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

1-Relativas à História:

- 1937 - O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural;
- 1938 - Síntese da história econômica do Brasil;
- 1939 - Terra do Brasil;
- 1941 - Um soldado do Reino e do Império: vida do marechal Calado;
- 1944 - Homens e temas do Brasil;
- 1944 - Desenvolvimento da civilização material do Brasil;
- 1944 - Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis;
- 1944 - Um Estadista da Republica (Afrânio de Melo Franco e seu tempo);
- 1956 - Episódios de história contemporânea;
- 1968 - História do Povo Brasileiro: fase nacional. In História do Povo Brasileiro;
- 1972 - História das ideias políticas do Brasil;
- 1973 - Rodrigues Alves: Apogeu e declínio do presidencialismo;
- 1975 - O palacete do Caminho Novo;
- 1976 - A Câmara dos Deputados: Síntese histórica;
- 1982 - Amor a Roma;

2 – Relativa às Memórias:

- 1961 - A alma do tempo (formação e mocidade);
- 1965 - A Escalada;
- 1968 - Planalto;
- 1968 - Alto-mar, maralto;
- 1979 - A Alma do tempo (Reunião dos quatro volumes de memórias);
- 1979 - Diário de bolso seguido de Retrato de noiva;

3 – Relativas à Crítica literária e ensaios:

- 1937 - Espelho de três faces. Ensaios, crônicas, perfis;
- 1939 - Ideia e tempo;
- 1944 - Mar de sargaços;
- 1945 - Portulano;
- 1945 - La literatura del Brasil; algunos aspectos de la literatura brasileña;

4 – Relativas à Poesia e Teatro:

- (1924-1937) - Barra do dia. Poesias;
- 1937 - Roteiro Lírico de Ouro Preto;
- 1942 - Dirceu e Marília;

5 – Relativas à Política:

- 1933 - Introdução à realidade brasileira;
- 1934 - Preparação ao nacionalismo;
- 1936 - Conceito de civilização brasileira;
- 1958 - Parlamentarismo ou presidencialismo? Debate com Raul Pilla;
- 1965 - Evolução da crise brasileira;
- 1975 - Problemas Políticos Brasileiros;
- 1978 - O som do outro sino. Um breviário liberal;

6 – Relativas à Discursos Parlamentares:

- 1959 - O senado republicano;
- 1962 - Discurso sobre o Ato Adicional;
- 1963 - José Bonifácio;
- 1964 - Saudação a Charles de Gaulle;
- 1965 - Saudação a Giuseppe Saragat;
- 1999 - Afonso Arinos no Congresso. Cem discursos parlamentares. Edição póstuma.

7 – Relativas à Trabalhos Parlamentares:

- 1949 - Emenda parlamentarista;
- 1957 - Pela liberdade de imprensa;
- 1964 - Ato institucional. Considerações sobre o artigo 3º;
- 1966 - A reforma constitucional de 1966;
- 1970 - O Congresso e a Constituição;

8 – Relativas à Constituinte de 1988;

- 1984 - As aspirações nacionais com vistas à reforma da Constituição: relatório final;
- 1987 - Constituinte: Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos;
- 1987 - Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização;
- 1988 - Afonso Arinos na Constituinte;

9- Relativas a outros Discursos e conferências:

- 1940 - A Maioridade ou a aurora do segundo reinado;
- 1941 - Política cultural pan-americana;

- 1953 - Pela solidariedade continental;
- 1961 - Estudos e discursos;
- 1961 - Discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores;
- 1968 - O Verbo e os Logos;
- 1971 - Prost no centenário de seu nascimento;
- 1977 - Discurso de Professor Emérito na U.F.A;
- 1977 - Elogio de Juscelino Kubitschek;

10 – Relativas ao Direito:

- 1930 - Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas;
- 1948 - As leis complementares da constituição;
- 1948 - História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro;
- 1974 - História e teoria dos partidos políticos no Brasil;
- 1957 - Estudos de Direito Constitucional;
- 1958 - Curso de Direito Constitucional I – Teoria geral;
- 1960 - Curso de Direito Constitucional II – Formação Constitucional do Brasil;
- 1972 - O Constitucionalismo de D. Pedro I;
- 1974 - História e teoria dos partidos políticos no Brasil;
- 1974 - Algumas instituições políticas no Brasil e nos Estados Unidos (Direito comparado);
- 1976 - Direito Constitucional: Teoria da Constituição; as constituições do Brasil;

11 – Prefácios:

- 1940 - Cartas chilenas, de Critillo (Tomás Antônio Gonzaga);
- 1943 - Glaura, poemas eróticos de Manuel Inácio da Silva Alvarenga;
- 1944 - Marília de Dirceu, de Tomás Antônio Gonzaga;
- 1964 - História da queda do Império;
- 1972 - O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal;